

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

A POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Cristiane Oliveira Zandonai

Porto Alegre

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

A POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Cristiane Oliveira Zandonai

Orientador: Flávio Vasconcellos Comim

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Porto Alegre

2005

Dedico

a Eduarda, minha filha, que hoje é meu maior estímulo para seguir em frente.

Agradeço

à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, através da Fundação de Apoio da UFRGS, oportunizou a realização do curso de Mestrado Profissionalizante em Economia Aplicada;

aos professores do curso de Mestrado Profissionalizante, pelos conhecimentos adquiridos;

ao Dr. Flávio Vasconcellos Comim, professor orientador, pela inestimável ajuda para a conclusão deste trabalho;

à equipe do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, pela atenção prestada;

a meus pais e familiares, pelo incentivo,

em especial à minha mãe, que cuidou de Eduarda, ainda bebê, para que eu pudesse concluir a dissertação;

ao Claonir, que nunca me permitiu desistir;

às demais pessoas que contribuíram para a realização do Mestrado e desta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo estudar a pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Sua mais importante contribuição consiste em apresentar os principais dados, em nível de município, discutindo as possibilidades de representação da pobreza como um conceito multidimensional. Para tal, este trabalho calcula o Índice de Pobreza de Sen (que representa a incidência e intensidade da pobreza) e uma versão do Índice de Pobreza Humana (IPH-1) para os municípios da RMPA que, de fato, representa a natureza multidimensional da pobreza. Para realizar o estudo apresenta-se inicialmente uma taxonomia conceitual, importante para organizar metodologicamente a investigação empreendida. Em seguida, procede-se a uma caracterização da RMPA de acordo com seus indicadores econômicos e sociais mais relevantes. Por último, apresentam-se as linhas de pobreza e de indigência para a Região Metropolitana de Porto Alegre, de forma agregada, no período de 1992 a 2003, bem como uma análise conjuntural do período. Mais importante, contudo, este estudo procede no final ao cálculo de algumas medidas de pobreza e de desigualdade para as cidades que compõem a Região, construindo-se um mapa da pobreza para a RMPA.

Palavras chave: pobreza – indigência – Região Metropolitana de Porto Alegre.

ABSTRACT

The main aim of this dissertation is to investigate the phenomenon of poverty in the Metropolitan Area of Porto Alegre (RMPA). With this purpose, this dissertation provides new figures for Sen's Poverty Index (that represents both depth and incidence of poverty) and an adapted version of the Human Poverty Index (HPI-1) for the different councils that compose the RMPA. The first step is the constitution of a conceptual taxonomy in order to methodologically organise the following analysis. Subsequently, poverty and deprivation lines are presented for the RMPA during the period 1992-2003, exploring a short-run discussion of empirical evidence collected during this period. More importantly, perhaps, is that this dissertation puts forward new figures for some poverty and inequality measures for the councils that constitute the RMPA. At the end, a poverty map is shown for the RMPA.

Key words: poverty – deprivation – Metropolitan Area of Porto Alegre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONCEITOS E MENSURAÇÃO DA POBREZA	12
1.1 Conceitos de pobreza	12
1.2 Indicadores de pobreza	20
1.2.1 Incidência de pobreza (ou proporção dos pobres)	21
1.2.2 Insuficiência de renda	21
1.2.3 Índice de pobreza de Sen	22
1.2.4 Índice de Foster, Greer e Thorbecke	23
1.2.5 Índice de Pobreza Humana (IPH): uma derivação do IDH	24
1.3 Métodos para medir a pobreza	26
1.3.1 Linhas de pobreza	26
1.3.2 Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)	29
1.4 Metodologia para o estabelecimento das linhas de indigência e de pobreza	31
2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	35
2.1 Composição da Região	35
2.2 Caracterização	37
2.3 Indicadores	43
3 A POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	57
3.1 A pobreza e a indigência na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1992-2003. . .	57
3.2 Análise das cidades	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICES E ANEXOS	88
Apêndice A: Ranking geral	89
Apêndice B: Índice de Pobreza Humana	90
Anexo A: Composição da Região Metropolitana de Porto Alegre	91
Anexo B: Cesta Básica Nacional – Gasto mensal no mês de setembro de diversos anos . .	92
Anexo C: Famílias, segundo as classes de rendimento mensal familiar – Rio Grande do Sul, em 2003	104
Anexo D: Famílias, segundo as classes de rendimento mensal familiar – Região Metropolitana de Porto Alegre – 1992-2003	105
Anexo E: Famílias por classe de rendimento nominal mensal per capita, segundo regiões e municípios do Rio Grande do Sul – 2000	115
Anexo F: Índice de GINI dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000. .	130
Anexo G: Área dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre	131

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre	36
Mapa 2: Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre com mais de 100.000 habitantes	39
Mapa 3: Densidade demográfica dos municípios da RMPA – 2000	41
Mapa 4: Renda per capita dos municípios da RMPA – 2000	46
Mapa 5: Mortalidade infantil nos municípios da RMPA – 2000	48
Mapa 6: Analfabetismo nos municípios da RMPA – 2000	52
Mapa 7: Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, segundo classificação dos indicadores	74
Mapa 8: Municípios da RMPA 1, segundo classificação dos indicadores	76
Mapa 9: Municípios da RMPA 2, segundo classificação dos indicadores	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ração essencial familiar preços médios, salários mínimos e salários mínimos necessários para adquirir a ração essencial familiar dos meses de setembro, para a RMPA	33
Tabela 2: Quadro da linha de indigência, da linha de pobreza e do início de bem-estar para a zona urbana, segundo as faixas de salário mínimo	34
Tabela 3: População total da RMPA por municípios e percentual da população dos municípios na região e no RS – 2000	38
Tabela 4: Densidade demográfica dos municípios da RMPA – 2000	40
Tabela 5: PIB pm per capita dos municípios da RMPA – 1999 – 2002	44
Tabela 6: Renda per capita dos municípios da RMPA – 2000	45
Tabela 7: Média do número de óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos dos municípios da RMPA dos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000 ..	48
Tabela 8: Percentual de domicílios particulares permanentes com esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo dos municípios da RMPA – 2000	49
Tabela 9: Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas dos municípios da RMPA – 2000	51
Tabela 10: PIB pm per capita das Regiões Metropolitanas do Brasil – 1999 – 2002	53
Tabela 11: Renda per capita das Regiões Metropolitanas do Brasil – 2000	53
Tabela 12: Evolução da pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil	54
Tabela 13: Número de óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos – Regiões Metropolitanas do Brasil – 2000	54
Tabela 14: Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário e abastecimento de água ligado à rede geral e coleta de lixo das regiões metropolitanas do Brasil – 2003	55
Tabela 15: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade das regiões metropolitanas do Brasil – 2003	55
Tabela 16: Famílias residentes em domicílios particulares urbanos, segundo as classes de rendimento mensal familiar – RS e RMPA – 2003	58
Tabela 17: 17a: Famílias residentes em domicílios particulares urbanas metropolitanas, segundo as classes de rendimento mensal familiar – RMPA – 1992-2003 ...	59
17b: Percentual de famílias residentes em domicílios particulares urbanas metropolitanas, segundo as classes de rendimento mensal familiar – RMPA – 1992-2003	59
Tabela 18: Intensidade da pobreza e da indigência dos municípios da RMPA – 1991 e 2000	63
Tabela 19: Proporção de pobres e indigentes dos municípios da RMPA – 2000	64
Tabela 20: <i>Ranking</i> da proporção e da intensidade da pobreza e indigência dos municípios da RMPA – 2000	66
Tabela 21: <i>Ranking</i> do PIB pm per capita, média da mortalidade infantil e domicílios com esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo e analfabetismo dos municípios da RMPA	68

Tabela 22: Índice de Sen dos municípios da RMPA	70
Tabela 23: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da RMPA de 1991 e 2000	71
Tabela 24: Ranking Geral dos municípios da RMPA	73
Tabela 25: Índice de Pobreza Humana dos municípios da RMPA – 2000	78
Tabela 26: Comparativo entre o ranking do IPH e do ranking geral dos municípios da RMPA	79

INTRODUÇÃO

A redução da pobreza é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de Países, Estados e Municípios. Sem dúvida, a maior parte dos indivíduos do mundo são pobres. Estimativas conservadoras feitas por publicações de órgãos internacionais como o *Human Development Report* indicam a falta de capacitações básicas em múltiplas áreas por que passa a maioria da Humanidade. Por isso, a importância da realização de estudos nessa área para estabelecer bases teóricas, quantificar através de indicadores e mapear essa população. Somente através do conhecimento desse problema será possível determinar políticas públicas efetivas para combater, de modo integrado, a pobreza.

Nos últimos anos têm aumentado os estudos referentes à pobreza, e esta dissertação pretende acrescentar aos trabalhos existentes, pois trata-se de um estudo particular da Região Metropolitana de Porto Alegre. O objetivo é mapear a pobreza nesta Região, verificando linhas de pobreza, indicadores e *rankings*. Como tal, o trabalho não pretende ser uma revisão de literatura sobre o tema, nem uma análise de causas do problema na RMPA. O objetivo da dissertação é mais primário, enfatizando a coleta de dados e o cálculo de indicadores, mas não menos fundamental. O diagnóstico e o entendimento dos dados correntes parece ser pré-condição para a elaboração de novos indicadores e novas maneiras de se pensar a pobreza no país e nas cidades.

Conforme Ribeiro (2000), a Região Metropolitana de Porto Alegre vem passando, nas duas últimas décadas, por um conjunto de significativas transformações, bastante semelhantes às que afetam as demais regiões metropolitanas do país. Sabe-se que é nas áreas metropolitanas (onde se concentram cerca de 30% da população brasileira) que os “efeitos perversos” da globalização vêm se fazendo sentir mais fortemente. É nelas que os impactos negativos da reestruturação produtiva e das políticas de ajuste estrutural, combinando-se com um acúmulo de demandas sociais não satisfeitas, se traduzem em aumento das diferenciações e das desigualdades socioespaciais. Por esse conjunto de fatores, as regiões metropolitanas constituem, atualmente, um desafio à governabilidade.

Com vistas a trazer maior compreensão acerca desse desafio, o presente trabalho inicia, dentro do escopo de uma dissertação de Mestrado, um estudo para a Região Metropolitana de Porto Alegre através da caracterização e mapeamento de sua pobreza. Ele sugere uma análise mais detalhada da pobreza dos municípios que compõem a RMPA, bem como de um levantamento das políticas públicas neles implementadas.

No primeiro capítulo apresentam-se alguns conceitos e medidas sobre pobreza, esclarecendo a diferença entre os enfoques absolutos e relativos e apresentando o enfoque das capacitações. Também foram selecionados alguns indicadores de pobreza e os métodos para medi-la. Ainda neste capítulo será estabelecida uma metodologia para a construção das linhas de pobreza e indigência. No segundo capítulo faz-se a caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre, através da apresentação das cidades que a compõem, bem como alguns indicadores das respectivas cidades. Nele consta, ainda, um breve comparativo entre a RMPA e as demais regiões metropolitanas brasileiras. No terceiro capítulo são construídas as linhas de pobreza e indigência para a Região Metropolitana de Porto Alegre no contexto do Estado e sua evolução no período de 1992 a 2003. Realiza-se uma análise conjuntural, assim como a apresentação de indicadores de pobreza e seus respectivos *rankings*, construindo um mapa da pobreza para a RMPA. Em particular, calcula-se o Índice de Pobreza de Sen e o Índice de Pobreza Humana (IPH-1) como uma maneira de sugerir o uso de melhores medidas para a avaliação da pobreza na RMPA.

1 CONCEITOS E MENSURAÇÃO DA POBREZA

1.1 CONCEITOS DE POBREZA

Nos últimos anos têm aumentado significativamente os estudos sobre a pobreza (ver, por exemplo, trabalhos em Henriques (2000)). Existem muitas críticas sobre conceitos e medidas de pobreza que refletem as limitações dos indicadores usualmente empregados por órgãos públicos e pela sociedade civil para a avaliação da pobreza em um país ou em uma comunidade. Essas críticas são estimuladas, principalmente, pelo fato de ser a pobreza um fenômeno multidimensional, ou seja, de que pobre é aquele indivíduo que sofre ampla gama de privações não-comensuráveis, tais como alimentação, moradia, saúde, educação e lazer, entre os mais importantes. No entanto, outros tantos problemas surgem dentro da dimensão renda, e é relevante ter um conhecimento dela e de seus *links* com importantes dimensões do desenvolvimento humano.

Para analisar a pobreza, é necessário primeiro contextualizá-la dentro de um *framework* normativo e depois defini-la conceitualmente, tendo estabelecido os aspectos que envolvem o termo. A partir disso, sua mensuração pode ser construída com indicadores quantificáveis que tenham relação com a definição estabelecida. Independente dos indicadores particulares utilizados para o processo de medição, uma análise da pobreza sempre contempla dois elementos básicos, quais sejam, a identificação das pessoas pobres e sua agregação em uma medida qualquer. Na prática, não existe a dicotomização da sociedade ou de grupos sociais em pobres e não-pobres, mas ela possui finalidades analíticas e práticas de sistematização de características da pobreza de diferentes pessoas através de uma medida agregada.

A pobreza, como observa Spicker (1999), pode ser interpretada como: necessidades, padrão de vida, insuficiência de recursos, carência de segurança básica, falta de titularidades, privação múltipla, exclusão, desigualdade, classe, dependência e padecimento inaceitável. O Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial (PNUD, 2000/2001) enfatiza o aspecto

multidimensional da pobreza e a complexidade de seus aspectos diversos. No entanto, mesmo podendo ser vista de múltiplas formas, grande parte dos estudos sobre pobreza (outra vez pode-se mencionar os artigos em Henriques, 2000 como representativos) se baseia em uma visão economicista. Para tal, basta identificar e agregar indicadores de necessidades econômicas, padrão de vida e insuficiência de recursos. Para estas opções, os indicadores de bem-estar mais utilizados têm sido a satisfação de certas necessidades econômicas, o consumo de bens e a receita disponível. É importante entender o papel da dimensão renda como uma das múltiplas formas da manifestação da pobreza, evitando negá-la de todo, como parece ser sugerido por algumas abordagens contemporâneas como a Seniana, ou aceitá-la por completo, como reza a tradição Utilitarista.

O uso da categoria ‘padrão de vida’ não se refere exclusivamente a privações predeterminadas, mas, sim, à carência de bens e serviços materiais requeridos para viver e estar integrado como membro da sociedade. Esta categorização está relacionada não somente ao método das linhas de pobreza, que considera pobres as pessoas cuja renda ou consumo não é suficiente para manter um nível de vida considerado mínimo. Ela pode ser estendida a um conjunto de idéias sobre pobreza que vê na privação de recursos a gênese de uma ampla gama de privações sofridas pelos indivíduos considerados pobres. Em sua formulação mais básica, a insuficiência de recursos é simplesmente a falta de renda para adquirir o que uma pessoa necessita.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (PNUD, 2000/2001, p. 15) apresenta como múltiplas dimensões da pobreza a privação material (renda ou consumo), o baixo nível de escolaridade e saúde, a vulnerabilidade, a exposição a riscos e a falta de influência e poder. Conforme o Relatório, uma das vantagens da abordagem ampla é que os diferentes aspectos da pobreza interagem e se reforçam mutuamente. Por exemplo, as melhorias na educação, além de aumentarem o bem-estar, trazem resultados melhores também na saúde e incremento na renda.

É natural que se encontrem, na literatura, observações como a de Romão (1993) de que o conceito de pobreza é muito difícil de ser definido, pois é altamente complexo. Sua complexidade é devida tanto à multidimensionalidade quanto à carga de subjetividade, que envolve uma gama de juízos de valor a refletir opiniões diversas sobre o que é ser pobre.

A pobreza implica muito mais do que considerações econômicas; isso significa que os aspectos não-econômicos também precisam ser compreendidos na caracterização e na mensuração da pobreza.

Os conceitos de pobreza podem ser classificados segundo muitos critérios. Eles podem ser avaliados de acordo com i) seu grau de objetividade ou subjetividade, ii) seu grau de universalidade (absoluta ou relativa), iii) sua incidência e sua intensidade, iv) seu grau de duração (ou persistência) e v) seu grau de dimensionalidade. No que segue, analisam-se alguns desses significados e discutem-se suas contribuições para o entendimento de um conceito mais amplo de pobreza.

A relevância deste exercício de esclarecimento conceitual não deve ser subestimada. Como argumentam Kanbur and Squire (2001, p. 184), é óbvio o impacto que diferentes conceitos de pobreza têm sobre as estratégias de redução, principalmente porque, quando vários aspectos da pobreza interagem, as políticas públicas lutam contra um fenômeno cujo produto é maior do que a soma das partes. A interação entre diferentes privações faz com que muitas políticas públicas sejam ineficazes na redução da pobreza. Por esta razão, é importante esclarecer os diferentes aspectos conceituais do ‘ser pobre’, tornando-o um objeto analítico mais concreto.

a) Objetividade ou subjetividade?

Os conceitos subjetivos referem-se à pobreza como juízo de valor, ou seja, à percepção das pessoas sobre seu próprio estado de pobreza ou sobre a situação de pobreza de outras pessoas. É uma proposição normativa, isto é, a opinião ou sentimento do indivíduo a respeito do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades para uma vida digna ou um nível de privação suportável. Mesmo sendo um julgamento subjetivo das pessoas, existe, em geral, uma correlação entre a visão que os indivíduos têm de sua própria pobreza e os aspectos objetivos, como sua renda, com os quais os indivíduos se confrontam diariamente.

Para serem considerados pobres, os indivíduos devem ser classificados como tal nos critérios subjetivos e objetivos, ou seja, devem se considerar subjetivamente e ser considerados objetivamente pobres. Se não for assim, pode-se chegar a um conflito irreconciliável: pessoas que não se consideram pobres mas, por algum aspecto objetivo (requerimento nutricional, por exemplo), são considerados assim, e pessoas que se consideram pobres mas são classificadas

não-pobres. Esses equívocos podem ser chamados, como sugerido por Romão (1993), de erros do tipo I e II.

Os conceitos subjetivos de pobreza não são usualmente considerados os mais adequados; afinal, a pobreza é uma situação social concreta que pode ser objetivamente identificável, reconhecida pela falta de recursos dos indivíduos e das características do ser pobre. Existe muita controvérsia sobre o problema das preferências adaptativas quando a pobreza crônica entroniza padrões de privação na avaliação crítica dos indivíduos que os impedem de visualizar sua condição. Isso não acontece somente pelo papel dos juízos de valor na formulação das características consideradas importantes pelos indivíduos para a definição de sua pobreza. Berlin (2002, p. 182) caracteriza este problema ao descrever a situação de privação mental vivida por muitas das pessoas pobres, que dá origem à caracterização do problema das preferências adaptativas. Em suas palavras:

I begin by desiring happiness, or power, or knowledge, or the attainment of some specific object. But I cannot command them. I choose to avoid defeat and waste, and therefore decide to strive for nothing that I cannot be sure to obtain. I determine myself not to desire what is unattainable. The tyrant threatens me with the destruction of my property, with imprisonment, with the exile of death of those I love. But I no longer feel attached to property, no longer care whether or not I am in prison, if I have killed within myself my natural affections, then he cannot bend me to his will, for all that is left of myself is no longer subject to empirical fears or desires. It is as if I had performed a strategic retreat into an inner citadel.

Já os conceitos objetivos para identificar situações de pobreza baseiam-se em critérios exogenamente determinados como quantidade de renda, habitação e consumo de alimentos, entre outros, que podem não refletir a escala de valor dos indivíduos. Por exemplo, pode ser que um indivíduo considerado pobre por não ter um padrão de consumo mínimo se considere pobre por não ter, suponha-se, condições mínimas de moradia. Assim, parece que há uma incompatibilidade intrínseca entre os padrões objetivos e os subjetivos que é difícil de ser superada dentro do espaço dos recursos (ou renda) como critério diferenciador dos indivíduos.

b) Absoluta ou relativa?

O conceito de pobreza tem sido analisado ao longo da história em um contínuo que vai do mais absoluto ao mais relativo (Dixon & Macarov, 1998). Diferentes posicionamentos refletem diferentes julgamentos referentes ao grau de universalidade atribuível ao estado de ser pobre. No enfoque absoluto, as necessidades independem da riqueza dos demais, e não satisfazê-las revela uma condição de pobreza em qualquer contexto. Ou seja, no conceito de

pobreza absoluta consideram-se pobres as pessoas que estão em níveis abaixo dos padrões mínimos de necessidades estabelecidas universalmente. Conforme este enfoque, existe uma espécie de núcleo de necessidades absolutas que são irredutíveis a determinadas comparações, tanto em termos contextuais/espaciais – um país, uma comunidade – como em termos de níveis, sejam estes de bem-estar ou de estilo de vida, já que se relacionam com a dignidade e a igualdade essenciais do indivíduo considerado como ser humano.

Já no enfoque relativo, originalmente articulado por Townsend (1979), sustenta-se que as necessidades e privações dos indivíduos surgem a partir da comparação com os demais, e que a condição de pobreza depende do nível geral de riqueza. Ou seja, a pobreza relativa é uma comparação entre a situação do indivíduo e de seus semelhantes em termos da posição que ocupa na sociedade. É caracterizada pela situação de desvantagem na distribuição dos bens, serviços e renda, produzidos socialmente. Refere-se, também, ao estilo de vida, assim como à situação econômica, política e social específica de uma sociedade.

Neste enfoque, uma pessoa com determinado nível de renda pode não se sentir pobre se vive em uma sociedade com poucos recursos; porém, se vive em uma sociedade rica, sua renda pode ser insuficiente para permitir que se integre de forma adequada. À medida que aumenta a riqueza de uma sociedade, os padrões sociais são mais altos e, para cumpri-los, requer-se cada vez mais recursos. Portanto, o critério de pobreza de uma pessoa dependerá de quanto possui seu grupo social de referência. Por isso, a utilização deste conceito perde a relevância em alguns casos. Por exemplo, em uma distribuição desigual de renda, mas que não inclua os pobres, ou em uma distribuição homogênea que inclua somente pobres.

c) Incidência ou intensidade?

O conceito de pobreza possui uma dimensão quantitativa referente não somente a sua ‘incidência’, isto é, ao número de pessoas com determinada característica que as qualifica como ‘pobres’, mas a sua ‘intensidade’, isto é, ao quão pobres são consideradas as pessoas pobres. Enquanto a dimensão de incidência confere informação sobre a extensão da pobreza, a dimensão de intensidade expressa a gravidade do problema entre os pobres. Essas duas dimensões não são irreconciliáveis. No entanto, é muito frequente encontrar-se alusão à dimensão de incidência da pobreza sem qualquer referência ao problema de sua intensidade.

Cabe salientar que a intensidade da pobreza fornece uma ordem de privação enfrentada por membros de um grupo social ou sociedade que é fundamental para a formulação de ações estratégicas contra a pobreza. O desprezo desta informação pode levar a situações onde pessoas menos pobres entre os pobres sejam privilegiadas por ações sociais em detrimento daqueles que mais necessitam. Por esta razão, é importante enfatizar que tanto a incidência quanto a intensidade são características importantes de qualquer conceito de pobreza. Esta distinção aparece, por exemplo, na classificação usualmente empregada entre os conceitos de pobreza e indigência. Conforme o Projeto Fome Zero (2002), considera-se indigente a população cuja renda familiar per capita não alcança o valor de uma cesta de alimentos, e pobres são aqueles que não atingem a renda necessária para adquirir a cesta de alimentos mais os bens não-alimentares básicos. Independente da formulação e dos critérios de mensuração escolhidos, cabe enfatizar que os critérios de pobreza e indigência, como usualmente empregados no Brasil, refletem uma preocupação com o binômio incidência vs intensidade da pobreza.

d) Crônica ou transiente?

Um dos aspectos mais preocupantes da pobreza é seu caráter crônico; isto é, são considerados pobres aqueles indivíduos que possuem uma longa história de pobreza (muitas vezes de natureza intergeracional) que não pode ser resumida a um conjunto corrente de privações. Jalan & Ravallion (2000) referem-se à pobreza crônica como o nível de vida de longo prazo. A pobreza crônica tem uma forte característica temporal, onde diferentes privações dos indivíduos estão fortemente correlacionadas no tempo. Por outro lado, o indivíduo que é pobre transitoriamente pode voltar a ser não-pobre pela ausência de seu fator de privação.

O conceito de pobreza transitória é freqüentemente descrito através do de vulnerabilidade (ver Dercon & Krishnan, 2000). Por exemplo, um indivíduo considerado pobre na condição de desempregado pode ser considerado não-pobre na condição de empregado. Do mesmo modo, um agricultor que enfrenta a quebra da safra devido a uma eventual seca pode ser classificado como pobre na ausência de recursos que garantam a dignidade de sua família. Essa situação, no entanto, pode ser revertida na próxima safra. Assim, pode-se dizer que o desempregado temporário e o agricultor são considerados pobres apenas transitoriamente – e não cronicamente. Desta perspectiva, a pobreza crônica é um problema muito mais sério que requer um conjunto de políticas complementares desenhadas

para ajudar os indivíduos a superar situações muito mais complicadas de acúmulo intertemporal de privações múltiplas.

Portanto, o grau de duração (ou persistência) da pobreza é característica importante da conceitualização da pobreza. Ele reflete fenômenos que são qualitativamente distintos e retratam situações diferentes. Assim, são tipos diferentes de pobreza que devem ser considerados.

e) **Unidimensional ou multidimensional?**

Muitas pessoas tomam como dado que a pobreza é unidimensional ou multidimensional por opção metodológica, sem muita noção do motivo pelo qual se deve diferenciar esses elementos. Nussbaum (1990) mostra que a multidimensionalidade surge da impossibilidade de se comensurar diferentes dimensões quando da avaliação de estados de seres humanos. A consequência lógica do reconhecimento da incomensurabilidade é a rejeição ao uso de uma dimensão, tal como a renda, para descrever o conjunto de estados de bem-estar de uma pessoa. Isso não significa que a renda não possa representar a dimensão material de bem-estar dos indivíduos, mas que ela, conceitualmente, não pode abarcar todas as demais dimensões.

A crítica ao uso de normas unidimensionais de pobreza é um dos pilares da Abordagem das Capacitações introduzida por Sen (1992, 1999). Segundo este enfoque, uma pessoa é pobre se não tiver capacitações consideradas básicas. Conforme Sen (1985), as seguintes capacitações são básicas e necessárias: a) capacitação de permanecer vivo e de gozar de uma vida longa; b) capacitação de promover a reprodução intergeracional no sentido tanto biológico como cultural; c) capacitação de gozar de uma vida saudável; d) capacitação de interação social, ou seja, a capacidade de estabelecer um conjunto variado de relações, redes e interações; e e) capacitação de ter conhecimento, liberdade de expressão e de pensamento. Apesar da referência aos conjuntos de capacitações, deve-se enfatizar que Sen evita a constituição de uma lista de capacitações universais, tal como sugerido por Nussbaum (1999, 2000).

Sen (2000) introduz a perspectiva da pobreza como privação de capacitação em vez de meramente como baixo nível de renda, amplamente utilizado para a identificação da pobreza. Tal perspectiva não envolve a negação de que um baixo nível de renda é uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma das principais razões da privação de

capacitação de uma pessoa. O autor argumenta que a pobreza pode ser vista como privação de capacitação da seguinte forma:

- a) a pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacitação; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- b) Existem *outras* influências sobre a privação das capacitações – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- c) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacitação é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2000, p. 109-10).

O autor apresenta quatro pontos importantes que devem ser considerados na abordagem da pobreza baseada na renda:

1º) Variáveis ‘de controle’, como idade, papel sexual e social, localização, condição epidemiológica, entre outras, afetam significativamente a relação entre renda e capacitação.

2º) Existem desvantagens como idade, incapacidade ou doença que reduzem o potencial dos indivíduos para auferirem renda e, também, dificultam a conversão da renda em capacitações, pois estas pessoas podem precisar de mais renda para conseguir os mesmos funcionamentos.

3º) A renda familiar pode ser distribuída de forma desproporcional entre os membros da família; desta forma, a privação daqueles que foram desfavorecidos pode não ser captada através da renda familiar.

4º) Em países ricos, as pessoas que são relativamente pobres (mesmo que tenham renda absoluta elevada em relação aos padrões mundiais) podem ter desvantagem em capacitações, pois nesses países é necessário mais renda para obter o mesmo funcionamento¹ social.

A classificação das diferentes dimensões da pobreza de acordo com conjuntos diferenciados de critérios está longe de esgotar o debate. Estudos recentes, como *Voices of the Poor* (Narayan, 2000), mostram como o entendimento da pobreza não pode ser feito sem a consideração de aspectos culturais e institucionais na definição e identificação dos indivíduos pobres. A análise da pobreza depende também do conhecimento de suas causas e de seus

¹ Funcionamentos (*functionings*) são partes do estado de uma pessoa, é tudo aquilo que as pessoas podem ser ou fazer.

principais fatores condicionantes. Como sumarizado por Narayan (2000, p. 4), sua análise da experiência com 40.000 indivíduos pobres levou à conclusão de que:

First, poverty is multidimensional. Second, the state has been largely ineffective in reaching the poor. Third, the role of nongovernmental organisations (NGOs) in the lives of the poor is limited, forcing the poor to depend primarily on their own informal networks. Fourth, households are crumbling under the stresses of poverty. Finally, the social fabric – poor people’s only ‘insurance’ – is unraveling.

Estas características são citadas aqui apenas como exemplo para mostrar que a discussão sobre o conceito de pobreza é muito mais complexa do que a simples admissão de sua complexidade. Ela envolve o estabelecimento de causas dos tipos particulares de pobreza e das características únicas de algumas privações. A discussão conceitual é, logicamente, independente das possibilidades de mensuração de tipos diferentes de pobreza. No entanto, ela informa a discussão a seguir sobre mensuração e indicadores.

1.2 INDICADORES DE POBREZA

Para analisar os índices de pobreza é importante, primeiro, seguir o enfoque “axiomático” desenvolvido por Sen (1976), que estabelece que as medidas de pobreza devem cumprir uma série de condições para prover indicadores consistentes. Algumas delas são:

- Axioma focal: indica que, uma vez estabelecida a linha de pobreza, uma medida de pobreza não deve ser sensível a mudanças na renda dos não-pobres. Isto surge da idéia de que mudanças na renda das pessoas que se encontram fora da linha de pobreza não afetam o bem-estar das pessoas pobres.

- Axioma de monotonicidade: estabelece que uma medida de pobreza deve aumentar quando a renda de uma pessoa pobre diminui. Ou seja, deve haver uma correspondência entre a medida de pobreza e a distância dos pobres em relação à linha.

- Axioma de transferência: segundo este axioma, a transferência de renda de um indivíduo pobre a um menos pobre deve aumentar a medida de pobreza; portanto, ele exige que a medida de pobreza seja sensível à distribuição de renda abaixo da linha de pobreza e, em particular, que conceda ponderação maior aos mais desprovidos. Seu ponto fraco é que se restringe à análise de transferências que não causem ‘ultrapassagem’ da linha de pobreza.

Nem todas as medidas de pobreza satisfazem esses axiomas. Cabe mencionar que a violação deles indica apenas um baixo grau de desejabilidade ou adequação do uso de determinadas medidas de pobreza. No que segue, apresentam-se as principais medidas de pobreza encontradas na literatura (Sen, 1981 e Hoffmann 2000).

1.2.1 Incidência de pobreza (ou proporção dos pobres)

O índice de incidência da pobreza absoluta corresponde à proporção de indivíduos ou famílias pobres no conjunto da população de determinada área. Este índice é utilizado para medir somente o grau de pobreza, e não a intensidade de uma determinada comunidade. Sendo q o número de pobres e n a população total, a incidência de pobreza ou proporção de pobres (H) é:

$$H = \frac{q}{n}$$

A vantagem desta medida é que pode ser facilmente interpretada e transmitida para fins de política pública. Entretanto, o índice satisfaz somente o axioma focal; ou seja, tendo-se uma linha de pobreza, um aumento na renda dos não-pobres não altera o número de pessoas pobres e, portanto, não varia a incidência de pobreza.

Porém, esta medida viola os outros dois axiomas; não cumpre o axioma de monotonicidade, pois uma redução na renda de todos os pobres não afeta o índice, assim como uma transferência de renda de qualquer pobre para uma pessoa menos pobre também não muda o índice, supondo-se que, com a transferência, ninguém ultrapasse a linha de pobreza. Apesar dessas limitações, é a medida mais usada no Brasil e no mundo. Ela possibilita a divulgação da informação ‘número de pobres’ calculado periodicamente no Brasil pelo IPEA e IBGE.

1.2.2 Insuficiência de renda

A insuficiência de renda (intensidade da pobreza) mede a deficiência (ou hiato, ou *gap*) agregada de renda de todos os pobres em relação ao valor monetário da linha de pobreza. Significa o montante que falta para que sua renda atinja a linha de pobreza.

Esta medida de intensidade da pobreza não é sensível ao número de pobres (grau de pobreza), sendo π a linha de pobreza, y_i a renda da pessoa i (que não pode ser superior a π) e g_i a defasagem (ou hiato) de renda do indivíduo i :

$$g_i = \pi - y_i$$

Então,

$$g = \sum g_i = \sum (\pi - y_i)$$

Logo,

$$I = \frac{g}{q\pi}$$

Esta medida cumpre os axiomas focal e de monotonicidade pois, se a renda de uma pessoa pobre diminui, a renda média também cairá e o índice aumentará. Entretanto, ela não cumpre o axioma de transferência, uma vez que, se houver transferência de renda de uma pessoa pobre para uma menos pobre, não se refletirá no índice, e a renda média permanecerá constante.

De certo modo, as medidas de incidência e insuficiência se completam: enquanto a primeira é insensível à intensidade da pobreza de cada pessoa, a segunda é insensível à extensão da pobreza. A lógica deste argumento sugere a união das duas medidas em uma única, combinando as propriedades desejáveis de incidência e intensidade.

Como se verá a seguir, esta consequência lógica foi seguida no desenvolvimento dos demais indicadores de pobreza.

1.2.3 Índice de pobreza de Sen

Sen (1976) construiu este índice para satisfazer o axioma da transferência. É uma medida utilizada para quantificar a situação da população pobre em termos de número de pessoas, montante de renda e distribuição de renda. Sendo assim, o índice de Sen leva em consideração tanto a extensão quanto a intensidade da pobreza, e ainda a desigualdade da distribuição de renda entre os pobres.

O índice varia de zero a um, sendo igual a zero quando todas as rendas forem maiores que o nível de pobreza, e igual a um quando todas forem zero. A medida agregativa de pobreza de Sen (S)² é:

$$P = H[I + (1 - I)G_p]$$

Onde:

H - incidência de pobreza

I - índice de defasagem de renda per capita

G_p - coeficiente de gini³

Sen (1981, p. 37) argumenta que a medida P tem certas vantagens únicas devido a sua derivação axiomática, que envolve um certo pluralismo de possíveis interpretações de seu uso. No entanto, de acordo com o autor: “There is nothing defeatist or astonishing in the acceptance of this pluralism”, pois esse pluralismo é parte intrínseca da natureza do exercício de avaliação da pobreza.

1.2.4 Índice de Foster, Greer e Thorbecke

O índice de Foster, Greer e Thorbecke (1984) é também muito utilizado por apresentar vantagem na agregação dos valores e na sistematização dos demais indicadores de pobreza. Da mesma forma que o índice de Sen, varia de zero a um com $\varphi(\alpha) = 0$ quando todas as pessoas têm renda maior do que π e $\varphi(\alpha) = 1$ quando todas as rendas são iguais a zero.

$$FGT_{\alpha} = \frac{1}{n} \sum \left(\frac{\pi - y_i}{\pi} \right)^{\alpha} \text{ onde } \geq 0$$

O “ α ” pode ser entendido como um indicador de aversão à desigualdade. Quando $\alpha = 0$, esta medida é igual à proporção de pobres (H), e sendo $\alpha = 1$ obtém-se a insuficiência de renda (I). Para valores muito altos de α , esta medida depende quase exclusivamente da situação dos mais pobres. Quando $\alpha = 2$, tem-se uma medida de severidade da pobreza.

² Para maiores detalhes, ver Sen (1981) e Hoffmann (1998).

³ $G_p = \frac{2}{n^2 \mu} \sum_{i=1}^n i x_i - \left(1 + \frac{1}{q} \right)$ Onde: x_i - renda da i -ésima pessoa; n - número de pessoas; μ - renda média.

O índice FGT_α cumpre o axioma de monotonicidade para qualquer $\alpha > 0$ e satisfaz o axioma de transferência para qualquer $\alpha > 1$.

A satisfação desses axiomas faz do FGT a medida mais completa de pobreza não somente por superar o binômio ‘incidência vs intensidade’ da pobreza (importantes limitações de outros indicadores), mas, principalmente, por oferecer uma maneira de se refletir juízos de valor na sistematização dos indicadores de pobreza. Em particular, o valor atribuído a α passa a articular a visão política e o entendimento das prioridades sociais em determinada comunidade ou país.

A principal limitação deste indicador é seu pouco apelo intuitivo devido ao uso de um sistema não-linear de ponderações.

1.2.5 Índice de Pobreza Humana (IPH): uma derivação do IDH

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta desde 1990 seu informe sobre desenvolvimento humano, cujo conteúdo está baseado no Índice de Desenvolvimento Humano, criado como alternativa ao PIB per capita para medir a evolução das condições de vida das populações.

A principal idéia da metodologia desenvolvida pelo grupo de economistas que incluía Amartya Sen, Mahbub Ul Haq e Paul Streeten era de desenvolver um indicador inclusivo que servisse de medida de performance relativa entre os países de acordo com seu progresso social nas áreas consideradas mais fundamentais.

O Índice de Desenvolvimento Humano abrange três dimensões fundamentais da vida humana: longevidade, conhecimento e padrão de vida adequado. Para cada dimensão i em cada país j constrói-se um indicador: $I_{ij} = (X_{ij} - X_j^{\min}) / (X_j^{\max} - X_j^{\min})$, onde X_j^{\max} e X_j^{\min} correspondem respectivamente aos valores máximo e mínimo possíveis para cada variável. Obtém-se o IDH para o país j com:

$$\text{IDH}_j = \frac{1}{3} \times (I_{1j} + I_{2j} + I_{3j})$$

Mede-se a longevidade a partir da esperança de vida ao nascer (única variável que não sofreu modificações durante a existência do IDH). Para medir o conhecimento, o IDH utiliza a taxa de alfabetização de adultos. A medição do padrão de vida é realizada através da renda per capita previamente modificada em três aspectos: primeiro se estabelece em termos de um mesmo poder aquisitivo, utilizando fatores PPC (Paridade de poder de compra); em segundo, aplica-se a função logaritmo para dar conta dos retornos decrescentes da renda; a seguir elimina-se a proporção de renda que exceda um patamar previamente definido. Com estas modificações na renda, ela deixa de ser um elemento com forte poder discriminatório na constituição do indicador.

O uso de PPC e *logs* ‘achata’ a distribuição de renda, fazendo com que os grandes avanços no IDH somente possam ser atingidos através do progresso nas demais dimensões, as de cunho mais social. Com isso, a ênfase passa a ser o monitoramento do desenvolvimento humano, e não apenas a promoção do crescimento econômico.

Uma das críticas ao IDH é que o índice não é comparável no tempo, dado que os valores extremos modificam a cada ano. E ainda, uma mudança no IDH poderia ocorrer exclusivamente devido a variações nos valores extremos, e não a modificações reais no desenvolvimento humano de um país. No entanto, mantendo sempre a perspectiva de que o IDH é um índice de desempenho relativo, pode-se apreciar o fato de ele ser uma medida que enfatiza a obtenção dos ‘fins’ do desenvolvimento, diferentemente do crescimento econômico que, quando usado como medida de bem-estar social, privilegia apenas seus ‘meios’.

O IPH é uma extensão do IDH introduzido em 1997 para medir especificamente a pobreza. A idéia é medir ‘privações’ ao invés de ‘realizações’, como faz o IDH. Atualmente, o IPH é dividido entre IPH-1 para países subdesenvolvidos e IPH-2 para países desenvolvidos (OECD). Para o cálculo do IPH-1 são utilizadas as seguintes variáveis: o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos (P_1); o percentual de adultos analfabetos (P_2); o percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde (P_{31}) e água potável (P_{32}) e o percentual de crianças menores de 5 anos com insuficiência de peso (P_{33}).

$$\text{IPH} = \left[\frac{1}{3} (P_1^3 + P_2^3 + P_3^3) \right] \quad \text{onde} \quad P_3 = \frac{P_{31} + P_{32} + P_{33}}{3}$$

O IPH é uma medida de pobreza multidimensional que satisfaz os critérios de avaliação impostos pela perspectiva de desenvolvimento humano (ver *Human Development Report*, 2004, apêndice). Este indicador não trata da renda, mas do que os indivíduos podem atingir a partir dela. A ênfase é no que os indivíduos podem conseguir superar em termos de privações, não em recursos.

Os cinco indicadores mostrados não representam todo o universo de indicadores de pobreza jamais elaborados, mas, com certeza, são os mais usados tanto na literatura quanto na formulação de políticas sociais. Eles captam com capacidade distinta diferentes aspectos das dimensões de pobreza descritas. Como tal, não são completos, mas *proxies* de vidas muito mais complexas, vividas sob múltiplas privações. Existe um claro *trade-off* entre os tipos de indicadores: os indicadores mais simples, como a proporção de pobres, inexatos e imperfeitos como são, podem comunicar com mais clareza a informação sobre quem são os pobres; por outro lado, o FGT ou o IPH, mais complexos e completos, exibem a informação em escalas mais difíceis de ser apreendidas pelo cidadão comum.

1.3 MÉTODOS PARA MEDIR A POBREZA

Dentre os vários métodos para medir a pobreza, neste item serão apresentados e comentados os mais conhecidos. Os diferentes enfoques não correspondem, na realidade, a formas alternativas de medir a mesma coisa, mas a concepções distintas da pobreza. São complementares a algumas medidas já vistas nos itens anteriores.

1.3.1 Linhas de pobreza

1.3.1.1 Consumo calórico

No método baseado no consumo calórico, a linha de pobreza corresponde ao nível de renda (ou de gasto) que permite a um indivíduo alcançar um consumo predeterminado de calorias. Obtêm-se as necessidades calóricas de estudos nutricionais que realizam hipóteses sobre o nível de atividade física dos indivíduos. Deve-se levar em conta que este procedimento não é equivalente à medida de desnutrição, a qual observa diretamente se o consumo efetivo de calorias é insuficiente, sem levar em consideração a renda correspondente.

Este método tem como vantagem a utilização de um número menor de informações e a desnecessidade de se fixar componentes não-alimentares para estabelecer a linha de pobreza. Quanto às críticas, uma surge do fato de utilizar um critério nutricional como indicador de bem-estar, que pode não garantir consistência para a construção da linha. A relação entre gasto e consumo energético pode variar de acordo com os gostos, o nível de atividade física (por exemplo entre populações urbana e rural) e os preços relativos, entre outros, e estas variações não correspondem necessariamente às mudanças no bem-estar⁴.

1.3.1.2 Custo das necessidades básicas

Segundo Rocha (1988), a linha de pobreza estabelecida em termos de custo de atendimento das necessidades básicas torna menos arbitrário o limite de renda a ela associado. Do mesmo modo, Altimir (1979) mostra, em um estudo comparativo dos países da América Latina, a possibilidade de determinar-se uma linha de pobreza absoluta a partir de uma cesta básica. Este estudo teve como principal restrição à metodologia adotada o estabelecimento de uma cesta nacional única, considerando a grande diversidade regional de alguns países, como o Brasil. Thomas (1982) utiliza uma cesta básica para a definição da linha de pobreza, porém considera o custo de cestas diferenciadas em nível de regiões, distinguindo diferenciais entre uma situação rural e urbana (metropolitana e não-metropolitana) e, ainda, levando em consideração as estruturas de consumo efetivamente observadas no período estudado. Fava (1984) estabelece uma cesta específica para a classe de baixa renda, limitando-se aos produtos de maior contribuição calórica.

O método dos custos das necessidades básicas utiliza uma cesta básica de consumo composta por diversos bens e serviços, e a linha de pobreza é estabelecida a partir do gasto necessário para adquiri-la. Supõe-se que a cesta seja composta por dois grupos de bens: os alimentares e outros. Quanto aos bens alimentares, a idéia é compor uma cesta que satisfaça as necessidades básicas nutricionais. Considerando que existem muitas combinações de alimentos que possuem o mesmo valor nutricional, escolhe-se a cesta que minimize o custo dos alimentos a preços vigentes. Tendo uma combinação de alimentos a preços mais baixos, deve-se, ainda, observar o padrão de consumo da população. A construção da cesta básica dos outros bens, por sua vez, possui duas alternativas. Uma consiste em identificar-se os

⁴ A análise da relação entre pobreza e subnutrição é mais complexa do que sugerida acima. Para uma discussão mais detalhada, ver Svedberd (*Poverty and Undernutrition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000).

requerimentos mínimos de cada necessidade, como moradia, vestuário, educação, transporte etc.; entretanto, a fixação de um nível mínimo para estas necessidades não conta com a base teórica equivalente à das necessidades nutricionais e, desta forma, depende grandemente do julgamento de quem constrói a linha. A segunda alternativa consiste em utilizar a proporção observada de gastos nestes bens dentro do gasto total das famílias. Assim, obtém-se a linha de pobreza dividindo o valor da cesta básica alimentar pela proporção de gastos em alimentos (método do multiplicador).

Segundo Feres (1997), existem implicações conceituais neste método. Em primeiro lugar, mesmo supondo que as famílias consigam suprir adequadamente suas necessidades de alimentação, nada garante que satisfaçam, ao mesmo tempo, os padrões mínimos das outras necessidades; esta questão nem sempre possui adequada base empírica. Em segundo lugar, o procedimento não leva em consideração a satisfação das necessidades básicas provenientes de bens e serviços providos pelo Estado, pois a proporção de gastos em alimentos é calculada em relação aos gastos totais privados, o que não incorpora os componentes gratuitos ou subsidiados do consumo. Outra consideração é que os gastos com outros bens dependem do tamanho, da composição e da etapa do ciclo de vida de cada família. Feres (1997) apresenta resultados de estudos que confirmam que o ciclo de vida familiar afeta de maneira significativa a proporção de gastos destinados a bens não-alimentares.

1.3.1.3 Enfoque dos salários mínimos

O enfoque dos salários mínimos estabelece a linha de pobreza através da quantidade de dinheiro necessária para atingir o mínimo de subsistência convertida no salário mínimo oficial.

Segundo Rocha (1988), um dos autores que utilizou o salário mínimo foi Lodder (1976) em estudo sobre a distribuição de renda nas áreas metropolitanas, e definiu um patamar de subsistência igual a um salário mínimo por pessoa, apenas para a população produtiva.

Algumas considerações devem ser feitas em relação à aplicação deste método: uma delas é referente à metodologia, porque na determinação do salário mínimo já deveria estar implícito o atendimento das necessidades básicas, e, assim, é supérfluo ou redundante o

cálculo em separado dessas necessidades; outra é que o salário mínimo deveria ser ajustado pelos preços nas diferentes regiões do país, pelo tamanho da família e sua composição (Deaton, 1997). Mesmo apresentando algumas distorções, o salário mínimo tem sido utilizado como parâmetro devido às vantagens operacionais e a menores dificuldades na obtenção de dados.

1.3.1.4 Linha da CEPAL

Com o objetivo de realizar suas estimativas de pobreza absoluta, a CEPAL utilizou critérios para discriminar linha de pobreza, linha de indigência e início de bem-estar. Para determinar a linha de indigência, calcula-se o número de calorias necessárias à sobrevivência, o qual se converte em uma cesta básica de alimentos que cubra as necessidades nutricionais da população local levando em consideração os hábitos de consumo prevalentes, a disponibilidade efetiva de alimentos e seus preços relativos. Uma vez definidos esses bens, converte-se em dinheiro. A soma de dinheiro necessária para comprá-los define a linha de indigência. Assim, as pessoas que estiverem abaixo desta linha serão consideradas indigentes. Para obter o valor da linha de pobreza, toma-se por base a linha de indigência, que na zona urbana é o dobro da linha de referência, e na zona rural é 75% maior (PANORAMA, 1996). Para o cálculo levam-se em conta as diferenças de preços entre as áreas metropolitanas e as restantes zonas urbanas e rurais⁵.

1.3.2 Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)

Como mostram Doyal & Gough (1991, p. 39): “The word ‘need’ is also used explicitly or implicitly to refer to a particular category of *goals* which are believed to be *universalisable*” (grifos no original). Este aspecto de universalidade confere operacionalidade ao conceito de Necessidades Básicas e também um modo multidimensional de identificar e agregar os pobres. Conforme Feres (2001), o objetivo do método das Necessidades Básicas Insatisfeitas é fornecer um método direto de identificação dos pobres, considerando aspectos que não se refletem necessariamente no nível de renda de uma família. As necessidades que são normalmente utilizadas para sua aplicação são: a) acesso a uma moradia que assegure um padrão mínimo de bem-estar para a família; b) acesso a serviços básicos que assegurem um

⁵ Em geral, estima-se com referência à cesta básica das zonas urbanas metropolitanas e dos demais centros urbanos a preços 5% mais baixos, e nas zonas rurais, 25% inferiores (PANORAMA, 1996, p. 26).

nível sanitário adequado; c) acesso à educação básica; e f) capacidade econômica. A alimentação não está incluída, já que outras variáveis, supostamente, ilustram que o indivíduo possa alimentar-se adequadamente.

O acesso à habitação adequada caracteriza-se a partir das carências aglomeração e moradia inadequada, que se vinculam com a necessidade de as pessoas se protegerem do meio ambiente, assim como aspectos de privacidade e higiene cuja ausência deteriora consideravelmente a qualidade de vida. Mede-se a condição de aglomeramento a partir do número de pessoas por quarto, e determina-se a qualidade da moradia em função dos materiais de construção utilizados no piso, paredes e teto (CEPAL/PNUD, 1989).

A disponibilidade de água e o acesso aos serviços de saneamento básico constituem um segundo grupo de indicadores. A disponibilidade de água refere-se ao abastecimento permanente de água potável em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades de alimentação e higiene, e é medida a partir das características de potabilidade da água e a forma na qual a moradia é abastecida. O acesso aos serviços de saneamento básico se dá pela disponibilidade do serviço de saneamento e pela existência de um sistema de esgotos.

A educação básica constitui o elemento fundamental para que as pessoas consigam se incorporar adequadamente à vida social e produtiva. Porém, não é somente importante o acesso a um estabelecimento de ensino, mas, também, sua qualidade. Apesar de as fontes de dados utilizarem somente a primeira variável, tem-se alcançado progresso recente no mapeamento de variáveis qualitativas da educação (ver WORLD DEVELOPMENT REPORT, 2004). Por sua vez, a capacidade econômica não mede propriamente uma necessidade básica, mas procura refletir a probabilidade de um indivíduo usar recursos suficientes e de sua capacidade de consumo.

Após a escolha dos indicadores de necessidades básicas, faz-se necessário estabelecer um patamar de privação para cada dimensão que defina a situação de carência crítica, que deve corresponder à mínima satisfação possível das necessidades que seja compatível com uma participação adequada na sociedade. Quando uma família apresenta carência em alguma das variáveis que compõem o *profile* de necessidades, ela é incluída no conjunto de famílias com necessidades básicas insatisfeitas – NBI. Este método permite medir o número de famílias que não satisfazem alguma necessidade básica, mas não mede compulsoriamente sua

pobreza, isso porque não existe uma forma única estabelecida de relacionar o número de NBI com a condição de pobreza, o que implica que a classificação final em pobres e não-pobres é arbitrária e fica a critério do pesquisador. Os patamares, ou *benchmarks*, podem refletir alvos de políticas que visem à inclusão social ou a qualquer outro objetivo, sem o necessário compromisso com padrões de pobreza. Idealmente, esses padrões devem ser o resultado de políticas multiculturais e de exercícios participativos que envolvam os mais pobres na busca de soluções para seus problemas (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2004).

Pode-se associar o uso das necessidades básicas insatisfeitas ao das linhas de pobreza, permitindo captar sua heterogeneidade. Os pobres, assim classificados segundo a insuficiência de renda e com NBI, constituem a pobreza crônica; já os pobres com privação de renda, mas com necessidades básicas satisfeitas, constituem a pobreza temporária. Quanto aos não-pobres conforme a renda, mas que possuem NBI, estes podem ser classificados como dentro da pobreza inercial ou estrutural. O padrão particular de combinação dessas dimensões e a taxonomia proposta não são o ponto mais importante aqui, mas, sim, a possibilidade de se usar critérios alternativos de pobreza para a análise conceitual de tipos diferentes de pobreza.

1.4 METODOLOGIA PARA O ESTABELECIMENTO DAS LINHAS DE POBREZA E DE INDIGÊNCIA

Como argumentado, a definição da linha de pobreza é altamente complexa. Seus conceitos possuem limitações e ambigüidades, o que leva sempre a mensurações apenas aproximadas da realidade. Nesta dissertação, a dimensão enfatizada para as mensurações é a de pobreza absoluta, e o enfoque para estabelecer a linha de pobreza é o dos salários mínimos, devido a seu alto apelo intuitivo e amplo uso na formulação de políticas no Brasil.

Esta metodologia é seguida dentro de uma perspectiva oferecida pela Abordagem das Capacitações, que procura entender o papel da renda e sua relação com outras variáveis de controle na caracterização do funcionamento dos indivíduos. A escolha por este método pode ser justificada conforme Comim e Bagolin (2002), para quem o uso de medidas monetárias de pobreza pode ser justificado na tentativa de entender o grau de correlação entre a insuficiência de renda e as demais privações, a indisponibilidade de outras estatísticas sociais, a dificuldade de ponderação e agregação de diferentes dimensões sociais e a necessidade de medidas

homogêneas que possibilitem a comparabilidade entre distintas regiões ou localidades, desde que importantes contextualmente.

O procedimento utilizado nesta dissertação consiste em obter o valor de uma cesta de alimentos que atenda às necessidades nutricionais das famílias para definir a linha de indigência, levando em consideração os alimentos usuais de baixa renda. Conforme já foi citado, para a obtenção da linha de pobreza esse valor pode ser multiplicado por um coeficiente, tendo-se em vista as necessidades não-alimentares. Um método simples consiste em multiplicar o valor da cesta por dois (para zonas urbanas), admitindo-se que a alimentação representa a metade das despesas essenciais, conforme definição da CEPAL. Este será o método utilizado.

As tabelas referentes às faixas de salários utilizadas na presente dissertação são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. É importante, no entanto, esclarecer alguns conceitos sobre família e rendimento familiar que constam nas tabelas. Considera-se ‘família’ o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora sozinha em uma unidade domiciliar. Por ‘rendimento mensal familiar’ considera-se a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os pensionistas, empregados domésticos ou parentes dos empregados domésticos.

Para estabelecer os limites de renda das linhas foi utilizada como parâmetro a ração essencial do DIEESE, seguindo a definição da CEPAL. A tabela da ração essencial traz o preço médio da ração nas diferentes capitais do país para cada mês do ano. O valor total do gasto mensal apresentado na tabela é individual, ou seja, o valor necessário para que uma pessoa adquira os produtos. Considerando-se uma família de quatro pessoas, sendo dois adultos e duas crianças, o valor do gasto mensal deve ser multiplicado por três, considerando que duas crianças consomem o mesmo que um adulto. Como as tabelas da PNAD são anuais e os salários mínimos considerados como base são sempre do mês de setembro, as tabelas da ração essencial utilizadas são dos meses de setembro dos respectivos anos.

A partir da Tabela 1 pode-se constatar que, historicamente, uma família necessita aproximadamente de dois salários mínimos para adquirir a ração essencial. Neste contexto,

apenas a dimensão de incidência absoluta de privação material é avaliada por esta medida monetária de pobreza. Como já foi argumentado, esta medida leva em conta os preços e as condições locais que influenciam as possibilidades de indivíduos dentro de uma família terem uma vida saudável e com capacitações mínimas básicas. Nesse estágio do argumento, nada será dito sobre os fatores de conversão que indicam como os recursos impactam no bem-estar das famílias de acordo com as peculiaridades de cada caso. Apesar do esclarecimento anterior sobre multidimensionalidade, a medida apresentada abaixo é estritamente unidimensional. O desafio nos capítulos seguintes é relacioná-la, e o conceito subjacente, a um conjunto de realidades vividas pelos pobres dentro da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A tabela a seguir mostra a evolução do custo da ração essencial. Ela servirá como referência nos capítulos posteriores para uma análise mais detalhada sobre a pobreza em Porto Alegre.

Tabela 1: Ração essencial familiar preços médios, salários mínimos e salários mínimos necessários para adquirir a ração essencial familiar dos meses de setembro, para a RMPA

Anos	Dados dos meses de setembro		
	Ração essencial familiar Preços médios (1)	Salários mínimos (2)	Salários mínimos necessários para adquirir a ração essencial familiar (1)÷(2)=(3)
1992	Cr\$ 1.094.900,22	Cr\$ 522.186,94	2,10
1993	CR\$ 20.211,54	CR\$ 9.606,00	2,10
1995	R\$ 236,67	R\$ 100,00	2,37
1996	R\$ 264,78	R\$ 112,00	2,36
1997	R\$ 268,38	R\$ 120,00	2,34
1998	R\$ 300,03	R\$ 130,00	2,31
1999	R\$ 307,08	R\$ 136,00	2,26
2001	R\$ 384,54	R\$ 230,00	1,67
2002	R\$ 445,65	R\$ 260,00	1,71
2003	R\$ 488,07	R\$ 312,00	1,57

Fonte: DIEESE
Elaborado pela autora

Desta forma, seguindo a definição da CEPAL, para a linha de indigência, linha de pobreza e início de bem-estar mínimo (linha de pobreza é o dobro da linha de indigência e o

início de bem-estar é 2,5 superior à linha de pobreza), foram consideradas as faixas de renda apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 2: Quadro da linha de indigência, da linha de pobreza e do início de bem-estar para a zona urbana, segundo as faixas de salário mínimo

	Per capita	Família de 4 pessoas
Linha de indigência	s/ rendimentos até 0,5 SM	s/rendimentos até 2 SM
Linha de pobreza	até 1 SM	até 5 SM *
início do bem-estar	Acima 2,5 SM	acima 10 SM

* Pela definição da CEPAL, deveria ser até 4 SM (dobro de 2 SM); no entanto, como as tabelas utilizadas (PNADs) não possuem o intervalo de 2 a 4 SM, foi utilizado o intervalo de 2 a 5 SM.

Fonte: CEPAL

Elaborado pela autora

Entre a linha de pobreza e o início de bem-estar mínimo há uma situação intermediária – ou seja, famílias que estão acima da linha de pobreza mas não atingem o nível de bem-estar mínimo – que corresponde ao intervalo de 5 a 10 salários mínimos para a família.

No que segue aprofundar-se-á a análise da pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre através da especificação e da caracterização espacial dos municípios que a compõem.

2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

2.1 COMPOSIÇÃO DA REGIÃO

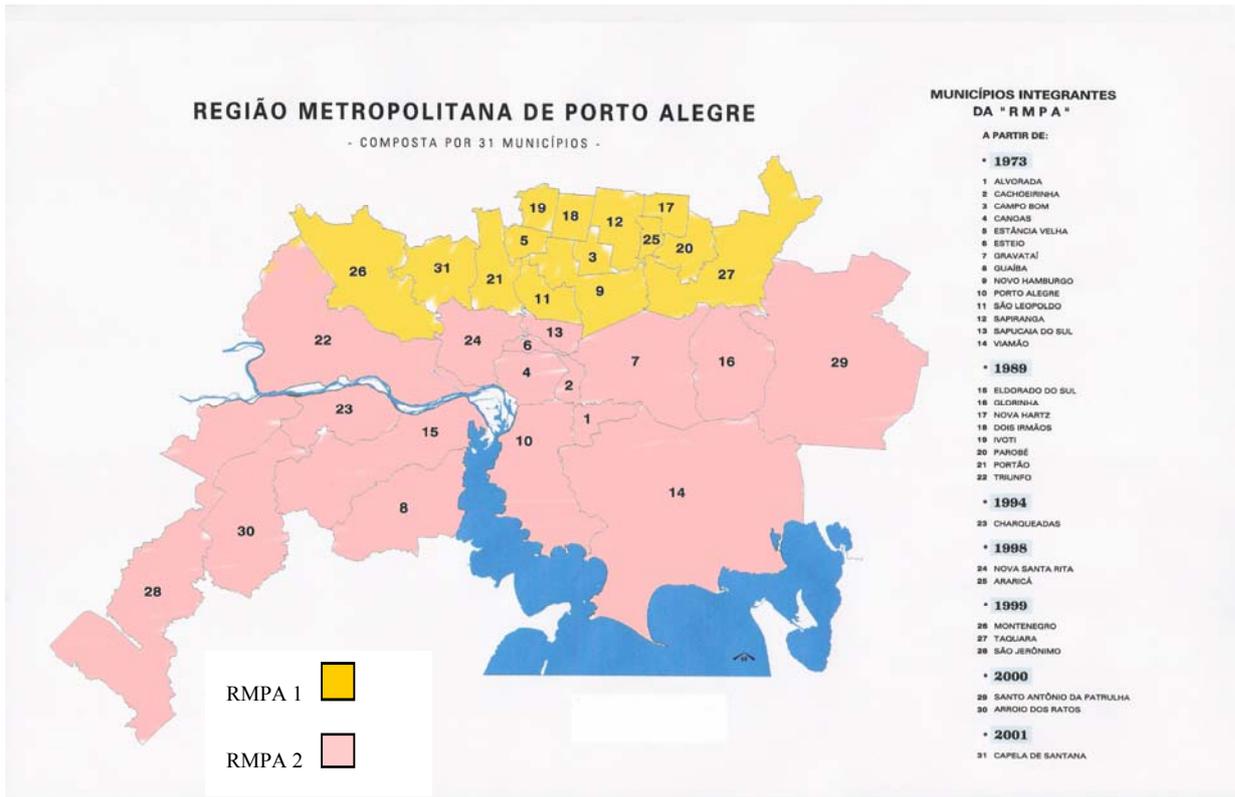
Conforme Mammarella (2002), a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA foi oficialmente instituída em 1973 (Lei Complementar nº 14) reunindo 14 municípios: Porto Alegre, Canoas, Sapucaia do Sul, Esteio, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Viamão, Guaíba, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Campo Bom e Sapiranga. A partir da Constituição Estadual de 1989, integrou 22 municípios; dos oito municípios que passaram a fazer parte do conjunto metropolitano, três são fruto de desmembramento interno (Eldorado do Sul, Glorinha e Nova Hartz) e cinco foram incorporados (Dois Irmãos, Ivoti, Parobé, Portão e Triunfo). Atualmente, a RMPA é constituída de 31 municípios, dois fruto de desmembramento interno (Nova Santa Rita e Araricá), e os demais incorporados (Charqueadas, Montenegro, Taquara, São Jerônimo, Santo Antônio da Patrulha, Arroio dos Ratos e Capela Santana) não se enquadram na idéia de metrópole como “área de concentração generalizada”, pois apresentam baixo grau de urbanização.

A RMPA situa-se num eixo que se estende até a região de Caxias do Sul e é circundado por um entorno de crescente expansão econômica e demográfica. O espaço metropolitano apresenta significativas diferenciações internas, não se constituindo num conjunto homogêneo e não se caracterizando como uma metrópole unipolar. Esta Região apresenta nítidas distinções relacionadas i) à sua formação histórica, ii) à sua dinâmica estrutural, iii) à distribuição geográfica assimétrica da atividade fabril que se encontra imersa em um permanente processo de rearranjo espacial, iv) ao modo de como se dá a expansão da continuidade urbana e, finalmente, v) as suas funções como a de centralidade. Estas distinções permitem delimitar duas grandes unidades: uma polarizada por São Leopoldo – Novo Hamburgo (RMPA 1) e outra por Porto Alegre (RMPA 2) (DELIMITAÇÃO, 1968)⁶.

⁶ Conforme Mammarella (2000), a RMPA 1, localizada na parte Norte, abrange os seguintes municípios: Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Araricá, Capela Santana, Taquara e Montenegro. E a RMPA 2, que forma a parte Sul da Região,

O Mapa 1 mostra a constituição dessas Regiões ao longo do tempo. Com isso, pode-se verificar a trajetória histórica de sua evolução (municípios) e sua natureza espacial. Este mapeamento é fundamental para um entendimento das causas da pobreza.

Mapa 1: Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: METROPLAN
Trabalhado pela autora

A RMPA 1 diferencia-se pela baixa diversificação dos ramos industriais, predominando as atividades ligadas ao circuito do calçado. Apenas os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo apresentam grande diversificação de gêneros industriais. A RMPA 2, capital do Estado, em que predominam as atividades ligadas ao setor terciário, é circundada por alguns municípios com característica de dormitório, mas nos demais existe grande diversidade de gêneros industriais (ALONSO, 2001).

abrange os municípios de: Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Sapucaia do Sul, Viamão, Arroio dos Ratos, Charqueadas, Nova Santa Rita, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e São Jerônimo.

2.2 CARACTERIZAÇÃO

A Região Metropolitana de Porto Alegre é a área mais densa do Estado; no ano de 2000 reunia 36,5% da população do Rio Grande do Sul, em apenas 3,05% do território. A cidade de Porto Alegre concentra 36,6% da população da RMPA em apenas 6,03% do território da região. Na RMPA encontram-se 9 entre os 17 municípios do Estado com mais de 100 mil habitantes.

Estas condições de densidade populacional estão correlacionadas ao fenômeno denominado ‘metropolização da pobreza’ (Henriques, 2000), refletindo a tendência do aumento da incidência da pobreza nas regiões metropolitanas dos centros urbanos. Sob essa perspectiva, a distribuição espacial da pobreza seguiria padrões demográficos de crescimento populacional (incluindo tendências migratórias). De modo nenhum equivale à afirmação de que o crescimento populacional é uma causa da pobreza (isto é, de que as pessoas pobres são pobres porque têm mais filhos). Entretanto, cabe ponderar o papel das tendências demográficas na formação das situações que ensejam a metropolização da pobreza.

A Tabela 3, a seguir, ilustra a distribuição da população nos diferentes municípios da RMPA. Uma análise mais detalhada de acordo com a distribuição intergeracional da população pode jogar luz à constituição de grupos socialmente excluídos, tais como o dos idosos ou o das crianças de rua. Muitos aspectos demográficos relacionados à mortalidade ou à fertilidade das populações, ou vieses de gênero, são importantes para a caracterização da pobreza (ver RAY, 1998).

Tabela 3: População total da RMPA por municípios e percentual da população dos municípios na região e no RS – 2000

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	% NA RMPA	% NO TOTAL DO RS
Alvorada	183 968	4,95	1,81
Araricá	4 032	0,11	0,04
Arroio dos Ratos	13 335	0,36	0,13
Cachoeirinha	107 564	2,89	1,06
Campo Bom	54 018	1,45	0,53
Canoas	306 093	8,23	3,00
Capela de Santana	10 032	0,27	0,10
Charqueadas	29 961	0,81	0,29
Dois Irmãos	22 435	0,60	0,22
Eldorado do Sul	27 268	0,73	0,27
Estância Velha	35 132	0,94	0,34
Esteio	80 048	2,15	0,79
Glorinha	5 684	0,15	0,06
Gravataí	232 629	6,26	2,28
Guaíba	94 307	2,54	0,93
Ivoti	15 318	0,41	0,15
Montenegro	54 692	1,47	0,54
Nova Hartz	15 071	0,41	0,15
Nova Santa Rita	15 750	0,42	0,15
Novo Hamburgo	236 193	6,35	2,32
Parobé	44 776	1,20	0,44
Portão	24 657	0,66	0,24
Porto Alegre	1 360 590	36,59	13,36
Santo Antonio da Patrulha	37 035	1,00	0,36
São Jerônimo	20 283	0,55	0,20
São Leopoldo	193 547	5,20	1,90
Sapiranga	69 189	1,86	0,68
Sapucaia do Sul	122 751	3,30	1,20
Taquara	52 825	1,42	0,52
Triunfo	22 166	0,60	0,22
Viamão	227 429	6,12	2,23
Total da RMPA	3 718 778	100	36,50
TOTAL do RS	10 187 798	-	100

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Mapa 2: Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre com mais de 100.000 habitantes



Fonte: www.fee.rs.gov

A densidade demográfica da Região é de 445,17 hab/km² integrando municípios como Esteio e Porto Alegre, que apresentam as maiores densidades do Estado com 2.899,5 hab/km² e 2.741,2 hab/km², respectivamente. Como se verá a seguir, alguns problemas urbanos, típicos de populações pobres, estão correlacionados a diferenciais de densidade demográfica. Alguns municípios apresentam densidades baixas, como Glorinha, São Jerônimo, Triunfo, Arroio dos Ratos, Santo Antônio da Patrulha, Eldorado do Sul, Capela de Santana e Nova Santa Rita, variando de 16,9 hab/km² a 72,1 hab/km².

No que segue, os dados são primeiro apresentados na Tabela 4, seguidos do Mapa 3, que mostra a distribuição espacial das densidades. Como pode ser visto, existe uma forte correlação espacial entre as diferentes densidades.

Os efeitos do aumento de densidade populacional podem ser positivos ou negativos. Os negativos incluem piora nas condições de saúde das populações, com o conseqüente aumento de mortalidade infantil e baixos níveis educacionais. Os positivos estão relacionados à possibilidade de economias de escala em alguns serviços e desenvolvimento tecnológico.

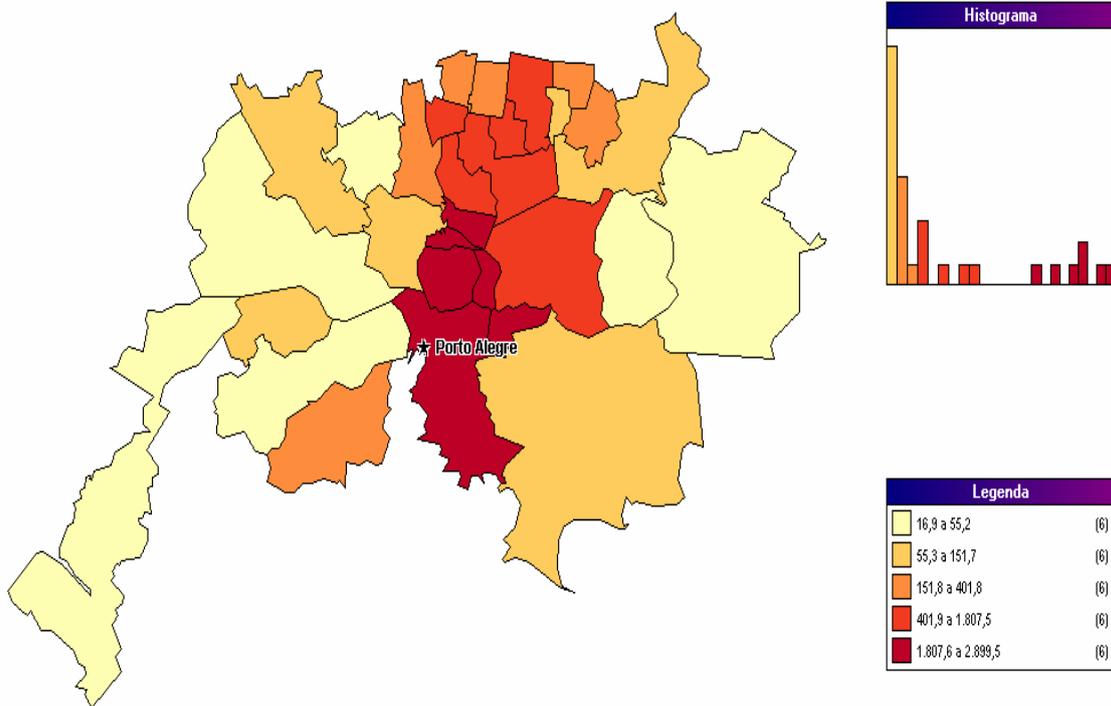
Tabela 4: Densidade demográfica dos municípios da RMPA – 2000

MUNICÍPIOS	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
Alvorada	2.516,10
Araricá	107,50
Arroio dos Ratos	32,00
Cachoeirinha	2.459,30
Campo Bom	901,80
Canoas	2.331,90
Capela de Santana	55,20
Charqueadas	139,40
Dois Irmãos	307,10
Eldorado do Sul	52,40
Estância Velha	680,60
Esteio	2.899,50
Glorinha	16,90
Gravataí	485,50
Guaíba	249,90
Ivoti	235,60
Montenegro	123,90
Nova Hartz	260,80
Nova Santa Rita	72,10
Novo Hamburgo	1.092,80
Parobé	401,80
Portão	155,10
Porto Alegre	2.741,20
Santo Antonio da Patrulha	34,60
São Jerônimo	21,00
São Leopoldo	1.807,50
Sapiranga	518,20
Sapucaia do Sul	2.115,00
Taquara	118,50
Triunfo	26,90
Viamão	151,70

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os principais impactos negativos da alta densidade populacional incluem: i) efeitos Malthusianos (relacionados a altas taxas de mortalidade e a enfermidades), ii) baixo crescimento econômico local ou regional (associados ao modelo de crescimento de Solow), iii) exacerbação do problema da pobreza, diminuindo o custo de oportunidade de pessoas mais pobres terem crianças e iv) aumento de pressão sobre os recursos naturais (ver RAY, 1998, capítulo 9).

Mapa 3: Densidade demográfica dos municípios da RMPA – 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

As diferentes densidades demográficas estão associadas a diferentes pólos de atividade econômica na Região Metropolitana de Porto Alegre, sinalizando a importância do perfil produtivo na formação dos diferentes grupos urbanos. Uma análise preliminar feita através da classificação dos COREDES ilustra bem esse ponto.

O Estado possui 24 Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES⁷ e a Região Metropolitana de Porto Alegre integra cinco deles⁸: Metropolitano-Delta do Jacuí, Vale do Sinos, Paranhana-Encosta da Serra, Centro-Sul e Vale do Caí.

⁷ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram instituídos em 1991, através da Lei nº 10.283, projeto prioritário do governo na época tinham como função intermediar os interesses locais na elaboração de políticas urbanas e regionais.

⁸ Metropolitano - Delta do Jacuí: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Viamão.

Conforme informação da Secretaria da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, foi realizada uma análise que considera o potencial de desenvolvimento econômico dos COREDES e seus indicadores sociais. Os Conselhos foram agrupados entre “Dinâmicos”, “Emergentes”, “Estáveis”, “em Transição” e “em Dificuldades”.

- COREDES Dinâmicos: Serra, **Vale do Caí**, Vale do Taquari e **Vale do Rio dos Sinos**, com 34% do PIB (2002) e reúnem 24% da população (2002). São aqueles que apresentam maior desenvolvimento econômico, potencialidade de desenvolvimento e altos índices sociais em relação à média estadual.

- COREDES Emergentes: Vale do Rio Pardo e Fronteira Noroeste, com 7% do PIB e 6% da população. Têm alto desenvolvimento econômico, apresentam potencialidades abaixo da média estadual, posição de risco em relação ao seu desenvolvimento e baixos índices sociais.

- COREDES Estáveis: **Paranhana/Encosta da Serra**, Produção, **Metropolitano Delta do Jacuí** e Alto Jacuí, com 29% do PIB e 30% da população. Apresentam desenvolvimento econômico abaixo do seu potencial e regiões com distintas situações quanto aos índices sociais.

- COREDES em Transição: Norte, Nordeste, **Centro Sul**, Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai, com 9% do PIB e 10% da população. Apresentam potencial abaixo da média do Estado. Alcançam índices de desenvolvimento acima do potencial esperado, mas abaixo da média estadual, e têm índices sociais abaixo da média do Estado.

- COREDES em Dificuldades: Campanha, Hortênsias, Litoral, Central, Fronteira Oeste, Jacuí-Centro, Alto da Serra do Botucaraí, Missões e Sul, com 21% do PIB do Estado e 30% da população. Possuem baixo desenvolvimento econômico, com baixo potencial e índices sociais abaixo da média estadual.

Os cinco COREDES que integram a RMPA enquadram-se nos agrupamentos: “Dinâmicos”, “Estáveis” e “em Transição”, sendo que 51,6% das cidades da RMPA estão no COREDES “Dinâmicos”, 38,7% no COREDES “Estáveis” e 9,7% no COREDES “em Transição”. Desta forma, mais de 50% das cidades da RMPA foram classificadas como tendo

Vale do Sinos: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

Paranhana-Encosta da Serra: Parobé e Taquara

Centro-Sul: Arroio dos Ratos, Charqueadas e São Jerônimo

Vale do Caí: Capela de Santana e Montenegro.

o maior desenvolvimento econômico do Estado e altos índices sociais em relação à média estadual. Essa leitura parece sugerir que a pobreza não é um problema da RMPA, devido a seu alto dinamismo econômico. No entanto, como se verá a seguir, a caracterização da pobreza na Região depende de fatores mais complexos.

2.3 INDICADORES

Cabe mencionar que os municípios que integram a RMPA apresentam grandes disparidades quanto ao PIB per capita e aos indicadores sociais, refletindo a distribuição desigual de fatores como saúde, educação, habitação e saneamento. Conforme a Tabela 5, o município da Região que apresenta o menor PIB pm per capita é Alvorada, com R\$ 2.091 por habitante, enquanto o município de Triunfo possui um PIB pm per capita de R\$ 86.614, sendo o maior da Região. Segundo o IBGE, o município de Triunfo ocupou a 2^a posição entre os 100 maiores municípios em relação ao PIB per capita em 2002, e o município de Portão, a 96^a posição. No caso de Triunfo, a explicação é que o município é sede de um importante pólo petroquímico, além de apresentar baixa densidade populacional.

O conhecimento dos padrões setoriais de crescimento é importante por tratar-se do principal fator de distribuição de renda e riqueza (FIELDS, 2000). Sendo assim, cada município deve ser tratado de acordo com sua estrutura produtiva, e os diferenciais entre os municípios podem revelar diferentes estruturas geradoras de riqueza (ou pobreza).

Tabela 5: PIB pm per capita dos municípios da RMPA – 1999 – 2002

MUNICÍPIOS	PIB pm per capita em R\$			
	1999	2000	2001	2002
Alvorada	2.290,40	2.574,28	2.643,90	2.869,45
Araricá	5.339,24	5.584,71	4.430,73	5.321,92
Arroio dos Ratos	3.203,83	3.630,74	4.051,23	4.200,50
Cachoeirinha	9.066,01	10.166,82	10.603,67	11.358,31
Campo Bom	14.862,70	17.393,63	18.646,60	19.079,89
Canoas	13.564,17	17.329,38	18.862,55	19.863,48
Capela de Santana	4.090,56	4.712,84	4.873,86	5.231,77
Charqueadas	9.141,54	10.478,37	10.804,34	12.152,16
Dois Irmãos	13.372,25	15.412,58	17.020,48	17.466,41
Eldorado do Sul	15.085,09	18.541,71	18.015,33	18.376,62
Estância Velha	9.244,22	10.396,08	11.312,09	12.431,89
Esteio	12.034,87	12.564,58	13.225,73	14.261,03
Glorinha	4.188,62	4.850,46	6.985,80	9.083,59
Gravataí	6.498,87	7.768,24	10.670,94	11.602,65
Guaíba	7.348,10	6.531,09	7.045,15	7.229,10
Ivoti	16.267,27	20.440,68	15.527,00	14.278,58
Montenegro	10.492,09	11.658,94	13.621,36	15.902,74
Nova Hartz	10.334,62	12.552,15	12.556,18	12.863,13
Nova Santa Rita	8.331,85	10.412,44	10.067,43	10.871,64
Novo Hamburgo	8.229,34	9.702,11	10.052,23	11.093,40
Parobé	10.113,78	10.980,85	10.769,82	10.278,87
Portão	11.796,68	16.976,48	21.934,81	25.066,67
Porto Alegre	8.086,50	8.764,44	8.926,97	9.397,46
Santo Antônio da Patrulha	5.040,85	5.309,63	6.019,01	7.114,76
São Jerônimo	3.846,08	4.503,25	5.271,48	6.490,78
São Leopoldo	6.086,77	6.865,83	7.027,56	7.428,53
Sapiranga	8.837,42	8.968,61	9.244,90	10.254,70
Sapucaia do Sul	7.885,27	9.248,95	9.038,41	9.758,31
Taquara	4.428,74	4.670,56	4.916,94	4.857,43
Triunfo	89.697,38	138.512,81	126.263,40	163.348,40
Viamão	3.463,01	3.886,75	3.848,76	4.178,73

Fonte: IBGE

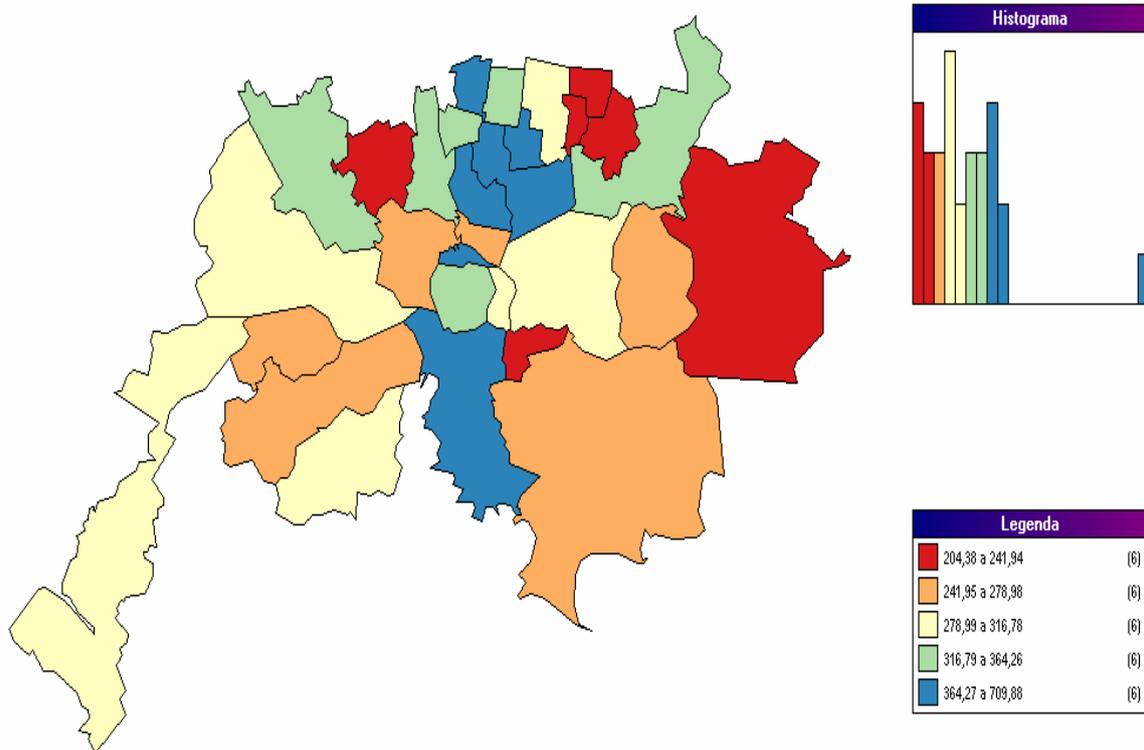
A menor renda per capita foi de R\$ 204,38, do município de Capela de Santana, e a maior foi R\$ 709,88, do município de Porto Alegre. A consequência lógica desta análise seria a de inferir um índice de bem-estar monotônico a diferentes níveis de renda. Entretanto, altos níveis de agregação (a nível de município) podem facilmente distorcer este diagnóstico.

Tabela 6: Renda per capita dos municípios da RMPA – 2000

MUNICÍPIOS	RENDA PER CAPITA R\$
Alvorada	214,75
Araricá	221,50
Arroio dos Ratos	224,17
Cachoeirinha	316,78
Campo Bom	369,70
Canoas	353,17
Capela de Santana	204,38
Charqueadas	267,00
Dois Irmãos	342,21
Eldorado do Sul	265,73
Estância Velha	329,15
Esteio	364,47
Glorinha	243,86
Gravataí	288,59
Guaíba	288,80
Ivoti	383,71
Montenegro	364,26
Nova Hartz	236,74
Nova Santa Rita	278,98
Novo Hamburgo	390,95
Parobé	241,94
Portão	320,99
Porto Alegre	709,88
Santo Antonio da Patrulha	219,92
São Jerônimo	303,75
São Leopoldo	370,06
Sapiranga	300,34
Sapucaia do Sul	271,38
Taquara	345,44
Triunfo	281,90
Viamão	253,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Mapa 4: Renda per capita dos municípios da RMPA - 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Apesar do padrão de distribuição espacial da renda mostrado no mapa, fica difícil a caracterização da pobreza que ignora os demais padrões multidimensionais de privação de bem-estar que sofrem os pobres dentro dos municípios. Para uma análise mais completa e a caracterização da RMPA faz-se necessária a descrição dos *profiles* sociais dos municípios, incluindo uma gama de fatores comumente utilizados na montagem de indicadores sociais ou de pobreza.

No Rio Grande do Sul, foi de 16 a média do número de óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos nos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000. Oito municípios tiveram uma média acima do índice do Estado, quais sejam, Canoas, Arroio dos Ratos, Nova Santa Rita, Cachoeirinha, Sapiranga, Triunfo, Nova Hartz e Araricá. O município de Glorinha apresentou a menor média de mortalidade infantil, com 6 mortes de crianças menores de 1

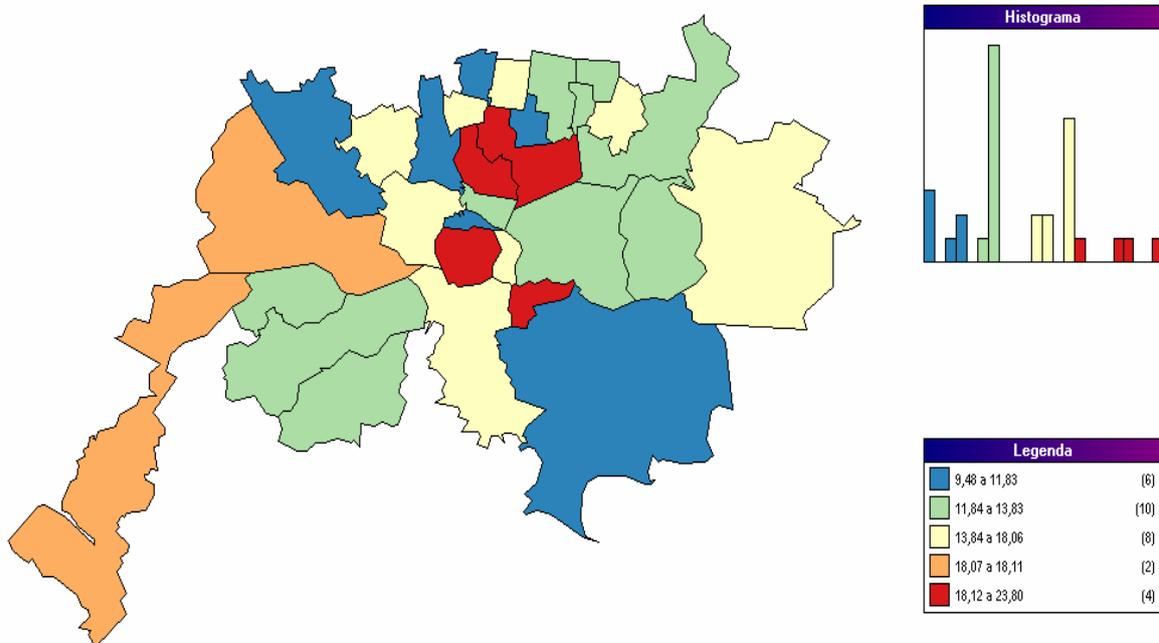
ano para cada 1.000 nascidos vivos, e os municípios com a maior média foram Alvorada, Araricá e Nova Hartz, com 20 mortes de crianças menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos.

Tabela 7: Média do número de óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos dos municípios da RMPA dos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000

MUNICÍPIOS	MÉDIA DA MORTALIDADE INFANTIL
Alvorada	20
Araricá	20
Arroio dos Ratos	17
Cachoeirinha	18
Campo Bom	14
Canoas	17
Capela de Santana	7
Charqueadas	11
Dois Irmãos	9
Eldorado do Sul	16
Estância Velha	13
Esteio	12
Glorinha	6
Gravataí	15
Guaíba	16
Ivoti	10
Montenegro	12
Nova Hartz	20
Nova Santa Rita	17
Novo Hamburgo	15
Parobé	16
Portão	9
Porto Alegre	15
Santo Antonio da Patrulha	8
São Jerônimo	13
São Leopoldo	15
Sapiranga	18
Sapucaia do Sul	15
Taquara	16
Triunfo	18
Viamão	16

Fonte: FEE. Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul 2001.

Mapa 5: Mortalidade infantil nos municípios da RMPA - 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Da análise preliminar desses indicadores pode-se concluir que o grau de correlação entre renda per capita e mortalidade infantil nos municípios não parece muito expressivo, e a mesma constatação pode ser repetida para outras dimensões de bem-estar humano dentro dos diferentes municípios da RMPA.

A grande característica dessas distribuições parece ser seu alto grau de desigualdade. Existem grandes diferenças entre os municípios no que diz respeito à infra-estrutura de esgoto, ao fornecimento de água e à coleta de lixo. Conforme a Tabela 8, o município de Eldorado do Sul tinha, no ano de 2000, 0,93% domicílios com o esgoto do banheiro ligado à rede, o menor percentual da RMPA, enquanto Porto Alegre foi o município que apresentou o maior percentual, com 48,13% dos domicílios. No caso do abastecimento de água, a amplitude foi ainda maior: o município com o menor percentual de domicílios com abastecimento de água ligado à rede geral foi Araricá, com 3,15% dos domicílios; já o município de Charqueadas apresentou 99,11% dos domicílios com abastecimento de água.

Quanto à coleta de lixo, o município de Glorinha apresentou 68,09% dos domicílios com lixo coletado, este o menor percentual da Região, e Porto Alegre apresentou o maior percentual, com 99,42% dos domicílios com coleta de lixo.

Tabela 8: Percentual de domicílios particulares permanentes com esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo dos municípios da RMPA – 2000

MUNICÍPIOS	% DOMICÍLIOS		
	com esgoto ¹	abastecimento água ²	coleta de lixo
Alvorada	30,43	97,47	97,36
Araricá	12,58	3,15	97,02
Arroio dos Ratos	34,25	89,68	88,43
Cachoeirinha	43,09	87,24	98,92
Campo Bom	45,26	88,29	99,09
Canoas	30,45	96,50	99,03
Capela de Santana	1,46	27,84	94,16
Charqueadas	31,74	99,11	99,36
Dois Irmãos	4,64	94,26	98,84
Eldorado do Sul	0,93	75,93	90,75
Estância Velha	11,48	63,25	98,09
Esteio	24,21	95,26	99,24
Glorinha	1,00	23,66	68,09
Gravataí	33,05	28,99	97,38
Guaíba	2,12	94,55	96,57
Ivoti	9,11	93,09	99,12
Montenegro	41,73	76,84	93,08
Nova Hartz	38,09	4,46	98,38
Nova Santa Rita	8,38	15,51	87,50
Novo Hamburgo	9,66	79,04	99,07
Parobé	47,95	43,10	96,72
Portão	8,28	22,30	97,71
Porto Alegre	48,13	98,18	99,42
Santo Antonio da Patrulha	7,35	45,97	72,67
São Jerônimo	8,89	77,23	77,32
São Leopoldo	17,61	96,14	98,54
Sapiranga	2,32	65,81	98,25
Sapucaia do Sul	11,74	91,83	99,03
Taquara	12,73	62,00	86,66
Triunfo	13,23	48,46	77,54
Viamão	25,04	88,66	94,98

1 Domicílios particulares permanentes com banheiro ligado à rede geral

2 Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água ligado à rede geral

Fonte: IBGE

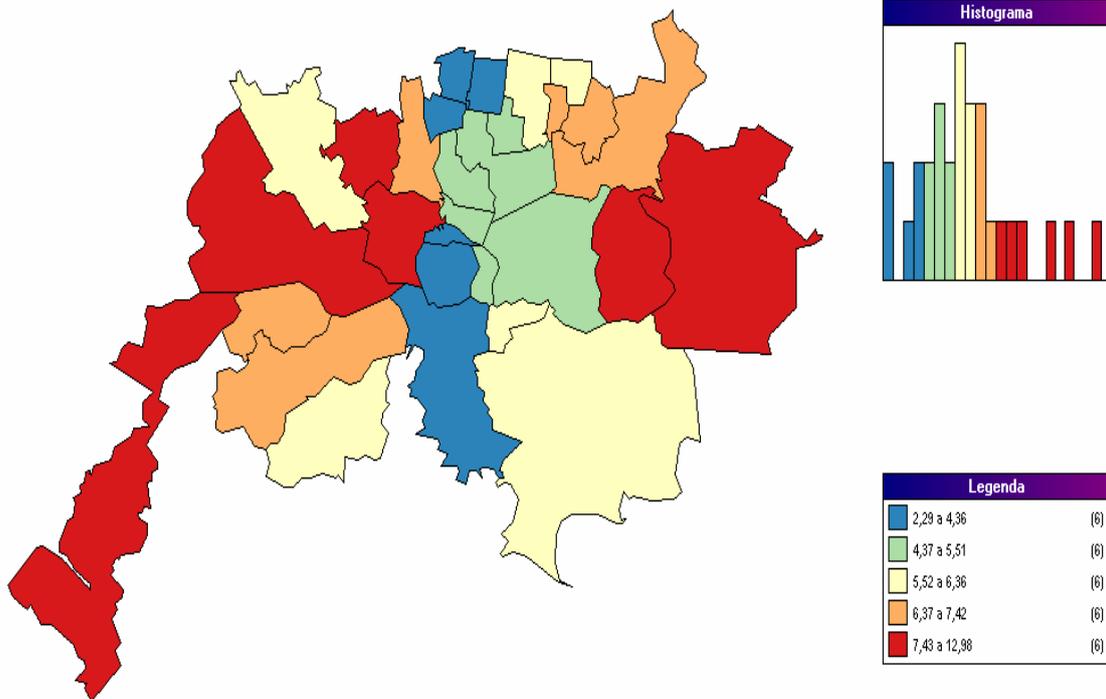
Conforme a Síntese de Indicadores Sociais 2004 do IBGE, a educação afeta de várias formas as condições de vida da população. Níveis educacionais mais elevados estão relacionados com menores níveis de fecundidade e de mortalidade. Já a educação e o rendimento do trabalho possuem uma relação direta, ou seja, o aumento do nível educacional da população ajuda a reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. Enfim, uma população mais educada tem capacidade de participar da vida social, política e cultural do país. A educação interfere diretamente na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas; ela representa um valioso instrumento para as políticas de inclusão social. No ano de 2000, o Rio Grande do Sul apresentou 6,28% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas. Dados da Tabela 10 mostram que 14 municípios da RMPA tiveram um percentual acima do Estado. O município de Ivoti apresentou o menor percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 2,29%. E o município com o maior percentual foi Santo Antônio da Patrulha com 12,98%.

Tabela 9: Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas dos municípios da RMPA – 2000

MUNICÍPIOS	% DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS ANALFABETAS
Alvorada	5,99
Araricá	6,54
Arroio dos Ratos	10,83
Cachoeirinha	4,51
Campo Bom	4,88
Canoas	4,36
Capela de Santana	8,69
Charqueadas	7,27
Dois Irmãos	2,64
Eldorado do Sul	7,42
Estância Velha	4,04
Esteio	3,91
Glorinha	12,38
Gravataí	5,13
Guaíba	5,76
Ivoti	2,29
Montenegro	6,21
Nova Hartz	5,70
Nova Santa Rita	8,05
Novo Hamburgo	5,01
Parobé	6,40
Portão	6,53
Porto Alegre	3,46
Santo Antonio da Patrulha	12,98
São Jerônimo	10,84
São Leopoldo	4,78
Sapiranga	5,85
Sapucaia do Sul	5,51
Taquara	6,77
Triunfo	9,90
Viamão	6,36

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Mapa 6: Analfabetismo nos municípios da RMPA - 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Contextualizando a posição da RMPA em todo o Brasil, é importante mencionar que os *rankings* relativos para todas as dimensões citadas possuem uma ampla variação entre as diferentes capitais.

O maior PIB pm per capita foi da Região Metropolitana de Salvador, com destaque de São Francisco do Conde, cidade que ocupa a 1ª posição entre os 100 maiores municípios em relação ao PIB pm per capita de 1999 a 2002. A explicação é que neste município funciona a Refinaria Landulpho Alves – Mataripe, que teve suas instalações ampliadas em 1999. A Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou o segundo maior PIB pm per capita entre as regiões metropolitanas do país de 1999 até 2002. O destaque é o município de Triunfo, que foi o 2º colocado entre os 100 maiores. Como já foi comentado no item 2.3 deste trabalho, no caso de Triunfo a explicação para o alto valor do PIB pm per capita é também porque o município possui um importante pólo petroquímico, além de apresentar baixa densidade populacional.

Tabela 10: PIB pm per capita das Regiões Metropolitanas do Brasil - 1999 - 2002

REGIÕES METROPOLITANAS	PIB pm per capita ¹ R\$			
	1999	2000	2001	2002
Salvador	23.852,83	29.048,00	33.701,99	39.974,15
Porto Alegre	11.040,91	13.915,81	14.008,99	15.926,22
São Paulo	7.954,88	7.926,89	8.450,03	9.191,02
Curitiba	6.098,31	6.937,01	7.566,14	8.256,31
Recife	5.790,35	6.473,33	7.486,79	7.840,76
Rio de Janeiro	5.291,38	6.250,15	6.730,35	7.568,09
Fortaleza	3.611,45	3.716,04	3.822,82	4.874,91
Belo Horizonte	3.611,45	3.716,04	3.822,82	4.874,91
Belém	2.280,88	2.588,14	2.920,50	3.211,28

1 – cálculo da média das cidades que compõem as regiões metropolitanas

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 11: Renda per capita das Regiões Metropolitanas do Brasil - 2000

REGIÕES METROPOLITANAS	RENDA PER CAPITA ¹ R\$
São Paulo	340,06
Porto Alegre	308,66
Rio de Janeiro	285,35
Curitiba	216,45
Belo Horizonte	215,63
Salvador	183,93
Belém	173,86
Recife	166,23
Fortaleza	120,34

1 – cálculo da média das cidades que compõem as regiões metropolitanas

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Rocha (2003, p. 127) tabulou dados do IBGE que mostram a evolução da pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil. Vale enfatizar que a má performance econômica brasileira da década de 90 foi em parte responsável por uma estagnação generalizada nos indicadores de pobreza, que ficaram constantes ou pioraram, como registrados na Tabela 12.

Tabela 12: Evolução da pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil

METRÓPOLES	1996	1999
Belém	36,66	37,50
Fortaleza	46,21	47,90
Recife	56,25	59,60
Salvador	50,69	50,23
Belo Horizonte	33,31	35,15
Rio de Janeiro	31,04	29,19
São Paulo	29,68	38,96
Curitiba	17,37	25,71
Porto Alegre	15,11	17,86
Brasília	36,48	39,39
TOTAL	36,25	36,87

Fonte: Rocha, 2003

Segundo o IBGE, a taxa de mortalidade infantil no Brasil fica em torno de 29,6 óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos em 2000. Em 2003 foi de 27 óbitos, 35,4% das mortes de menores de 1 ano ocorreram após a quarta semana de vida (mortalidade pós-neonatal) enquanto 64,6% ocorreram ao longo das primeiras quatro semanas (mortalidade neonatal). A RMPA apresenta a menor taxa de mortalidade infantil entre as demais regiões metropolitanas do país. Das nove regiões, quatro apresentaram taxa superior à do país no ano de 2000, e as duas maiores foram das regiões metropolitanas da região Nordeste do Brasil.

Tabela 13: Número de óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos – Regiões Metropolitanas do Brasil – 2000

REGIÕES METROPOLITANAS	MORTALIDADE INFANTIL ¹
Porto Alegre	15,37
São Paulo	17,73
Curitiba	21,19
Rio de Janeiro	22,46
Belo Horizonte	29,35
Recife	33,12
Belém	36,22
Salvador	36,39
Fortaleza	39,12

1 – cálculo da média das cidades que compõem as regiões metropolitanas

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Segundo o IBGE, 55,3% das moradias urbanas brasileiras informaram utilizar o serviço de esgoto por rede geral em 2003. Os domicílios com acesso à água por rede geral de abastecimento atingiram 89,6% no país em 2003, e os serviços de coleta de lixo no mesmo ano beneficiaram diretamente 88,6% dos domicílios.

Tabela 14: Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário e abastecimento de água ligado à rede geral e coleta de lixo das regiões metropolitanas do Brasil – 2003

REGIÕES METROPOLITANAS	% DOMICÍLIOS		
	com esgoto	abastecimento água	coleta de lixo
Belém	5,2	58,3	84,9
Fortaleza	40,8	83,8	81,1
Recife	38,8	87,0	75,2
Salvador	73,4	95,5	59,7
Belo Horizonte	85,2	98,3	92,4
Rio de Janeiro	60,4	91,3	90,0
São Paulo	84,3	98,4	93,6
Curitiba	68,7	97,6	96,1
Porto Alegre	9,4	91,5	97,1

Fonte: IBGE

A RMPA é a terceira com a menor taxa de analfabetismo. Taxa inferior à da Região Sul do país, que é de 6,4% de analfabetos. No ano de 2003, o Brasil apresentou 11,6% de analfabetos, conforme a Tabela 15. Somente a Região Metropolitana de Fortaleza superou a taxa do país. O nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do país, 23,2% de analfabetos.

Tabela 15: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade das regiões metropolitanas do Brasil – 2003

REGIÕES METROPOLITANAS	TAXA DE ANALFABETISMO
Curitiba	3,6
Rio de Janeiro	3,6
Porto Alegre	3,7
São Paulo	4,6
Belém	5,6
Belo Horizonte	5,9
Salvador	7,1
Recife	11,4
Fortaleza	12,0

Fonte: IBGE

As diferentes estatísticas apresentadas mostram distintas possibilidades de ordenação das regiões metropolitanas de acordo com critérios particulares a serem escolhidos. Por exemplo, ao selecionar a taxa de analfabetismo – um item que de fato consta do cálculo do índice de pobreza humana das Nações Unidas – como o principal indicador de pobreza, ter-se-ia um *ranking* de pobreza que deixa a RMPA como uma das regiões menos pobres do país (um pouco acima somente do Rio de Janeiro e Curitiba). Outra situação seria caracterizada se, alternativamente, fossem usados outros critérios, como o percentual de domicílios com saneamento ou com esgoto.

Sen (1997) discute o problema de comparações entre ordenações que possuem *rankings* parciais (quase-ordem) ou multidimensionais. Este é um problema clássico da economia do bem-estar onde comparações entre as funções de bem-estar social envolvem condições que são impostas sobre ordens individuais. Nestes casos, é difícil chegar a uma qualificação normativa de determinado estado a partir de um conjunto de características descritivas – tais como as apresentadas neste capítulo – para que se possam explorar aspectos comparáveis da união de bases diferentes. A técnica utilizada para isso é chamada de quase-ordem, como descrita por Sen (1997, p. 72):

Such an intersection quasi-ordering has the advantage of avoiding exclusive reliance on any particular measure and on the complete ordering generated by it which reflects its arbitrary features. On the other hand, Q [the quasi-ordering] might be rather severely incomplete and precisely how incomplete would depend on the extent to which the various C [based on different criteria] measures conflict.

Sempre haverá um pouco de arbitrariedade envolvida nesse tipo de comparação, que pode ser reduzida através do uso de intersecções de quase-ordens. O uso da intersecção isola aqueles elementos que podem ser inferidos com certeza, mesmo que o custo a ser pago seja a incompletude das séries derivadas.

No capítulo a seguir será empregada esta técnica; conseqüentemente, as séries apresentadas aqui serão analisadas em seu conjunto com o objetivo de analisar-se a pobreza na RMPA isolando, para isso, o comportamento dos municípios, e procurando enfatizar a dimensão espacial do fenômeno da pobreza.

3 A POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

3.1 A POBREZA E A INDIGÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – 1992-2003

Existe uma concentração da população pobre na Região Metropolitana de Porto Alegre, fenômeno classificado como “metropolização da pobreza” (TOLOSA, 1993). Este fenômeno não foi único da RMPA nas décadas recentes, mas foi característico da evolução da pobreza em quase todas as regiões metropolitanas no Brasil. Significou o aumento da incidência da pobreza nas periferias das grandes cidades em comparação com a pobreza rural, que diminuiu devido à migração dos pobres para os grandes centros urbanos. Pode-se perceber a alta densidade da pobreza urbana na RMPA a partir da Tabela 16. A Região concentra 43,25% (789.511) do total de famílias indigentes e pobres urbanas do Rio Grande do Sul em aproximadamente 3,05% do território, enquanto as restantes 56,75% (1.035.831) correspondem a famílias não-metropolitanas nesta situação.

As causas para a metropolização da pobreza podem ser encontradas em fluxos migratórios e na falta de planejamento urbano nas grandes cidades brasileiras (entre outras causas, e.g. educacionais), que comportaram o aumento desordenado do número de sub-habitações em suas periferias.

Preteceille & Valladares (2000) analisam a evolução do espaço urbano ‘favela’ e mostram como a lógica das aglomerações urbanas é caracterizada por uma ampla diversidade sócio-demográfica que acomoda este tipo de diferencial migratório.

Tabela 16: Famílias residentes em domicílios particulares urbanos, segundo as classes de rendimento mensal familiar – RS e RMPA – 2003

Classes de rendimentos Mensal familiar (1)	Famílias residentes em domicílios particulares					
	Urbana total do Estado	%	Urbana metropolitana	%	Urbana não-metropolitana	%
<u>Linha de indigência</u> S/rendimento até 2 SM	736.763	25,80	301.498	23,10	435.265	28,08
<u>Linha de pobreza</u> Mais de 2 a 5 SM	1.088.579	38,12	488.013	37,39	600.566	38,74
<u>Até o início do bem-estar</u> Mais de 5 a 10 SM	583.831	20,45	280.79724	21,51	303.034	19,55
Acima de 10 SM e sem declaração	446.362	15,63	234.885	18,,00	211.477	13,64
Total do Estado	2.855.535	100,0	1.305.193	100,0	1.550.342	100,0

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(2) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente benefícios.

Fonte: PNAD, RS e RMPA, 2002

A Região Metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, quando dividida em sub-regiões, apresenta maior incidência de pobreza na área em torno da capital, como originalmente observado por Horn (1995). O autor realizou um estudo sobre a incidência de pobreza nas sub-regiões da RMPA e as características da população pobre (1992-1993). Segundo ele, a linha de indigência per capita no período estudado foi de US\$ 25,97, ou 0,36 salários mínimos, e a linha de pobreza de US\$ 61,43, ou 0,84 salários mínimos. Constatou que a área em torno da capital apresenta a maior incidência da pobreza absoluta, condições em que se encontram 42,5% dos indivíduos; já a área de menor incidência é em torno dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, com 24,3% do total dos indivíduos pobres.

Pode-se verificar na Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme a Tabela 17a, que o percentual de famílias urbanas indigentes apresentou o menor índice em 1996, 14,29%, e o maior em 1992, 24,95%. Em 2002 e 2003 esses índices se elevaram, aproximando-se do de 1992. Quanto ao percentual de famílias pobres na Região Metropolitana de Porto Alegre, pode-se ver, de acordo com a Tabela 17b, que em 1996 representava 25,25% do total de famílias, sendo o menor índice da série, enquanto em 2003 representava 37,39%, maior índice da série.

Tabela 17a: Famílias residentes em domicílios particulares urbanas metropolitanas, segundo as classes de rendimento mensal familiar – RMPA – 1992-2003

Classe de rendimento mensal familiar (1)	Famílias residentes em domicílios particulares									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
<u>Linha de indigência</u> S/rendimento até 2 SM	237.242	222.671	168.422	149.901	163.888	176.645	210.762	251.799	295.535	301.498
<u>Linha de pobreza</u> Mais de 2 a 5 SM	342.764	350.930	297.100	264.830	316.379	319.174	347.003	455.260	447.786	488.013
<u>Até o início do bem-estar</u> Mais de 5 a 10 SM	205.564	202.511	268.149	279.258	251.740	274.118	266.139	289.430	279.824	280.797
Acima de 10 SM e sem declaração	165.260	199.771	297.349	354.952	318.954	295.076	282.189	263.571	249.958	234.885
Total RMPA	950.830	975.883	1.031.020	1.048.941	1.050.961	1.065.013	1.106.093	1.260.060	1.273.103	1.305.193

(1) Exclui os rendimentos das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(2) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente benefícios.

Fonte: PNAD, RMPA

Tabela 17b: Percentual de famílias residentes em domicílios particulares urbanas metropolitanas, segundo as classes de rendimento mensal familiar – RMPA – 1992-2003

Classe de rendimento mensal familiar (1)	Famílias residentes em domicílios particulares									
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
<u>Linha de indigência</u> S/rendimento até 2 SM	24,95	22,82	16,34	14,29	15,59	14,43	16,67	17,70	23,21	23,10
<u>Linha de pobreza</u> Mais de 2 a 5 SM	36,05	35,96	28,82	25,25	30,10	29,97	31,37	36,13	35,17	37,39
<u>Até o início do bem-estar</u> Mais de 5 a 10 SM	21,62	20,75	26,01	26,62	23,95	25,74	24,06	22,97	21,98	21,51
Acima de 10 SM e sem declaração	17,38	20,47	28,84	33,84	30,35	27,71	25,51	20,92	19,63	18,00
Total RMPA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(1) Exclui os rendimentos das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(2) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente benefícios.

Fonte: PNAD, RMPA

Conforme as tabelas acima, pode-se constatar, tanto para as famílias pobres quanto para as indigentes, que o ano de 1992 apresentou alta proporção de pobres, diminuindo até

1996, ano em que os índices foram menores, e a partir de 1997 até 2003 mantiveram-se em elevação. Em parte, este comportamento pode ser explicado, conforme Rocha (1997), pela recessão do início dos anos 90, que teve seu ponto crítico entre 1991 e 1992, o que veio agravar um quadro econômico-social já muito desfavorável (o produto per capita brasileiro em 1992 foi 1,7% inferior ao de 1981). Em 1993 houve uma retomada do nível de atividade que se consolidou com o plano de estabilização de 1994, trazendo ganhos de renda. Entre 1993 e 1995 houve aumento no rendimento médio individual, sendo que os rendimentos mais baixos tiveram ganhos mais acentuados, e como resultado houve drástica redução da pobreza absoluta, vista exclusivamente como insuficiência de renda.

Conforme a autora, apesar do contexto de reestruturação produtiva e aumento de precariedade nas relações de trabalho⁹ e do desemprego na década de 90, teriam acontecido melhorias na distribuição da renda e na diminuição da pobreza absoluta. Nas metrópoles, a redução da proporção de pobres está diretamente relacionada à retomada do nível de atividade e aos impactos da estabilização sobre os rendimentos mais baixos (Rocha, 2003). Pode-se também adicionar a baixa focalização do gasto público e a ausência de planos estratégicos de inclusão dos pobres entre os fatores que explicariam, junto das condições macroeconômicas, a evolução da pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras (ver WORLD DEVELOPMENT REPORT, 2004).

O relatório da CEPAL também examina o aumento da pobreza entre os anos de 1990 e 1993 e a diminuição entre 1993 e 1995, relacionando-os ao processo de crescimento econômico no Brasil, que se caracterizou por uma instabilidade até 1995, tendo uma diminuição do produto no início dos anos 90 e uma expansão a partir de 1993. O efeito no nível do produto interno por habitante reduz-se em cerca de 10% entre 1990 e 1992, para logo aumentar em um percentual similar entre 1993 e 1995.

Fligenspan (1998) mostra que foram significativos os ganhos de rendimentos durante os primeiros anos do Real, sobretudo para as camadas de renda mais baixa, exatamente as que mais perdiam com a inflação acelerada, resultando, desta forma, em um aumento da produção e do consumo. Porém, a partir do segundo semestre de 1996, conforme o autor, chega ao fim a fase áurea do Real, principalmente para os grupos de baixa renda. Com referência ao

⁹ Precariedade nas relações de trabalho consiste em assalariado do setor privado sem carteira de trabalho assinada, autônomo ou conta própria, trabalho doméstico e não-remunerado.

rendimento médio real, a tendência é de queda devido a uma lei salarial (a partir de 1996) que retira do trabalhador a reposição automática da inflação passada. Com isso, apesar de as taxas de inflação de 1996 e 1997 estarem em queda, há uma perda do poder de compra dos trabalhadores.

Outro ponto importante citado por Fligenspan é a questão do mercado de trabalho, que se adapta velozmente ao paradigma internacional poupador de mão-de-obra. No que diz respeito, especificamente, às camadas de baixa renda, o novo paradigma de produção e organização do processo de trabalho prescinde dos trabalhadores de baixa escolaridade, que é uma das características das pessoas de rendas mais baixas. Sem dúvida, é difícil isolar estes fatores em uma análise sobre a evolução da pobreza na RMPA, mas isto não significa que de algum modo eles tenham exercido seu papel.

Pode-se constatar, a partir dos dados apresentados no capítulo anterior, que o Plano Real, em seus primeiros anos, possibilitou o aumento do poder de compra dos mais pobres; porém, nos anos seguintes, a estagnação e a recessão, em conjunto com a redução de rendimentos (massa salarial cresce menos do que a inflação) e o aumento do desemprego, levaram a um crescimento da pobreza.

Referente às características da pobreza metropolitana, Rocha (1994) afirma que são próprias do modo de vida dos grandes aglomerados urbanos. A alta densidade populacional exige uma infra-estrutura urbana adequada (transporte e saneamento) que, quando não suficiente, torna as condições de vida dos mais pobres especialmente adversas. Além disso, a maior exposição dos indivíduos aos meios de comunicação, à heterogeneidade cultural e aos contrastes de renda e poder gera inconformismo com a condição de pobreza e desigualdade, causando desestabilidade no sistema socioeconômico e político e o fenômeno da violência urbana.

Segundo Rocha (2000), as metrópoles brasileiras em 1996 concentravam 46,1 milhões de pessoas, ou 30% da população brasileira. Apesar de sua evidente importância populacional, produtiva, e como pólos socioculturais de irradiação de mudanças, as metrópoles deixaram de ser unidades de planejamento, o que dificultou o estabelecimento de políticas que viessem amenizar os impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho e sobre a incidência da pobreza nessas áreas.

3.2 ANÁLISE DAS CIDADES

Para que se possa começar a entender o padrão espacial da pobreza na RMPA, o primeiro passo é a desagregação dos resultados de acordo com os diferentes municípios. Para isso, foram escolhidos vários indicadores de pobreza que, quando vistos conjuntamente, mostram algumas tendências referentes ao padrão espacial da distribuição de pobreza.

A intensidade da pobreza apresentada abaixo é expressa em percentual do montante que falta para que a renda dos indivíduos mais pobres atinja o nível da linha da pobreza. Este é um indicador importante, pois sinaliza o quão pobres estão as pessoas mais pobres. Como tal, ele supera (de acordo com o que foi mostrado no capítulo 1 desta dissertação) uma importante limitação das medidas de incidência, que desconsideram o movimento dos fluxos de renda abaixo da linha da pobreza no cômputo da medida de pobreza. O indicador de intensidade é importante para as políticas que visam atingir os mais pobres entre os pobres.

Dos 31 municípios que compõem a RMPA, 68% tiveram um aumento na intensidade da pobreza de 1991 para 2000. Analisando por sub-regiões, 82% dos municípios da RMPA 2 (área polarizada por Porto Alegre) tiveram aumento na intensidade da pobreza de 1991 a 2000, enquanto na RMPA 1 (área polarizada por São Leopoldo – Novo Hamburgo) 50% dos municípios aumentaram a intensidade da pobreza. Quanto à intensidade da indigência, todos os municípios tiveram aumento de 1991 para 2000.

Tabela 18: Intensidade da pobreza e da indigência dos municípios da RMPA – 1991 e 2000

MUNICÍPIOS	Intensidade da pobreza 1991	Intensidade da pobreza 2000	Intensidade da indigência 1991	Intensidade da indigência 2000
Alvorada	36,26	40,60	37,21	56,91
Araricá	46,49	39,33	38,16	59,27
Arroio dos Ratos	44,22	39,24	40,08	54,55
Cachoeirinha	34,83	44,60	36,67	59,52
Campo Bom	34,67	31,15	36,09	53,66
Canoas	36,29	44,70	36,97	58,91
Capela de Santana	36,68	37,47	30,38	45,47
Charqueadas	38,29	43,99	33,95	51,06
Dois Irmãos	51,33	45,42	21,54	66,79
Eldorado do Sul	39,92	45,80	34,48	57,32
Estância Velha	33,95	40,85	27,01	53,68
Esteio	34,85	44,46	37,67	71,74
Glorinha	40,99	35,38	32,48	37,25
Gravataí	36,86	43,74	40,76	61,47
Guaíba	36,67	43,46	40,63	59,78
Ivoti	35,00	30,75	41,36	49,04
Montenegro	35,59	40,93	31,57	55,52
Nova Hartz	36,44	34,48	26,97	50,12
Nova Santa Rita	42,19	41,07	35,90	54,59
Novo Hamburgo	33,05	38,14	34,90	54,80
Parobé	37,35	43,63	35,80	42,00
Portão	34,07	32,37	33,15	46,43
Porto Alegre	37,42	42,99	39,24	59,13
Santo Antonio da Patrulha	37,76	40,37	31,33	50,54
São Jerônimo	36,43	44,19	49,61	55,79
São Leopoldo	37,52	40,79	42,77	54,77
Sapiranga	38,34	32,79	36,95	44,28
Sapucaia do Sul	36,92	42,73	31,32	59,08
Taquara	39,48	39,59	40,09	49,79
Triunfo	40,90	42,03	36,15	56,05
Viamão	35,59	41,89	34,23	57,91

1 Expressa em percentual do montante que falta para que a renda atinja a linha da pobreza.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A tabela seguinte apresenta a proporção de pobres e indigentes dos municípios da RMPA. A proporção de pobres é expressa em percentual de famílias residentes em domicílios particulares com renda per capita acima R\$ 75,50 (1/2 salário mínimo) e abaixo de R\$ 151,00 (1 salário mínimo a valores de 2000), e a proporção de indigência expressa o percentual de famílias residentes em domicílios particulares sem rendimentos até renda de R\$ 75,50 (1/2 salário mínimo).

Tabela 19: Proporção de pobres e indigentes dos municípios da RMPA – 2000

MUNICÍPIOS	Proporção de pobres ¹	Proporção de indigentes ²
Alvorada	26,54	18,94
Araricá	26,53	17,71
Arroio dos Ratos	29,55	22,61
Cachoeirinha	20,34	12,16
Campo Bom	18,28	6,10
Canoas	19,61	13,83
Capela de Santana	33,51	18,86
Charqueadas	23,17	16,06
Dois Irmãos	11,56	3,85
Eldorado do Sul	27,30	19,81
Estância Velha	18,40	7,21
Esteio	19,24	11,74
Glorinha	30,91	18,05
Gravataí	22,29	14,91
Guaíba	23,65	16,31
Ivoti	16,42	5,02
Montenegro	21,41	14,58
Nova Hartz	23,50	8,39
Nova Santa Rita	24,36	13,67
Novo Hamburgo	20,34	10,60
Parobé	25,06	10,72
Portão	24,23	11,65
Porto Alegre	12,54	9,55
Santo Antonio da Patrulha	32,48	18,22
São Jerônimo	24,04	24,25
São Leopoldo	20,65	13,38
Sapiranga	21,90	8,76
Sapucaia do Sul	22,71	14,26
Taquara	23,13	12,30
Triunfo	24,82	19,89
Viamão	24,71	18,16

1 Expressa o percentual de famílias residentes em domicílios particulares com renda per capita acima R\$ 75,50 e abaixo de 151,00 (1 SM).

2 Expressa o percentual de famílias residentes em domicílios particulares sem rendimentos até renda de R\$ 75,50 (1/2 SM)

Fonte: IBGE

Dois Irmãos foi o município com a menor proporção de pobres, e o município de Capela de Santana apresentou a maior proporção. Quanto à proporção de indigentes, a menor também foi a de Dois Irmãos, e a maior foi a de São Jerônimo.

Construindo um *ranking* da proporção e intensidade da pobreza e da indigência dos municípios da RMPA em 2000, pode-se constatar que os municípios que apresentaram os melhores resultados nas quatro categorias foram Ivoti, Campo Bom, Sapiranga, Nova Hartz, Estância Velha, e os piores resultados foram dos municípios Eldorado do Sul, São Jerônimo, Triunfo, Guaíba e Viamão. A idéia de usar um *ranking* parte do trabalho de Sen (1997) para o estabelecimento de inferências que tenham que lidar com multicritérios.

O município de Dois Irmãos é um caso particular, pois apresentou a menor proporção de pobres e indigentes, sendo, porém, o segundo maior na intensidade da pobreza e da indigência. Ou seja, o município tem poucos pobres e indigentes, mas o percentual do montante de renda necessária para tirá-los desta situação é um dos maiores da Região. Isso é uma observação importante, pois mostra como políticas públicas poderiam ter um perfil injusto se avaliassem a situação de pobreza nos municípios unicamente pela incidência de pobreza desconsiderando a importância das medidas de intensidade na identificação dos mais pobres entre os pobres.

O município de Porto Alegre também apresentou resultados parecidos, com baixas proporções de pobres e indigentes e altas intensidades da pobreza e da indigência. Já nos municípios de Glorinha e Capela de Santana foi o contrário, altas proporções e baixas intensidades. Neste caso, os municípios têm muitos pobres e indigentes, mas o percentual do montante de renda necessário para tirá-los desta situação é um dos menores da RMPA. A consequência lógica desta análise é simples: políticas sociais guiadas pela incidência da pobreza privilegiariam municípios como Glorinha e Capela de Santana, ignorando a presença de pessoas vivendo com níveis mais altos de privação em municípios como Dois Irmãos e Porto Alegre.

No que segue, apresenta-se a intersecção dos *rankings* das cidades seguindo um padrão de cores para a identificação de grupos distintos. O importante aqui é tentar analisar os diferentes grupos de municípios de acordo com todos os indicadores de insuficiência de renda disponíveis.

Tabela 20: Ranking da proporção e da intensidade da pobreza e indigência dos municípios da RMPA – 2000

MUNICÍPIOS	Proporção de pobres	Intensidade da pobreza	Proporção de indigentes	Intensidade da indigência
Ivoti	3°	1°	2°	6°
Campo Bom	4°	2°	3°	11°
Sapiranga	12°	4°	6°	3°
Nova Hartz	17°	5°	5°	8°
Estância Velha	5°	15°	4°	12°
Portão	20°	3°	10°	5°
Novo Hamburgo	9°	8°	8°	16°
Taquara	15°	11°	13°	7°
São Leopoldo	10°	14°	14°	15°
Porto Alegre	2°	21°	7°	25°
Parobé	24°	23°	9°	2°
Glorinha	29°	6°	23°	1°
Dois Irmãos	1°	30°	1°	30°
Montenegro	11°	16°	18°	17°
Nova Santa Rita	21°	17°	15°	14°
Capela de Santana	31°	7°	26°	4°
Charqueadas	16°	25°	20°	10°
Cachoeirinha	8°	28°	12°	27°
Canoas	7°	29°	16°	23°
Esteio	6°	27°	11°	31°
Sapucaia do Sul	14°	20°	17°	24°
Santo Antonio da Patrulha	30°	12°	25°	9°
Arroio dos Ratos	28°	9°	30°	13°
Araricá	25°	10°	22°	26°
Gravataí	13°	24°	19°	29°
Alvorada	26°	13°	27°	20°
Viamão	22°	18°	24°	22°
Guaíba	18°	22°	21°	28°
Triunfo	23°	19°	29°	19°
São Jerônimo	19°	26°	31°	18°
Eldorado do Sul	27°	31°	28°	21°

NOTA: Os 5 primeiros colocados foram destacados em vermelho, e os 5 últimos colocados em azul.

Fonte: Tabelas 17 e 18

Analisando as dez primeiras e as dez últimas colocações no *ranking* da proporção e da intensidade da pobreza e da indigência, pode-se confirmar a constatação de Horn (1995) de que a Região Metropolitana de Porto Alegre, quando dividida em sub-regiões, apresenta a maior incidência de pobreza na área em torno da capital (RMPA 2), e a menor incidência é em torno dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo (RMPA 1). Dos dez primeiros colocados entre os municípios menos pobres e indigentes (levando-se em conta os indicadores

de proporção e de intensidade), somente a capital não faz parte da RMPA 1. E com relação aos dez últimos municípios mais pobres e indigentes, à exceção de Araricá, todos fazem parte da RMPA 2.

Comparando aos indicadores apresentados no capítulo 2 (PIB pm per capita, percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, média da mortalidade infantil e percentual de domicílios com esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo), comprova-se que o município de Ivoti possui os melhores resultados entre os integrantes da RMPA. Apresentou o menor percentual de pessoas analfabetas, foi o 6º colocado quanto à média da mortalidade infantil, com o 2º maior PIB pm per capita (2000). Quanto ao abastecimento de água, esgoto do banheiro ligado à rede geral e coleta de lixo, para a construção deste *ranking* foram agregadas as três variáveis, e a posição de Ivoti foi o 13º lugar. De modo geral, os municípios de Ivoti, Campo Bom, Estância Velha, São Leopoldo e Porto Alegre estão entre os dez primeiros colocados nos dois *rankings* (Tabelas 20 e 21), e entre os dez últimos colocados estão os municípios de Alvorada, Guaíba, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo e Triunfo em ambos os *rankings*.

Assim, uma análise formal dos *rankings*, com avaliação informal de suas intersecções, permite fazer inferências sobre o nível de bem-estar e pobreza nos diferentes municípios que, muitas vezes, ficam escondidas na apresentação de médias e valores agregados para toda a RMPA. Por esse raciocínio seria ainda mais interessante se houvesse possibilidade de abrir esses valores para famílias ou indivíduos dentro dos municípios, pois se encontrariam, por exemplo, problemas alocativos intra-familiares, tais como descritos por Sen (2000), que mostrariam níveis mais elevados de pobreza em situações de desagregação familiar ou discriminação de gênero. Para tal, seriam necessários microdados não disponíveis para a presente análise. Por exemplo, as PNADs, que são a principal fonte de dados sobre a evolução da pobreza no país, não permitem a identificação espacial dos diferentes municípios dentro da RMPA.

Apesar desta limitação, uma importante lição pode ser derivada da análise por municípios da RMPA, tal como feita aqui. Nota-se com clareza que a renda é um indicador imperfeito de bem-estar das populações mais pobres. Esta conclusão é coerente com a Abordagem das Capacitações apresentada por Sen (2000). Fica, assim, o argumento de que é no entendimento das diversidades entre municípios que se pode buscar as causas para seus níveis de pobreza.

Tabela 21: Ranking do PIB pm per capita, média da mortalidade infantil e domicílios com esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo e analfabetismo dos municípios da RMPA

MUNICÍPIOS	PIB pm per capita	Média mortalidade infantil	Água/esgoto/lixo	Analfabetismo
Ivoti	2°	6°	13°	1°
Dois Irmãos	5°	4°	14°	2°
Campo Bom	4°	12°	2°	9°
Esteio	12°	8°	7°	4°
Canoas	6°	23°	5°	6°
Porto Alegre	21°	17°	1°	3°
Estância Velha	9°	11°	18°	5°
Charqueadas	16°	7°	3°	23°
Montenegro	13°	9°	10°	17°
São Leopoldo	23°	13°	9°	8°
Cachoeirinha	17°	26°	4°	7°
Novo Hamburgo	14°	16°	16°	10°
Sapucaia do Sul	18°	14°	12°	12°
Portão	8°	5°	26°	20°
Parobé	11°	20°	17°	19°
Eldorado do Sul	3°	22°	19°	24°
Guaíba	20°	21°	15°	14°
Gravataí	22°	15°	23°	11°
Sapiranga	10°	27°	20°	15°
Nova Hartz	7°	29°	24°	13°
Viamão	30°	19°	11°	18°
Triunfo	1°	28°	25°	27°
Alvorada	31°	31°	6°	16°
Capela de Santana	28°	2°	28°	26°
Glorinha	24°	1°	31°	30°
Santo Antonio da Patrulha	25°	3°	27°	31°
Arroio dos Ratos	27°	24°	8°	28°
Taquara	26°	18°	22°	22°
São Jerônimo	29°	10°	21°	29°
Nova Santa Rita	15°	25°	30°	25°
Araricá	19°	30°	29°	21°

NOTA: Os 5 primeiros colocados foram destacados em vermelho, e os 5 últimos colocados em azul.

Fonte: Tabelas 5, 7, 8 e 9

Da análise conclui-se que é fundamental o conhecimento dessas dimensões para a elaboração de políticas integradas de combate à pobreza, o que pode ser visto com clareza, por exemplo, no caso de Ivoti que, apesar de uma alta posição relativa no índice de renda per capita, convive com baixos níveis de água, esgoto e lixo (dimensões que são relevantes em particular para a saúde dos indivíduos mais pobres).

Para analisar sistematicamente as correlações, processou-se um estudo estatístico da correlação múltipla da proporção de pobres e das variáveis PIB pm per capita, percentual de pessoas de 15 anos ao mais analfabetas, média da mortalidade infantil e percentual de domicílios com esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo. Encontrou-se uma correlação média de 0,8692 nas variáveis mencionadas, ou seja, o conjunto das variáveis possui um poder explicativo de 86,9% da proporção de pobres.

A tabela seguinte apresenta o índice de Sen, que leva em consideração tanto a extensão quanto a intensidade da pobreza e, ainda, a desigualdade da distribuição da renda entre os pobres. O índice foi calculado como parte da análise empreendida nesta dissertação. Como discutido anteriormente (capítulo 1), é importante poder contar com medidas de pobreza que não sejam limitadas tecnicamente, como o são os índices de proporção de pobres e hiato da pobreza – tomados isoladamente. O índice de Sen, tal como os demais, varia de zero a um, sendo igual a zero quando todas as rendas são maiores que o nível de pobreza e sendo igual a um quando todas as rendas forem zero. Então, quanto menor for o índice, melhor será a situação do município. Os municípios de Dois Irmãos, Ivoti e Campo Bom são os melhores colocados com relação ao índice de Sen e o *ranking* dos indicadores.

Esta análise sugere uma nova ordenação de pobreza entre os municípios da RMPA que leve em consideração a intensidade e a extensão da pobreza. Ela é tecnicamente mais satisfatória, pelas razões já expostas.

Tabela 22: Índice de Sen dos municípios da RMPA

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE SEN
Dois Irmãos	0,07712
Porto Alegre	0,09750
Ivoti	0,10280
Campo Bom	0,11611
Estância Velha	0,12414
Esteio	0,13896
São Leopoldo	0,14045
Nova Hartz	0,14108
Canoas	0,14513
Cachoeirinha	0,14592
Novo Hamburgo	0,14681
Gravataí	0,15894
Montenegro	0,15969
Charqueadas	0,16290
Sapiranga	0,16310
Taquara	0,16426
Portão	0,16528
Parobé	0,16586
Sapucaia do Sul	0,16859
São Jerônimo	0,16930
Guaíba	0,17233
Nova Santa Rita	0,17327
Viamão	0,17529
Araricá	0,17838
Alvorada	0,17871
Triunfo	0,18631
Eldorado do Sul	0,20791
Arroio dos Ratos	0,20929
Glorinha	0,21319
Capela de Santana	0,22198
Santo Antonio da Patrulha	0,22216

Fonte: Calculado com base nos dados das Tabelas 14 e 15 Índice de GINI do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

É interessante notar que os municípios de Porto Alegre e Ivoti, que apresentam níveis muito baixos de pobreza de acordo com o índice de Sen, também tiveram nos anos de 1991 e 2000 os dois maiores Índices de Desenvolvimento Humano, respectivamente. Já o município de Capela de Santana teve em 1991 o 2º menor IDH, e em 2000 apresentou o menor índice da Região. Isso sinaliza a efetividade do IDH em capturar importantes dimensões do desenvolvimento humano relacionadas com suas principais variáveis. Todos os municípios apresentaram no ano de 2000 um IDH maior do que no ano de 1991. Porém, construindo um *ranking*, pode-se analisar as mudanças de posição relativa entre eles. O município de Portão teve a maior variação no IDH de 1991 para 2000, mudou da 25ª posição para a 6ª. De 1991

para 2000 15 municípios caíram de posição, 12 subiram e 4 permaneceram na mesma. Das dez últimas posições do IDH do ano de 2000, sete municípios são da RMPA 2 e três da RMPA 1. Entre eles estão Alvorada, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo e Triunfo, todos da RMPA 2, que também estão entre os últimos colocados nos *rankings* anteriores. Entre os dez primeiros colocados estão Porto Alegre, Ivoti e Campo Bom, que também estão entre os primeiros nos *rankings* anteriores. Esta ‘persistência intertemporal’ mostra o papel da falta de mobilidade e o alto grau de desigualdade que acompanha o bem-estar dos mais pobres nesses municípios.

Tabela 23: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da RMPA de 1991 e 2000

MUNICÍPIOS	IDH M		Ranking	
	1991	2000	IDHM 1991	IDHM 2000
Porto Alegre	0,824	0,865	1°	1°
Ivoti	0,794	0,851	2°	2°
Esteio	0,763	0,842	6°	3°
Campo Bom	0,766	0,837	4°	4°
Montenegro	0,757	0,833	13°	5°
Portão	0,711	0,831	25°	6°
Taquara	0,770	0,819	3°	7°
Guaíba	0,760	0,815	8°	9°
Canoas	0,759	0,815	10°	8°
Cachoeirinha	0,745	0,813	16°	10°
Dois Irmãos	0,760	0,812	9°	11°
Gravataí	0,766	0,811	5°	12°
Novo Hamburgo	0,758	0,809	12°	13°
Estância Velha	0,749	0,808	15°	14°
Viamão	0,732	0,808	18°	15°
Charqueadas	0,761	0,806	7°	16°
Sapucaia do Sul	0,759	0,806	11°	18°
Sapiranga	0,727	0,806	19°	17°
São Leopoldo	0,757	0,805	14°	19°
Eldorado do Sul	0,740	0,803	17°	20°
Nova Hartz	0,709	0,796	26°	21°
São Jerônimo	0,726	0,790	20°	22°
Nova Santa Rita	0,706	0,789	28°	23°
Triunfo	0,722	0,788	21°	24°
Parobé	0,718	0,786	22°	25°
Glorinha	0,684	0,785	31°	26°
Araricá	0,709	0,784	27°	27°
Arroio dos Ratos	0,697	0,773	29°	28°
Santo Antônio da Patrulha	0,713	0,770	24°	29°
Alvorada	0,716	0,768	23°	30°
Capela de Santana	0,687	0,764	30°	31°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

NOTA:

	subiu de posição
	mesma posição
	caiu de posição

Sintetizando os indicadores apresentados, pode-se construir um *ranking* geral (explicação no Apêndice) para os municípios da RMPA. Desta forma, considerando os *rankings* anteriores – *ranking*: proporção e intensidade da pobreza e da indigência; indicadores: PIB pm per capita, analfabetismo, mortalidade infantil e infra-estrutura básica; índice de Sen e ÍDH-M – foi construído o *ranking* geral, Tabela 24, que pode ser visualizado no mapa abaixo. Quanto à combinação dos indicadores analisados, os dez primeiros municípios do *ranking* são considerados bons, de baixos níveis de pobreza, os próximos dez são considerados regulares, e os últimos dez são ruins, com altos níveis de pobreza.

O conceito de um *ranking* geral é derivado da necessidade de sistematização das múltiplas dimensões envolvidas na caracterização da pobreza. De certo modo, esta síntese reflete a idéia de uma intersecção de *rankings*, tal como proposta por Sen (1997). A alternativa a isto seria trabalhar com indicadores isolados, destacando as limitações próprias a cada um, mas, mesmo assim, não se chega a uma medida síntese que possua caráter intuitivo e apelo público.

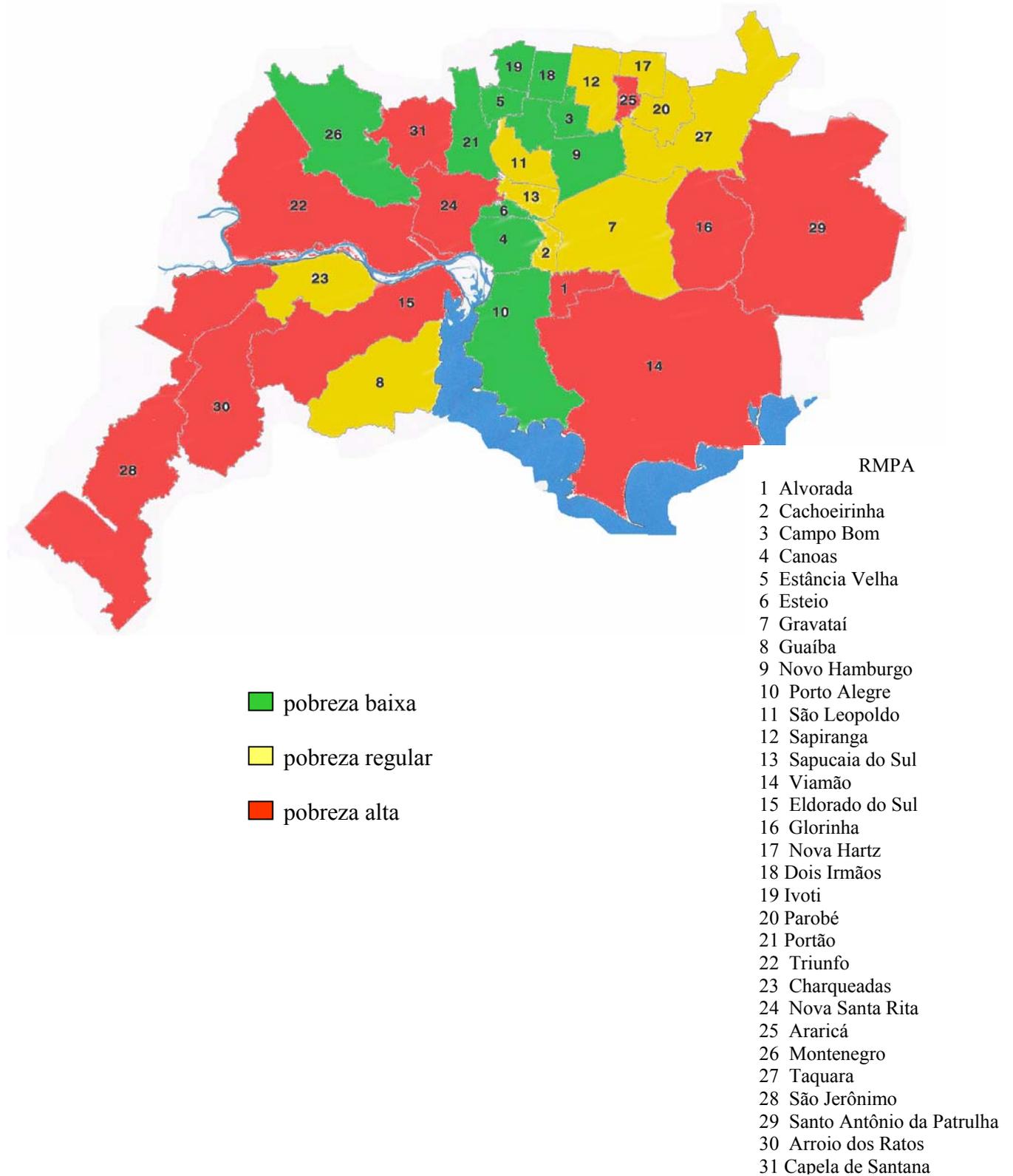
No que segue, mostram-se os resultados do cálculo de um índice de *ranking* geral dos municípios da RMPA. Primeiro apresenta-se a ordenação dos índices, seguida da sua distribuição espacial (visualizada no mapa abaixo).

Tabela 24: *Ranking* geral dos municípios da RMPA

MUNICÍPIOS	RANKING GERAL
Ivoti	1º
Campo Bom	2º
Porto Alegre	3º
Dois Irmãos	4º
Esteio	5º
Estância Velha	6º
Montenegro	7º
Canoas	8º
Portão	9º
Novo Hamburgo	10º
São Leopoldo	11º
Cachoeirinha	12º
Nova Hartz	13º
Sapiranga	14º
Charqueadas	15º
Taquara	16º
Gravataí	17º
Parobé	18º
Sapucaia do Sul	19º
Guaíba	20º
Viamão	21º
Nova Santa Rita	22º
Glorinha	23º
Eldorado do Sul	24º
Capela de Santana	25º
Triunfo	26º
São Jerônimo	27º
Alvorada	28º
Arroio dos Ratos	29º
Araricá	30º
Santo Antonio da Patrulha	31º

Fonte: Tabelas 20, 21, 22 e 23

**Mapa 7: Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre
segundo classificação dos indicadores**

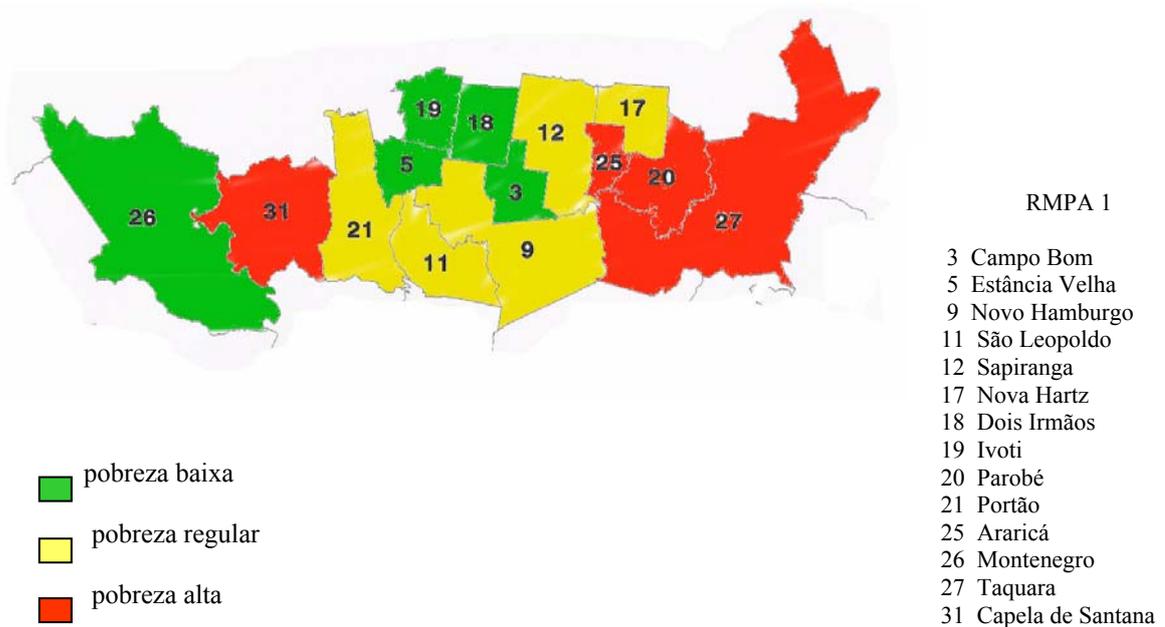


Observando o mapa pode-se constatar que os municípios que apresentam as maiores áreas – Viamão, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, Triunfo e Eldorado do Sul – possuem os piores resultados no *ranking* geral, assim como algumas das menores áreas – Esteio, Estância Velha, Campo Bom e Ivoti – possuem os melhores resultados. Efetuando um estudo estatístico, confirma-se que existe uma correlação significativa ($R^2 = 0,68$) entre o *ranking* geral e a área (em km^2) dos municípios da RMPA. Uma explicação para esta correlação é que o preço e a disponibilidade de terra em municípios com áreas maiores é um atrativo, principalmente, para pessoas de baixa renda. Uma das exceções é Porto Alegre que, apesar de possuir uma área considerada grande comparada aos demais municípios da Região, tem uma das maiores densidades demográficas e está entre os municípios que apresentam os melhores resultados no *ranking* geral.

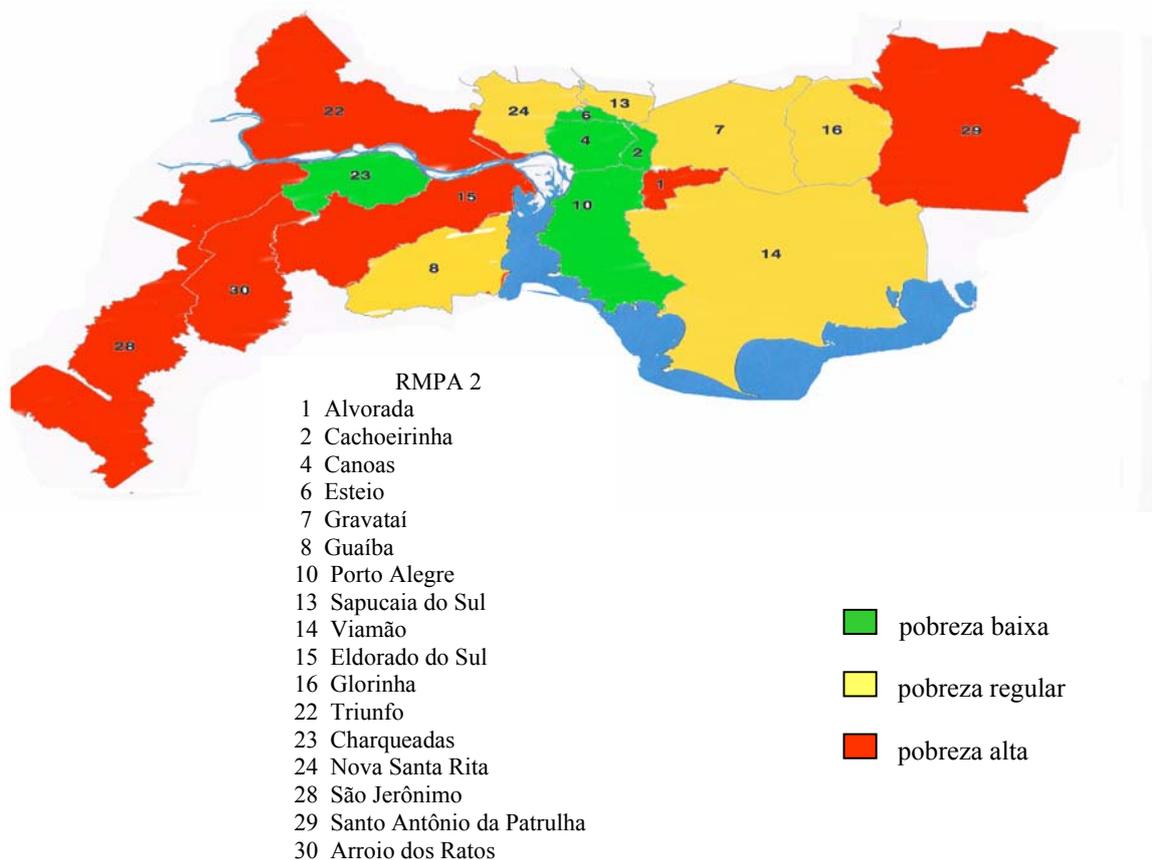
Analisando de forma distinta os municípios da RMPA 1 e RMPA 2, segundo suas classificações nos indicadores de pobreza e desigualdade apresentados neste capítulo, pode-se construir um mapa da pobreza para cada sub-região. Para a RMPA 1, os municípios que são considerados de baixa pobreza estão reunidos na parte Norte da Região, com exceção de Montenegro; já na RMPA 2 ficam concentrados no centro, incluindo a capital, com exceção de Charqueadas. Em ambas as Regiões, os municípios com as piores classificações nos indicadores ficam localizados na parte Leste e Oeste, nas extremidades das Regiões, com exceção de Capela de Santana e Alvorada. Isso poderia indicar que a localização geográfica da atividade econômica tem a faculdade de influir no perfil da pobreza dessas Regiões. O mais interessante, contudo, é que está na ‘qualidade’ do crescimento a chave para definir o impacto distributivo e desconcentrador de determinados setores produtivos. Por exemplo, atividades de mais trabalho intensivo e que utilizam mão-de-obra de baixa qualificação devem contribuir mais efetivamente para a redução da pobreza do que outras, mais intensivas em capital.

Decompondo o perfil por Regiões, tem-se:

**Mapa 8: Municípios da RMPA 1
segundo classificação dos indicadores**



**Mapa 9: Municípios da RMPA 2
segundo classificação dos indicadores**



Comparando as classificações de cada município nesses mapas por sub-regiões comprova-se a preponderância dos municípios da RMPA 1 entre aqueles com os níveis mais baixos de pobreza. Todos os municípios da RMPA 1 classificados como ‘pobreza-baixa’ com relação aos indicadores apresentados, também possuem a mesma classificação na RMPA; já no caso da RMPA 2, dos cinco municípios considerados ‘pobreza-baixa’ somente três estão nesta mesma classificação na RMPA.

Como já foi comentado no capítulo 1, existem várias possibilidades de avaliar os níveis de pobreza. Em especial, destaca-se o Índice de Pobreza Humana (IPH), que mede especificamente a pobreza segundo parâmetros internacionais. Para o cálculo desse índice são utilizadas as seguintes variáveis (ver Apêndice): o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos; o percentual de adultos analfabetos; o percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e o percentual de crianças menores de 5 anos com insuficiência de peso. Para a variável percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde não existem dados específicos disponíveis que possam ser utilizado para este estudo. Assim, para efetuar o cálculo foi estabelecido que o percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde é igual à média de outras duas variáveis: falta de leitos hospitalares e déficit de rede ambulatorial. Quanto ao percentual de crianças menores de 5 anos com insuficiência de peso, por falta de dados foi feita uma *proxy* utilizando a mortalidade infantil de menores de 5 anos.

O uso das *proxies* não invalida o exercício de buscar-se uma aproximação com o IPH como um modo de avaliar a pobreza na RMPA segundo esta metodologia. O interesse aqui é comparativo e de natureza exploratória. Para tal, foram realizados os cálculos necessários para os diferentes municípios da RMPA, que estão apresentados na Tabela 25.

Tabela 25: Índice de Pobreza Humana dos municípios da RMPA – 2000

MUNICÍPIOS	IPH – %
Ivoti	3,10
Esteio	4,08
Dois Irmãos	4,47
Campo Bom	4,65
Porto Alegre	5,01
Montenegro	5,32
Sapucaia do Sul	5,32
Estância Velha	5,39
Canoas	5,41
Sapiranga	5,51
Portão	5,57
Charqueadas	5,82
Cachoeirinha	6,09
Taquara	6,23
Novo Hamburgo	6,25
São Leopoldo	6,69
Guaíba	7,46
Viamão	7,68
Triunfo	8,10
São Jerônimo	9,20
Arroio dos Ratos	9,98
Santo Antonio da Patrulha	10,94
Gravataí	11,53
Nova Hartz	12,66
Araricá	14,06
Nova Santa Rita	14,14
Eldorado do Sul	14,21
Capela de Santana	14,66
Parobé	14,68
Alvorada	15,10
Glorinha	16,35

Fonte: Calculado com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano e DATASUS – Ministério da Saúde.

Comparando o *ranking* do Índice de Pobreza Humana com o *ranking* geral (*ranking*: proporção e intensidade da pobreza e da indigência; Indicadores: PIB pm per capita, analfabetismo, mortalidade infantil e infra-estrutura básica; índice de Sen e IDH-M), pode-se constatar que, dos dez municípios que apresentaram os melhores resultados no IPH, oito também tiveram os melhores resultados no *ranking* geral, e dos onze piores resultados no IPH

oito também apresentaram os piores resultados no *ranking* geral. A tabela 26 ilustra este comparativo.

Tabela 26: Comparativo entre o *ranking* do IPH e do *ranking* geral dos municípios da RMPA

MUNICÍPIOS	RANKING DO IPH	RANKING GERAL
Ivoti	1º	1º
Esteio	2º	5º
Dois Irmãos	3º	4º
Campo Bom	4º	2º
Porto Alegre	5º	3º
Montenegro	6º	7º
Sapucaia do Sul	7º	19º
Estância Velha	8º	6º
Canoas	9º	8º
Sapiranga	10º	14º
Portão	11º	10º
Charqueadas	12º	15º
Cachoeirinha	13º	12º
Taquara	14º	16º
Novo Hamburgo	15º	9º
São Leopoldo	16º	11º
Guaíba	17º	20º
Triunfo	18º	26º
São Jerônimo	19º	27º
Arroio dos Ratos	20º	29º
Santo Antonio da Patrulha	21º	31º
Gravataí	22º	17º
Nova Hartz	23º	13º
Araricá	24º	30º
Nova Santa Rita	25º	22º
Eldorado do Sul	26º	24º
Capela de Santana	27º	25º
Parobé	28º	18º
Alvorada	29º	28º
Glorinha	30º	23º
Viamão	31º	21º

NOTA: Os municípios em vermelho apresentaram os melhores resultados nos dois *rankings*, e os em azul, os piores resultados.

Fonte: Tabelas 24 e 25

Conclui-se, assim, que é possível chegar a uma análise mais robusta dos indicadores de pobreza da RMPA oferecendo uma maneira de trabalhar as variáveis que envolvem i) o reconhecimento da multidimensionalidade da pobreza e ii) critérios de síntese e agregação que levem em conta a volabilidade de agregações diferenciadas de múltiplas variáveis. A importância prática do cálculo desses indicadores e a montagem dos *rankings* não deve ser subestimada.

O setor público no Brasil e as Prefeituras dos municípios da RMPA continuam usando os indicadores mais simplificados para embasar suas decisões de combate à pobreza e orientação de gastos sociais. No entanto, como mostrado no capítulo 1, muito ainda precisa ser feito para um mapeamento menos visado da pobreza no Brasil. O presente trabalho é uma pequena contribuição nessa direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo dar uma pequena contribuição para a análise da pobreza na RMPA. Sem tentar fazer uma ampla revisão de literatura sobre o tema, tentou-se selecionar as principais questões conceituais e justificar, na primeira parte, uma estratégia de cálculo de indicadores de pobreza, concretizada no último capítulo. A questão dos *rankings* e procedimentos para racionalizar a multiplicidade de indicadores sobre pobreza foi avaliada seguindo-se as sugestões de Sen (1997). Procurou-se caracterizar as linhas de pobreza e de indigência para a Região Metropolitana de Porto Alegre no período de 1992 a 2003. Apresentou-se também indicadores de pobreza e desigualdade para cada cidade que compõe a Região com a finalidade de construir um mapa da pobreza para a RMPA.

Sobre a evolução da pobreza e da indigência, analisando as linhas construídas para o período de 1992 a 2003, conclui-se que, antes do Plano Real de 1992 a 1993, houve leve redução da incidência de pobreza; após o plano de estabilização de 1994, considerando de 1995 a 1996, o índice reduziu mais significativamente, e a partir de 1997 até 2003 manteve-se em elevação. Conforme os trabalhos citados, a redução da pobreza nos primeiros anos do plano de estabilização de 1994 ocorreu devido ao ganho de poder de compra, principalmente das famílias de baixa renda, com a drástica redução da inflação; já o aumento a partir de 1996 é explicado pela recessão e estagnação econômica, associado ao aumento do desemprego e à diminuição da massa de rendimentos.

No que diz respeito à incidência de pobreza na região metropolitana e nas não-metropolitanas do Estado, é importante ressaltar a concentração da população pobre na Região Metropolitana de Porto Alegre, fenômeno que tem sido classificado como “metropolização da pobreza” (TOLOSA, 1993). A Região Metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, quando dividida em sub-regiões, apresenta maior incidência de pobreza na área em torno da capital (RMPA 2).

As sub-regiões também foram analisadas separadamente através de um *ranking* geral baseado nas seguintes ordenações: da proporção e da intensidade da pobreza e da indigência;

dos indicadores: PIB pm per capita, analfabetismo, mortalidade infantil e infra-estrutura básica; do índice de Sen e do IDH-M. Constatou-se que, para a RMPA 1, os municípios que são considerados de baixa pobreza estão reunidos na parte Norte da Região, com exceção de Montenegro; já na RMPA 2 eles ficam concentrados no Centro, incluindo a capital, com exceção de Charqueadas. Em ambas as Regiões os municípios com as piores classificações nos indicadores ficam localizados na parte Leste e Oeste, nas extremidades das Regiões, com exceção de Capela de Santana e Alvorada. Este resultado sugere pesquisa futura sobre o papel do setor público nessas Regiões e respectivas organizações produtivas.

O problema conceitual da necessidade de um indicador multidimensional de pobreza, associado às dificuldades práticas de seleção de indicadores, foi tratado através do cálculo de uma versão do Índice de Pobreza Humana (IPH-1) para a RMPA e colocado em um *ranking*. Constatou-se que, dos onze municípios mais pobres segundo o IPH, 73% também estão entre os onze últimos colocados no índice de *ranking* geral, tal como calculado neste trabalho, e dos dez municípios com os menores Índices de Pobreza Humana, 80% também estão entre os dez primeiros colocados no *ranking* geral. Os resultados particulares obtidos nesta dissertação não são tão importantes quanto o procedimento testado de verificação do grau de robustez de alguns indicadores agregados.

Esta é a contribuição do trabalho: mostrar através de indicadores o mapa da pobreza para a Região Metropolitana de Porto Alegre. Cientes de que a questão é altamente complexa, reconhece-se que os conceitos e formas de mensuração aqui utilizados são limitados e ambíguos, não havendo, assim, um consenso sobre o fenômeno da pobreza. Entretanto, este tipo de estudo é importante para o início da busca de soluções que respeitem a dimensão espacial da pobreza.

Uma última palavra: para solucionar o problema da pobreza não basta ter análises como as empreendidas na presente dissertação; é necessário um comprometimento econômico, social e político, fundamentalmente, entre governo e entidades civis, criando políticas efetivas de combate à pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, José Antonio Fialho. Caracterização econômica da RMPA nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 253-91, 2001.
- ALTIMIR, O. La dimensión de la pobreza em América Latina. **Cuadernos de la CEPAL**, Santiago de Chile, 1979.
- BARROS, Ricardo P.; NERI, Marcelo; MENDONÇA, Rosane. Pobreza e inflação no Brasil: Uma análise agregada. **A economia brasileira em perspectiva**. São Paulo, IPEA, v. 2, 1996.
- BERLIN, Isaiah (1958). Two Concepts of Liberty. In Isaiah Berlin (1969) Four Essays on Liberty. Oxford: Oxford University Press, p.118-172.
- BOLETIM DO DIEESSE. São Paulo, nº 139, 151, 175, 187 e 199, ano XI, XII, XIV, XV e XVI, out.1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.
- CEPAL/PNUD. **Ecuador**: Mapa das Necessidades Básicas Insatisfeitas. Santiago do Chile, Nações Unidas, 1989.
- COMIM, Flavio V.; BAGOLIN, Izete. **Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- DEATON, A. The Analysis of Household Surveys, A Microeconomic Approach to Development Policy, Johns Hopkins University Press: Baltimore, 1997.
- DERCON, Stefan; KRISHNAN, Pramila. Vulnerability, seasonality and poverty in Ethiopia. In: BAULCH, Bob; HODDINOTT, John. **Economic mobility and poverty dynamics in developing countries**. London: Frank Cass Press, 2000.
- DIXON, John; MACAROV, David. **Poverty: a persistent global reality**. London: Routledge, 1998.
- DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **A Theory of Human Need**. London: Macmillan Press, 1991.
- FAVA, Vera Lucia. **Urbanização, Custo de Vida e Pobreza no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1984.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 31, 2001. CR-ROM.
- _____. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 11 set. 2004 e 28 jul. 2005.

FERES, Juan Carlos. Notas sobre la Medición de la Pobreza Según el Método del Ingreso. *Revista de la CEPAL*, n.61, 1997.

FERES, Juan Carlos; MANCERO, Xavier. El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina. **Estudios estadísticos y prospectos**, Santiago de Chile, CEPAL, feb. 2001.

FIBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro. Rio Grande do Sul: 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002 e 2003.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro. Região Metropolitana de Porto Alegre: 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002 e 2003.

FIELDS, Gary S. The meaning and measurement of income inequality. Press Cambridge, 2000.

FLIGENSPAN, Flávio B. Uma visão global da economia brasileira durante a vigência do Plano Real: Avanços, recuos e um cenário de crescimento com exclusão. **Indicadores da FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 102-43, 1998.

FOSTER, J. e GREER, J e THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. *Econometrica*, vol. 52, n.3, 1984.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFOMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda**: Medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. R. O. Henriques. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

HORN, Carlos H. Pobreza e mercado de trabalho: Cálculo de uma linha de pobreza absoluta para a Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos da FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 185-200, jan. 1994.

_____. Pobreza e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos da FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 248-65, maio 1995.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. UNDP, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2004 e 29 mar. 2005.

JALAN, J and RAVALLION, M. (1999). Is Transient Poverty different? publicado em Pritchett et al. 2000.

KANBUR, Ravi; SQUIRE, Lyn. The evolution of thinking about poverty: Exploring the interactions. In: MEIER, Gerald; STIGLITZ, Joseph. **Frontiers of Development Economics: The future in perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LODDER, Celsius. **Distribuição de Renda nas Áreas Metropolitanas**. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1976.

MAMMARELLA, Rosetta. Diferenciação socioespacial na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980- 1991. Análises preliminares. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1, Porto Alegre, 2002. **Anais**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. Economia e ocupação no espaço metropolitano: Transformações recentes de Porto Alegre. In: RIBEIRO, L. Q. (org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001. p. 152-75.

NARAYAN, Deepa. **Voices of the poor: Can anyone hear us?** Oxford: Oxford University Press, 2000.

NERI, Marcelo; CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, desigualdade e pobreza: O impacto da estabilização. **A Economia brasileira em perspectiva**. São Paulo, IPEA, v. 1, 1996.

NUSSBAUM, Martha. **Love's knowledge: Essays on Philosophy and Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

_____. Sex and Social Justice. Cambridge. CUP, 1999.

_____. Woman and Human Development. Cambridge. CUP, 2000.

OLIVEIRA, J. **Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza nos Conselhos Regionais e Municípios do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1991**. Porto Alegre, PPGE/UFRGS, 2001. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

PANORAMA Social de América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, 1996.

PORTO ALEGRE. **Delimitação da Área Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: GERM – Conselho Metropolitano de Municípios, 1968.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

Projeto Fome Zero, 2002.

PROJETO RS – 2010. **Pobreza Urbana**. Porto Alegre, 1998.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1997: Desenvolvimento humano e pobreza**, 1997.

_____. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001**

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 1991-2000**. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acesso em: 2004.

RAY, Debraj. **Development Economics**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

RIBEIRO, L. C. Q (org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

ROCHA, Sonia. **Estabelecimento e comparação de linhas de pobreza para o Brasil**. Texto para discussão interna n. 153. Rio de Janeiro, IPEA, 1988.

_____. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro, IPEA, 1994.

_____. Crise, estabilização e pobreza – 1990 a 1995. **Conjuntura Econômica**. Ensaio, Rio de Janeiro, p. 22-6, jan. 1997.

_____. Pobreza metropolitana: Balanço de uma década. **Perspectivas da Economia brasileira**. Rio de Janeiro, IPEA, p. 449-69, 1992.

_____. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. **Econômica**, n. 4, p. 5-27, dez. 2000.

_____. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

ROMÃO, Maurício C. Pobreza: conceitos e mensuração. **Caderno de Economia**, n. 13. Rio de Janeiro. IPEA, 1993.

SEN, Amartya. Poverty: an ordinal approach measurement. **Econometrica**, 1976.

_____. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Oxford University Press, 1981.

_____. **Commodities and capabilities**. Amsterdam. North Holland, 1985.

_____. **Inequality Reexamined**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

_____. **On Economic inequality**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

_____. **Development as Freedom**. (2000) Oxford: Clarendon Press, 1999.

SPICKER, Paul. Definitions of poverty: Eleven clusters of meaning. In: GORDON, David; _____ (ed.). **The International Glossary on Poverty**, 1999.

SVEDBERG, P. **Poverty and undernutrition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

THOMAS, Vinod. Differences in income, nutrition and poverty withing Brazil. Washington, **World Bank Working Paper**, n. 505, 1982.

TOLOSA, Hamilton C. A pobreza absoluta. In: ALBUQUERQUE, Roberto C. coord. **O Brasil Social: realidades, desafios, opções.** Rio de Janeiro. IPEA. p. 189-212, 1993.

TOWNSEND, Peter. The Development of Research on Poverty. En Department of Health and Social Security, Social Security Research: The Definition and Measurement of poverty, HMSO, London, 1979.

UNESCO. **Del desarrollismo económico a la dimension cultural del desarrollo.** México: Comercio Exterior, 1991.

WORLD BANK. World development report, 2004.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - *Ranking* geral

O *ranking* geral foi construído com base nos *rankings*: 1) proporção e intensidade da pobreza e da indigência (agregado); 2) Indicadores: PIB pm per capita, analfabetismo, mortalidade infantil e infra-estrutura básica (agregado); 3) índice de Sen; 4) IDH-M.

A metodologia utilizada foi agregá-los através da colocação média nos respectivos *rankings*. No caso de colocações médias iguais, o critério para desempate foi a melhor posição no *ranking* da proporção e intensidade da pobreza e da indigência.

APÊNDICE B - Índice de Pobreza Humana

Para o cálculo desse índice são utilizadas as seguintes variáveis: o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos (P_1); o percentual de adultos analfabetos (P_2); o percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde (P_{31}) e água potável (P_{32}) e o percentual de crianças menores de 5 anos com insuficiência de peso (P_{33}).

Para a variável percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde foi realizada uma *proxy* utilizando a média de outras duas variáveis: falta de leitos hospitalares e déficit de rede ambulatorial. Para leitos hospitalares, o parâmetro utilizado foi de 1 leito por 1.000 habitantes, o mesmo critério utilizado pela Fundação de Economia e Estatística, e para a rede ambulatorial o valor foi arbitrado levando-se em conta o número médio da rede ambulatorial para a RMPA (1 unidade para cada 5.000 habitantes). Para leitos hospitalares, o parâmetro utilizado foi de 1 leito por 1.000 habitantes, o mesmo critério utilizado pela Fundação de Economia e Estatística, e para a rede ambulatorial o valor foi arbitrado levando-se em conta o número médio da rede ambulatorial para a RMPA (1 unidade para cada 5.000 habitantes).

Quanto ao percentual de crianças menores de 5 anos com insuficiência de peso, foi feita uma *proxy* utilizando a mortalidade infantil de menores de 5 anos.

$$\text{IPH} = \left[\frac{1}{3} (P_1^3 + P_2^3 + P_3^3) \right] \quad \text{onde } P_3 = \frac{P_{31} + P_{32} + P_{33}}{3}$$

ANEXO A: Composição da Região Metropolitana de Porto Alegre

CÓDIGO	NOME DO MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO	DATA DA LEI
430060	Alvorada	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
430087	Araricá	Lei Complementar Estadual nº 11.201	30 jul. 1998
430110	Arroio dos Ratos	Lei Complementar Estadual nº 11.539	1º nov. 2000
430310	Cachoeirinha	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
430390	Campo Bom	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
430460	Canoas	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
430468	Capela de Santana	Lei Complementar Estadual nº 11.645	28 jun. 2001
430535	Charqueadas	Lei Complementar nº 10.234	27 jul. 1994
430640	Dois Irmãos	Constituição Estadual	3 out. 1989
430676	Eldorado do Sul	Constituição Estadual	3 out. 1989
430760	Estância Velha	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
430770	Esteio	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
430905	Glorinha	Constituição Estadual	3 out. 1989
430920	Gravataí	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
430930	Guaíba	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
431080	Ivoti	Constituição Estadual	3 out. 1989
431240	Montenegro	Lei Complementar Estadual nº 11.307	14 jan. 1999
431306	Nova Hartz	Constituição Estadual	3 out. 1989
431337	Nova Santa Rita	Lei Complementar Estadual nº 11.198	23 jul. 1998
431340	Novo Hamburgo	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
431405	Parobé	Constituição Estadual	3 out. 1989
431480	Portão	Constituição Estadual	3 out. 1989
431490	Porto Alegre	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
431760	Santo Antônio da Patrulha	Lei Complementar Estadual nº 11.530	21 set. 2000
431840	São Jerônimo	Lei Complementar Estadual nº 11.340	21 jun. 1999
431870	São Leopoldo	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
431990	Sapiranga	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
432000	Sapucaia do Sul	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973
432120	Taquara	Lei Complementar Estadual nº 11.318	26 mar. 1999
432200	Triunfo	Constituição Estadual	3 out. 1989
432300	Viamão	Lei Complementar Federal nº 014	8 jun. 1973

ANEXO B: Cesta Básica Nacional – Gasto mensal no mês de setembro de vários anos

Cesta Básica Nacional - Gasto mensal – 09/1992

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	318.358,39	123.820,75	17.925,98	21.388,50	12.856,20	5.102,70	19.343,70	24.518,52	46.314,00	9.169,32	12.779,92	9.306,00	4.844,16	10.988,62
Belo Horizonte	312.000,81	99.548,28	20.296,05	22.441,77	9.198,96	3.798,99	16.484,94	23.839,20	58.314,30	7.149,61	27.260,70	9.464,43	4.131,17	10.072,41
João Pessoa	247.692,15	82.510,88	16.800,00	21.816,63	13.590,61	8.404,92	-	18.525,60	41.694,60	4.990,06	14.368,28	9.614,70	4.825,38	10.550,48
Curitiba	333.400,47	122.152,14	17.949,98	16.407,90	10.312,41	3.607,36	24.974,82	29.758,14	46.650,00	8.349,52	30.405,68	7.559,61	4.870,40	10.402,50
Porto Alegre	364.966,74	145.894,65	15.750,00	18.761,26	9.354,24	5.077,39	25.385,04	34.346,07	51.221,64	9.057,60	26.653,88	9.211,41	4.884,80	9.368,74
Rio de Janeiro	323.653,82	106.665,90	20.773,65	17.429,44	8.992,59	4.325,37	20.719,32	23.722,83	65.956,14	8.793,54	24.406,05	9.023,85	4.004,21	8.840,92
Salvador	239.170,40	73.135,94	13.676,40	19.004,80	11.436,91	9.258,99	-	24.190,32	42.087,78	6.568,50	16.918,42	9.669,24	4.453,85	8.769,23
São Paulo	340.303,17	107.906,22	20.252,32	22.313,52	9.775,26	5.942,89	25.286,46	25.110,00	55.456,14	10.381,58	29.291,70	10.389,39	4.273,63	13.924,04
Brasília	312.183,38	102.121,08	20.250,38	23.026,50	9.368,64	4.849,46	21.924,06	25.784,01	48.005,40	8.410,50	23.331,45	9.267,57	4.040,80	11.803,53
Goiânia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fortaleza	270.283,26	85.005,81	18.000,00	23.068,58	13.606,16	8.634,24	-	18.622,32	48.000,00	6.227,86	15.385,12	8.386,44	5.046,73	20.299,99
Recife	255.551,68	80.525,38	14.049,30	20.605,00	15.023,59	8.899,92	-	22.809,60	43.207,92	4.580,27	21.024,45	10.018,68	4.191,94	10.615,61
Belém	273.166,81	67.262,62	14.265,00	23.425,70	13.945,21	8.262,09	-	34.641,96	49.989,60	5.010,70	32.678,55	11.211,45	4.724,55	7.749,37
Vitória	315.990,82	109.033,14	19.713,45	21.527,42	12.311,67	5.233,66	18.555,60	20.831,76	54.843,60	9.016,88	19.725,60	9.011,04	4.588,65	11.598,34
Natal	251.808,28	84.953,07	18.420,42	20.975,90	15.658,74	7.849,74	-	10.837,56	42.867,00	5.292,00	18.033,68	9.510,00	4.655,67	12.754,50
Aracaju	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/1993

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	6.737,18	2.729,63	414,97	412,74	243,27	99,87	203,28	379,08	1.039,20	266,74	234,3	135,57	115,42	463,1
Belo Horizonte	6.036,29	2.222,34	409,28	445,46	153,39	57,5	183,42	333,45	1.066,92	211,02	454,58	142,47	84,75	271,71
João Pessoa	4.837,15	1.430,37	327,42	398,56	241,78	193,77	-	422,4	714	116,45	448,42	157,29	97,93	288,74
Curitiba	6.452,45	2.600,73	451,05	294,26	185,16	57,3	265,38	378,63	902,4	246,32	453,75	111,06	106,02	400,39
Porto Alegre	6.743,26	2.612,35	329,32	379,62	165,3	76,59	268,08	494,64	1.164,96	206,4	443,02	125,19	96,73	381,04
Rio de Janeiro	5.899,14	2.282,94	449,18	312,48	179,97	61,7	160,26	263,25	1.098,66	237,26	393,45	132,39	79,19	248,41
Salvador	5.194,65	1.700,01	350,64	317,07	264,17	166,98	-	395,76	763,32	145,26	421,88	197,76	90,69	381,11
São Paulo	6.339,29	2.278,26	456,52	395,5	173,07	75,38	250,5	363,15	1.003,08	311,29	433,72	125,4	90,3	383,09
Brasília	6.122,25	2.160,84	442,95	434,97	187,2	83,24	223,02	363,24	1.004,16	262,12	387,3	158,43	81,96	332,82
Goiânia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fortaleza	5.630,37	1.716,03	348,72	505,17	251,82	153,99	-	449,76	905,52	129,87	456,3	150,18	106,35	456,66
Recife	5.252,77	1.572,93	303,06	393,34	255,1	158,76	-	589,8	714,72	113,45	597,68	171,96	89,87	292,09
Belém	5.913,21	1.531,26	363,42	506,92	271,55	118,05	-	803,64	840	151,8	798,22	186,39	107,95	233,99
Vitória	6.125,41	2.334,00	419,1	535,5	232,53	71,12	200,52	270	1.072,80	191,89	306,9	115,17	88,59	287,29
Natal	4.927,67	1.523,38	367,14	363,1	267,52	152,19	-	454,8	586,2	130,79	522,15	161,97	92,48	305,92
Aracaju	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/1994

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	82,52	24,82	3,9	5,35	2,04	0,86	5,04	15,75	9,6	3,83	3,45	2,07	1,07	4,72
Belo Horizonte	77,58	22,08	3,98	4,54	1,8	0,66	5,28	11,34	10,38	3,61	7,65	2,16	0,86	3,22
João Pessoa	57,37	16,02	3,66	3,56	2,52	1,11	-	6,12	8,4	1,83	7,5	1,74	0,94	3,97
Curitiba	80,78	22,64	3,75	3,87	1,95	0,57	7,08	15,21	7,2	4,3	7,5	1,77	0,96	3,97
Porto Alegre	79,18	23,3	3,3	4,14	1,89	0,78	4,56	12,78	10,74	4,26	5,85	1,95	0,94	4,69
Rio de Janeiro	76,5	19,98	4,05	4,5	1,92	0,66	4,62	12,06	11,58	3,99	6,9	1,8	0,82	3,62
Salvador	66,3	17,06	3,36	4,27	2,77	1,11	-	11,28	8,4	1,9	9,82	1,32	0,86	4,13
São Paulo	83,43	21,84	3,9	4,72	1,77	0,76	6,24	15,03	9,72	4,49	7,88	1,98	0,89	4,18
Brasília	75,29	21	3,82	4,68	1,8	0,8	6,3	10,71	9,84	3,74	6,45	2,22	0,78	3,14
Goiânia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fortaleza	55,25	16,2	3,6	4	2,48	1,29	-	5,28	9,06	2,08	5,18	1,53	0,94	3,6
Recife	60,63	16,42	3,24	3,87	2,59	1,41	-	9,12	8,82	1,76	6,82	1,68	0,94	3,94
Belém	70,84	15,08	3,84	4,86	2,7	1,59	-	12,24	10,8	2,17	10,65	2,67	1,02	3,22
Vitória	74,89	21,96	3,68	4,82	2,13	0,64	4,68	13,05	9,6	3,4	4,72	1,68	0,87	3,64
Natal	58,55	17,06	3,54	3,69	3,02	1,02	-	5,64	7,8	1,89	7,65	1,89	1,01	4,34
Aracaju	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/1995

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	81,05	29,63	4,42	4,72	2,16	1,04	2,4	6,03	12	3,77	5,85	1,8	1,13	6,07
Belo Horizonte	74,74	23,34	4,88	4,59	1,74	0,86	3,48	5,22	12,9	3,37	7,8	1,8	0,88	3,88
João Pessoa	65,44	19,84	4,14	3,42	2,81	1,44	-	6,6	10,2	1,98	7,27	1,92	1,04	4,76
Curitiba	83,71	26	4,8	3,96	1,86	0,82	3,84	6,21	13,2	4,58	10,5	1,68	1,07	5,18
Porto Alegre	78,89	27,65	4,12	4,18	1,5	0,94	3,12	7,2	11,16	3,43	8,32	1,8	0,97	4,46
Rio de Janeiro	75,7	21,72	4,88	4,32	1,86	0,99	2,34	5,49	15	3,34	9,15	1,65	0,84	4,12
Salvador	69,85	18,32	4,26	3,28	3,02	1,65	-	8,16	11,88	1,97	9,82	1,62	0,98	4,87
São Paulo	85,26	25,32	4,72	4,36	1,86	1,04	4,62	8,19	12,36	3,91	10,8	1,77	0,93	5,36
Brasília	76,25	23,94	4,8	5,04	1,8	0,92	3,36	5,49	11,64	3,55	8,18	1,98	0,86	4,69
Goiânia	65,02	20,82	4,35	3,06	2,13	0,88	2,58	3,6	10,14	3,6	6,82	1,26	0,87	4,89
Fortaleza	61,84	18,63	4,2	3,92	2,56	1,35	-	3,96	13,32	1,83	4,42	1,65	1	4,99
Recife	69,55	19,17	3,96	3,74	2,7	1,68	-	8,04	12	2,05	8,02	2,04	1,08	5,06
Belém	79,36	16,29	4,5	4,77	2,41	2,82	-	9,72	16,26	2,03	14,02	2,13	1,1	3,3
Vitória	72,9	23,28	4,58	4,77	2,34	1	2,34	3,24	15,6	3,43	5,7	1,59	0,89	4,12
Natal	73,94	20,2	4,2	3,69	2,99	1,38	-	6,12	11,4	2,09	12,45	2,58	1,25	5,58
Aracaju	66,37	18,22	3,6	3,06	2,84	1,68	-	6,36	10,62	1,61	11,32	1,65	1,02	4,36

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/1996

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	88,26	28,64	4,88	4,95	2,25	1,4	3,6	8,46	15,24	3,66	5,48	2,04	1,1	6,56
Belo Horizonte	85,91	23,4	5,62	6,3	1,86	1,06	4,32	6,84	15,9	3,4	8,92	2,04	0,85	5,37
João Pessoa	71,55	18,81	4,68	4,9	2,52	2,34	-	9,12	11,4	1,91	7,5	2,01	0,99	5,35
Curitiba	93,27	26,53	5,25	3,96	2,07	1,05	5,94	10,17	13,2	4,48	11,92	1,62	0,96	6,11
Porto Alegre	88,26	27,19	4,58	3,92	1,74	1,08	4,32	10,17	15,66	3,89	8,25	1,74	0,96	4,76
Rio de Janeiro	84,21	21,96	5,55	4,1	2,07	1,2	3,96	9,45	16,98	2,86	8,85	1,59	0,85	4,78
Salvador	73,68	18,27	4,56	4,54	2,84	2,28	-	8,76	12,72	2,1	9,68	1,77	1,02	5,13
São Paulo	96,94	25,26	5,25	6,52	1,98	1,34	4,98	10,89	15,84	3,41	12	1,74	0,88	6,84
Brasília	83,61	23,76	5,48	5	2,07	1,24	4,2	6,48	13,92	3,44	9,9	2,1	0,83	5,18
Goiânia	75,1	21,24	4,88	4,36	2,19	1,22	3,72	5,85	13,5	3,38	6,45	1,23	0,84	6,23
Fortaleza	66,73	18,54	4,8	5,13	2,77	1,74	-	6,84	13,5	1,73	4,27	1,71	0,96	4,72
Recife	75,78	18,27	4,44	5,08	3,06	2,31	-	9,36	12,48	2,11	10,8	1,59	0,98	5,29
Belém	81,1	15,26	5,52	5,22	2,81	3,18	-	13,56	15,72	1,95	11,4	2,19	1,14	3,15
Vitória	79,9	22,8	5,02	4,72	2,4	1,24	3,84	5,94	16,8	2,92	6,98	1,71	0,85	4,65
Natal	84,92	19,58	4,74	5,18	3,17	2,37	-	14,52	12	1,72	13,28	2,19	1,11	5,05
Aracaju	79,75	17,55	4,26	5	3,38	2,19	-	12,24	11,46	1,78	14,02	1,71	1,06	5,08

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/1997

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	84,89	30,29	4,8	6,52	2,49	1,06	3,12	6,48	14,04	4,05	4,72	1,68	1,15	4,46
Belo Horizonte	84,5	24,66	6	3,74	2,01	0,99	4,38	6,21	15,66	3,71	9,22	1,86	0,93	5,12
João Pessoa	67,61	18,45	4,68	3,96	3,13	2,31	-	8,16	10,8	1,91	6,45	2,01	1,04	4,71
Curitiba	92,42	28,97	5,78	5,04	2,22	0,74	5,16	7,38	13,2	4,88	11,18	1,53	1,09	5,25
Porto Alegre	89,46	29,3	4,65	5,4	2,04	0,72	4,68	7,65	15,6	4,28	8,02	1,71	1,09	4,31
Rio de Janeiro	86,16	22,5	5,7	5,44	2,31	1,04	4,02	8,82	16,5	3,76	9,08	1,53	0,94	4,51
Salvador	67,38	18,36	4,5	3,2	2,95	2,22	-	7,2	11,64	2,09	7,65	1,41	0,95	5,2
São Paulo	91,14	25,92	6	4,9	2,22	1,12	4,92	9	14,34	4,36	9,15	1,62	0,98	6,59
Brasília	83,14	24,6	5,25	5,85	2,13	1,17	4,44	6,21	12,12	3,88	10,28	1,83	0,92	4,46
Goiânia	73,49	22,68	4,58	3,28	2,55	1,18	4,44	5,31	12,66	3,77	5,62	1,29	0,94	5,16
Fortaleza	65,05	17,78	4,8	4,32	2,88	1,74	-	6	13,56	1,94	5,02	1,56	1,09	4,35
Recife	72,89	18,14	4,74	4,14	2,99	2,43	-	9,12	12,48	1,97	9,45	1,59	1	4,84
Belém	74,68	14,62	5,22	4,5	2,74	2,25	-	10,32	14,7	1,93	12,6	1,83	1,06	2,9
Vitória	74,89	23,64	4,8	5,72	2,61	1,1	2,58	4,95	15,6	3,62	3,9	1,62	0,92	3,82
Natal	70,13	19,53	4,8	4,86	3,2	2,49	-	6	10,8	2	8,25	1,77	1,1	5,32
Aracaju	72,45	17,5	4,14	3,64	3,53	2,13	-	7,8	11,52	1,85	11,62	1,62	1,08	5,98

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/1998

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	92,04	30,76	4,72	8,91	3,57	0,98	4,62	7,65	14,04	3,68	4,72	1,83	1,48	5,06
Belo Horizonte	90,59	26,22	5,78	7,88	2,82	0,87	5,16	6,75	14,46	3,25	9,3	1,89	1,13	5,08
João Pessoa	82,52	19,89	5,16	8,06	4,28	3,87	-	8,64	10,8	1,96	11,7	2,01	1,35	4,78
Curitiba	92,81	30,1	5,32	8,59	3,27	0,8	5,58	7,02	12	4,43	7,12	1,44	1,3	5,81
Porto Alegre	100,01	31,94	5,32	7,88	2,76	0,93	6,54	8,55	15,72	3,4	8,92	1,74	1,3	4,99
Rio de Janeiro	92,38	25,08	6,08	7,56	3,33	0,99	5,4	8,55	16,5	3,17	8,1	1,62	1,08	4,92
Salvador	77,81	17,96	4,44	7,2	4,07	2,22	-	8,64	12,36	2,25	9,68	1,68	1,13	6,18
São Paulo	100,53	27,84	6	9,18	3,03	1,06	6,12	9,36	14,58	3,64	9,68	1,68	1,16	7,18
Brasília	92,46	27,06	5,1	9,86	3,03	0,94	4,8	6,93	12,84	3,8	9,82	1,95	1,14	5,17
Goiânia	81,69	24,72	4,35	7,74	3,24	0,99	4,8	5,85	11,64	4,09	6,08	1,23	1,12	5,84
Fortaleza	79,76	18,72	4,8	9,72	4,1	2,28	-	9,12	13,38	1,77	6,75	1,8	1,43	5,89
Recife	81,49	19,17	5,04	8,19	4,07	2,97	-	8,52	12,6	2,04	9,98	1,89	1,21	5,81
Belém	78,62	15,57	4,5	7,52	3,82	2,61	-	10,44	14,52	1,84	11,4	1,86	1,37	3,16
Vitória	81,32	25,02	4,88	8,24	3,12	1	2,7	4,14	15,6	3,16	5,62	1,77	1,1	4,95
Natal	81,51	20,29	4,74	7,65	4,25	2,91	-	9,6	10,86	1,87	10,35	1,98	1,85	5,15
Aracaju	83,42	20,29	4,62	9,09	4,39	2,49	-	10,08	11,58	2,01	9,98	1,74	1,45	5,68

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/1999

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	94,6	33,2	5,25	5,44	2,85	1,4	3,9	10,62	14,76	3,67	4,95	1,74	1,6	5,21
Belo Horizonte	97,07	29,52	6,22	7,06	2,25	1,29	3,84	8,28	17,64	3,51	9,75	1,65	1,11	4,93
João Pessoa	84,59	24,84	5,7	6,08	3,78	3,06	-	9,36	11,4	1,83	9,68	1,98	1,37	5,51
Curitiba	99,25	34,78	5,4	5,26	2,82	1,04	4,68	11,43	13,38	4,01	8,18	1,56	1,58	5,12
Porto Alegre	102,36	34,98	5,4	4,77	2,37	1,41	5,04	15,12	15,06	3,76	6,15	1,65	1,4	5,25
Rio de Janeiro	97,05	28,74	6,52	5,04	2,49	1,34	4,02	9,45	18,72	3,75	8,85	1,59	1,17	5,35
Salvador	82,06	19,8	4,5	6,12	3,67	2,43	-	12,24	12,6	2	9,52	1,5	1,16	6,51
São Paulo	108,17	32,16	6	7,42	2,46	1,46	5,52	13,05	15,42	4,13	9,98	1,59	1,18	7,78
Brasília	95,21	28,32	5,85	6,3	2,49	1,18	4,56	8,73	14,16	4	11,02	1,71	1,15	5,72
Goiânia	83,11	24,84	5,1	6,34	2,4	1,26	3,84	7,83	12,48	3,79	6,45	1,23	1,11	6,43
Fortaleza	80,87	21,2	5,16	5,76	3,6	2,22	-	11,52	15,12	1,88	6,22	1,5	1,32	5,36
Recife	85,3	20,88	5,22	7,02	3,85	3,06	-	10,08	14,1	2,2	9,82	1,41	1,24	6,41
Belém	89,79	18,36	4,56	6,52	3,24	2,73	-	18,24	15,84	2	11,32	1,98	1,39	3,58
Vitória	85,83	27,72	5,18	5,22	2,79	1,44	2,52	6,75	18	3,19	5,55	1,68	1,18	4,61
Natal	83,14	22,86	5,28	5,44	3,74	3,24	-	12,48	11,82	1,74	8,4	1,47	1,2	5,46
Aracaju	85,21	21,69	4,8	5,18	3,49	2,85	-	13,08	12,66	1,68	10,8	2,1	1,36	5,52

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/2000

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	106,48	37,82	6,15	5	2,7	1,38	5,94	9,99	17,28	3,95	5,18	2,94	1,4	6,75
Belo Horizonte	110,04	32,94	8,48	6,03	2,34	1,24	6,06	8,19	19,98	4,07	10,35	2,7	1,03	6,62
João Pessoa	90,57	27,22	6,06	5,98	3,49	2,88	-	10,56	13,8	1,99	8,7	2,73	1,2	5,94
Curitiba	113,32	40,19	7,12	5,54	2,61	1,04	6,66	11,88	13,14	3,92	10,58	2,85	1,18	6,6
Porto Alegre	110,17	40,72	6,82	4,32	2,13	1,3	8,04	11,52	15	4,22	6,68	2,82	1,25	5,32
Rio de Janeiro	108,74	32,4	7,72	5,26	3,15	1,35	6,6	8,73	18,54	4,23	10,5	2,64	1,04	6,56
Salvador	85,48	22,86	5,16	5,67	3,46	2,7	-	10,92	12,9	2,62	8,32	2,55	1,06	7,24
São Paulo	119,47	36,9	7,95	8,01	2,34	1,48	7,26	10,71	17,28	4,76	10,12	2,76	1,03	8,85
Brasília	109,55	33,12	8,1	5,98	2,49	1,35	5,34	9,18	15,9	4,56	13,12	2,82	1,07	6,5
Goiânia	91,9	29,52	6,68	6,57	2,37	1,29	5,4	6,39	13,08	4,14	6,6	2,22	0,96	6,68
Fortaleza	92,94	24,7	6	6,34	3,2	3,12	-	14,64	16,14	2,2	6,15	2,7	1,24	6,49
Recife	97,07	23,85	5,82	6,75	4	3,18	-	14,16	14,88	2,18	10,2	2,55	1,21	8,29
Belém	99,17	21,15	5,82	6,44	3,13	2,85	-	19,2	15,84	2,1	14,1	3,03	1,19	4,32
Vitória	96,21	31,62	6,6	4,41	2,46	1,35	4,44	7,83	20,4	2,95	5,25	2,82	1,02	5,06
Natal	88,1	27,54	5,34	5,67	3,42	3	-	12,36	14,16	1,91	4,8	2,52	1,13	6,25
Aracaju	95,19	26,14	5,16	5,8	3,85	2,52	-	12,96	11,52	1,94	14,17	2,73	1,34	7,03

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/2001

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	118,96	40,39	6	12,78	3,24	1,9	6,42	8,91	19,92	3,01	5,55	2,64	1,81	6,38
Belo Horizonte	115,06	35,28	7,95	8,19	2,55	1,56	5,88	6,3	24,42	3,62	8,77	2,49	1,6	6,44
João Pessoa	94,75	27,94	5,76	7,83	4,36	2,73	-	10,32	14,04	1,54	8,62	3,39	1,72	6,48
Curitiba	120,33	42,97	6,82	12,87	3,03	1,53	6,3	7,56	16,56	2,96	9,15	2,58	1,8	6,19
Porto Alegre	128,18	43,43	6,15	10,89	2,61	1,41	9,24	12,33	19,98	2,79	9,9	2,49	1,87	5,08
Rio de Janeiro	119,64	34,8	8,02	12,28	3,87	1,6	5,34	6,93	24	3,65	8,77	2,22	1,61	6,51
Salvador	90,89	23,94	4,56	7,52	4,39	2,25	-	10,32	16,38	2,52	8,7	2,85	1,57	5,89
São Paulo	125,01	37,92	7,95	9,76	2,94	1,89	7,68	10,35	20,34	4,01	10,05	2,37	1,53	8,21
Brasília	116,54	34,26	7,65	12,06	3,15	1,78	5,22	6,48	20,34	3,53	11,55	2,79	1,43	6,29
Goiânia	98,44	31,5	6,45	7,6	3,15	1,62	6	5,76	16,5	3,42	6,15	2,1	1,44	6,74
Fortaleza	94,57	26,19	5,88	8,73	3,92	2,37	-	8,76	18,78	1,74	6,68	2,7	1,61	7,21
Recife	91,12	23,26	6,18	7,52	4,14	2,85	-	8,88	16,44	1,65	9,82	2,55	1,7	6,1
Belém	107,97	22,72	6,9	9	3,53	2,76	-	21,36	17,22	1,72	13,95	3,03	1,69	4,08
Vitória	107,04	34,14	6,22	10,94	2,94	1,62	5,88	5,85	22,92	2,21	6,45	2,49	1,57	3,8
Natal	94,48	27,94	5,22	7,29	4,14	2,73	-	13,32	15,6	1,36	6,38	2,67	1,55	6,26
Aracaju	100,79	28,35	5,34	6,84	4,54	2,31	-	12,24	14,82	1,54	13,5	3	1,57	6,74

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/2002

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	131,65	45,01	6,6	10,8	3,96	2,18	5,64	15,21	21,18	2,86	6,08	2,49	2,69	6,94
Belo Horizonte	134,09	39,36	8,1	9,72	3,36	2,08	5,34	10,98	31,44	3,35	8,48	2,61	1,99	7,27
João Pessoa	107,27	27,4	6,6	9,14	4,79	2,88	-	14,4	20,28	1,33	8,02	3,27	2,3	6,84
Curitiba	135,43	48,25	7,12	11,52	3,42	1,89	5,7	15,57	19,86	3,05	7,8	2,46	2,33	6,45
Porto Alegre	148,55	51,15	6,52	9,36	3,15	1,83	6,42	22,86	24	2,86	9,6	2,34	2,62	5,83
Rio de Janeiro	133,77	35,64	7,8	10,84	4,53	2,08	5,46	15,03	27,18	3,69	10,05	2,16	2,13	7,16
Salvador	109,98	28,04	5,76	9,45	5,47	3,03	-	15,24	19,74	1,57	9,68	2,88	2,35	6,76
São Paulo	140,45	41,1	8,77	11,66	3,45	2,3	6,78	14,85	25,08	3,69	9,75	2,37	2,04	8,6
Brasília	131,02	41,46	7,58	9,99	3,75	2,07	4,98	11,61	22,92	3,41	11,85	3,09	1,93	6,38
Goiânia	116,98	36,9	6,75	9,32	3,63	2,01	6,06	9,9	22,74	3,25	6,3	1,77	1,94	6,4
Fortaleza	113,28	29,25	6,54	10,8	4,54	2,79	-	16,68	21,3	1,44	7,65	2,64	2,16	7,49
Recife	109,38	25,88	6,24	9,67	5,98	3,09	-	13,8	20,28	1,6	9,45	2,52	2,36	8,5
Belém	122,05	23,8	8,16	10,94	4,18	3,48	-	21,72	21,78	1,81	15,9	3,09	2,28	4,9
Vitória	123,34	38,58	7,05	9,99	3,09	2,16	5,4	11,79	27,42	2,03	6,15	2,58	1,99	5,11
Natal	111,91	32,8	6,18	8,78	5	3,03	-	15,6	20,1	1,29	6,82	2,7	2,19	7,4
Aracaju	121,34	28,66	6	9,54	6,52	2,64	-	16,2	22,02	1,41	13,35	3,84	2,4	8,74

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

Cesta Básica Nacional – Gasto mensal - 09/2003

Capital	Total da Cesta	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga
Florianópolis	145,44	50,29	8,25	10,35	6,3	2,42	4,26	9	25,26	4,1	7,88	4,05	2,44	10,84
Belo Horizonte	146,87	47,64	9,38	9,5	5,52	2,38	4,56	8,37	27,72	4,72	10,8	4,14	2,28	9,85
João Pessoa	129,03	33,25	7,74	9,54	8,14	6,45	-	10,8	24,36	1,84	9,75	4,56	2,49	10,1
Curitiba	151,1	53,06	8,77	11,66	6,06	2,07	4,44	7,92	24	4,51	12,3	3,66	2,57	10,07
Porto Alegre	162,69	55,18	8,02	8,82	5,52	2,22	5,94	14,85	28,14	4	14,02	3,9	2,75	9,31
Rio de Janeiro	149,52	44,52	9,3	11,12	7,2	2,34	4,92	7,74	28,92	4,57	12,75	3,93	2,46	9,75
Salvador	133,7	32,54	6,66	9	8,24	6,72	-	11,76	23,46	2,08	15	3,96	2,34	11,92
São Paulo	161,45	48,3	9,45	11,66	5,46	2,55	6,18	12,51	28,74	5,17	13,2	3,84	2,19	12,2
Brasília	153,35	48,24	8,85	11,48	6,45	2,34	5,16	8,37	27,54	4,3	14,1	4,56	2,1	9,86
Goiânia	134,8	41,94	8,48	9,27	5,76	2,43	5,28	7,2	28,08	4,34	7,35	2,43	2,14	10,1
Fortaleza	126,97	33,25	7,68	10,89	7,34	6,3	-	12,36	23,82	2,05	7,27	2,94	2,39	10,66
Recife	125,64	30,82	7,14	9,72	9,11	6,57	-	9,84	21,42	2	11,92	3,45	2,69	10,94
Belém	134,5	28,98	8,04	11,34	6,41	3,9	-	18,36	25,62	2,37	14,85	4,92	2,49	7,22
Vitória	138,67	44,88	7,8	9,9	5,25	2,2	4,8	7,2	29,4	3,86	8,25	4,11	2,17	8,83
Natal	131,43	38,74	8,1	9,5	7,92	6,48	-	13,08	21,48	1,84	7,35	4,02	2,35	10,56
Aracaju	135,89	33,7	7,14	9,72	8,89	5,67	-	12,24	22,5	1,69	15,67	4,92	2,35	11,38

Fonte: DIEESE

Notas: Farinha de mandioca no norte/nordeste e de trigo nas demais regiões

ANEXO C: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Rio Grande do Sul, 2003

6 - Famílias

Tabela 6.1 - Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo as classes de rendimento mensal familiar

Classes de rendimento mensal familiar (1)	Famílias residentes em domicílios particulares			Valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares (R\$) (1) (3)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Total.....	3 508 985	2 855 535	653 450	1 360	1 478	840
Até 1 salário mínimo.....	306 191	221 060	85 131	189	192	182
Mais de 1 a 2 salários mínimos.....	611 387	461 308	150 079	381	382	377
Mais de 2 a 3 salários mínimos.....	585 669	454 268	131 401	600	601	598
Mais de 3 a 5 salários mínimos.....	778 195	634 311	143 884	953	955	942
Mais de 5 a 10 salários mínimos.....	681 382	583 831	97 551	1 683	1 692	1 631
Mais de 10 a 20 salários mínimos.....	297 210	277 588	19 622	3 306	3 299	3 400
Mais de 20 salários mínimos.....	145 769	140 933	4 836	8 290	8 364	6 132
Sem rendimento (2).....	66 417	54 395	12 022	-	-	-
Sem declaração.....	36 765	27 841	8 924	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.
 (1) Exclusive os rendimentos das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. (2) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios. (3) Exclusive as famílias sem declaração do valor do rendimento.

**ANEXO D: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- Região Metropolitana de Porto Alegre – 1992-2003**

Região Metropolitana de Porto Alegre – 1992

7 – FAMÍLIAS

7.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS
RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMÍLIAR

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMÍLIAR (1)	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES	VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (CR\$) (1)
TOTAL.....	950 830	3 138 724
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO.....	73 030	430 258
MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	146 902	824 152
MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	140 988	1 316 184
MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	201 776	2 062 602
MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	205 564	3 644 796
MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	95 822	7 262 626
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	43 267	18 143 002
SEM RENDIMENTO (2).....	17 310	-
SEM DECLARAÇÃO.....	26 171	-

(1) EXCLUSIVE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS CUJA CONDIÇÃO NA FAMÍLIA ERA PENSIONISTA, EMPREGADO DOMÉSTICO, OU PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO. (2) INCLUSIVE AS FAMÍLIAS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 1993

7 - FAMÍLIAS

7.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMÍLIAR

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMÍLIAR (1)	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES	VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (CR\$) (1)
TOTAL.....	975 883	66 272
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO.....	67 704	8 026
MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	136 039	15 213
MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	136 670	23 792
MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	214 260	37 432
MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	202 511	67 432
MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	104 296	132 056
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	56 569	412 953
SEM RENDIMENTO (2).....	18 928	-
SEM DECLARAÇÃO.....	38 906	-

(1) EXCLUSIVE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS CUJA CONDIÇÃO NA FAMÍLIA ERA PENSIONISTA, EMPREGADO DOMÉSTICO, OU PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO.(2)INCLUSIVE AS FAMÍLIAS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 1995

7 - FAMÍLIAS

7.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMÍLIAR

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMÍLIAR (1)	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES	VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (R\$) (1) (3)
TOTAL.....	1 031 020	1 001
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO.....	44 820	91
MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	102 575	174
MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	104 254	266
MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	192 846	411
MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	268 149	724
MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	155 118	1 428
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	115 636	4 217
SEM RENDIMENTO (2).....	21 027	-
SEM DECLARAÇÃO.....	26 595	-

(1) EXCLUSIVE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS CUJA CONDIÇÃO NA FAMÍLIA ERA PENSIONISTA, EMPREGADO DOMÉSTICO, OU PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO. (2) INCLUSIVE AS FAMÍLIAS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.

(3) EXCLUSIVE AS PESSOAS SEM DECLARAÇÃO DO VALOR DO RENDIMENTO.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 1996

6 - FAMÍLIAS

6.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMÍLIAR

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMÍLIAR (1)	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES	VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (R\$) (1) (3)
TOTAL.....	1 048 941	1 255
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO.....	38 797	103
MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	77 815	179
MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	94 141	285
MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	170 689	447
MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	279 258	795
MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	183 411	1 574
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	136 766	4 684
SEM RENDIMENTO (2).....	33 289	-
SEM DECLARAÇÃO.....	34 775	-

(1) EXCLUSIVE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS CUJA CONDIÇÃO NA FAMÍLIA ERA PENSIONISTA, EMPREGADO DOMÉSTICO, OU PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO. (2) INCLUSIVE AS FAMÍLIAS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.

(3) EXCLUSIVE AS PESSOAS SEM DECLARAÇÃO DO VALOR DO RENDIMENTO.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 1997

6 - FAMÍLIAS

6.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (1)	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES	VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (R\$) (1) (3)
TOTAL.....	1 050 961	1 142
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO.....	44 540	106
MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	91 469	201
MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	109 934	305
MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	206 445	484
MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	251 740	870
MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	161 500	1 678
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	107 513	4 621
SEM RENDIMENTO (2).....	27 879	-
SEM DECLARAÇÃO.....	49 941	-

(1) EXCLUSIVE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS CUJA CONDIÇÃO NA FAMÍLIA ERA PENSIONISTA, EMPREGADO DOMÉSTICO, OU PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO.(2)INCLUSIVE AS FAMÍLIAS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.
(3) EXCLUSIVE AS PESSOAS SEM DECLARAÇÃO DO VALOR DO RENDIMENTO.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998

6 - FAMÍLIAS

6.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (1)	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES	VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (R\$) (1) (3)
TOTAL.....	1 065 013	1 234
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO.....	48 845	113
MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	104 879	221
MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	103 467	330
MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	215 707	514
MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	274 118	929
MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	162 100	1 843
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	105 054	5 259
SEM RENDIMENTO (2).....	22 921	-
SEM DECLARAÇÃO.....	27 922	-

(1) EXCLUSIVE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS CUJA CONDIÇÃO NA FAMÍLIA ERA PENSIONISTA, EMPREGADO DOMÉSTICO, OU PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO.(2)INCLUSIVE AS FAMÍLIAS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.
(3) EXCLUSIVE AS PESSOAS SEM DECLARAÇÃO DO VALOR DO RENDIMENTO.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998

6 - FAMÍLIAS

6.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (1)	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES	VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES (R\$) (1) (3)
TOTAL.....	1 106 093	1 198
ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO.....	57 224	116
MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	127 189	219
MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	134 616	347
MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	212 387	538
MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	266 139	955
MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	157 452	1 902
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	106 215	5 211
SEM RENDIMENTO (2).....	26 349	-
SEM DECLARAÇÃO.....	18 522	-

(1) EXCLUSIVE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS CUJA CONDIÇÃO NA FAMÍLIA ERA PENSIONISTA, EMPREGADO DOMÉSTICO, OU PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO.(2)INCLUSIVE AS FAMÍLIAS CUJOS COMPONENTES RECEBERAM SOMENTE EM BENEFÍCIOS.
(3) EXCLUSIVE AS PESSOAS SEM DECLARAÇÃO DO VALOR DO RENDIMENTO.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 2001

6 - FAMÍLIAS

Tabela 6.1 - Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, segundo as classes de rendimento mensal familiar

Classes de rendimento mensal familiar (1)	Famílias residentes em domicílios particulares	Valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares (R\$) (1) (3)
Total.....	1 260 060	1 381
Até 1 salário mínimo.....	61 404	144
Mais de 1 a 2 salários mínimos.....	161 657	291
Mais de 2 a 3 salários mínimos.....	173 469	456
Mais de 3 a 5 salários mínimos.....	281 791	718
Mais de 5 a 10 salários mínimos.....	289 430	1 262
Mais de 10 a 20 salários mínimos.....	154 846	2 493
Mais de 20 salários mínimos.....	93 217	6 764
Sem rendimento (2).....	28 738	-
Sem declaração.....	15 508	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

(1) Exclui os rendimentos das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. (2) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios. (3) Exclui as famílias sem declaração do valor do rendimento.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002

6 - FAMÍLIAS

Tabela 6.1 - Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, segundo as classes de rendimento mensal familiar

Classes de rendimento mensal familiar (1)	Famílias residentes em domicílios particulares	Valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares (R\$) (1) (2)
Total.....	1 273 103	1 456
Até 1 salário mínimo.....	82 353	164
Mais de 1 a 2 salários mínimos.....	185 389	329
Mais de 2 a 3 salários mínimos.....	178 613	522
Mais de 3 a 5 salários mínimos.....	269 173	810
Mais de 5 a 10 salários mínimos.....	279 824	1 431
Mais de 10 a 20 salários mínimos.....	139 196	2 804
Mais de 20 salários mínimos.....	82 555	7 709
Sem rendimento (3).....	27 793	-
Sem declaração.....	28 207	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002.
 (1) Exclui os rendimentos das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. (2) Exclui as famílias sem declaração do valor do rendimento. (3) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 2003

6 - FAMÍLIAS

Tabela 6.1 - Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, segundo as classes de rendimento mensal familiar

Classes de rendimento mensal familiar (1)	Famílias residentes em domicílios particulares	Valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares (R\$) (1) (2)
Total.....	1 305 193	1 610
Até 1 salário mínimo.....	85 057	194
Mais de 1 a 2 salários mínimos.....	189 384	379
Mais de 2 a 3 salários mínimos.....	194 922	602
Mais de 3 a 5 salários mínimos.....	293 091	960
Mais de 5 a 10 salários mínimos.....	280 797	1 694
Mais de 10 a 20 salários mínimos.....	142 652	3 286
Mais de 20 salários mínimos.....	73 991	8 659
Sem rendimento (3).....	27 057	-
Sem declaração.....	18 242	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.
 (1) Excluído os rendimentos das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. (2) Excluído as famílias sem declaração do valor do rendimento. (3) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.

ANEXO E: Famílias residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita, segundo as Mesorregiões, as Microrregiões e os Municípios - Rio Grande do Sul

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Famílias residentes em domicílios particulares														Código da Unidade Geográfica
	Total	Classes de rendimento nominal mensal familiar per capita (salário mínimo) (1)													
		Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	
Total.....	3 226 908	27 103	95 925	320 641	288 313	428 325	224 859	244 127	375 588	380 310	339 202	250 014	144 073	108 427	43
	Mesorregiões														
Centro Ocidental Rio-Grandense.....	165 826	1 856	6 319	21 087	16 240	23 187	10 445	11 752	16 887	16 777	17 202	12 467	6 283	5 325	4303
Centro Oriental Rio-Grandense.....	234 246	1 619	7 532	23 383	22 152	35 835	18 757	20 220	30 346	28 859	21 575	13 009	5 302	5 657	4304
Metropolitana de Porto Alegre.....	1 410 405	5 472	24 699	105 112	107 912	166 384	96 303	108 185	172 976	180 643	168 014	136 858	90 817	47 029	4305
Nordeste Rio-Grandense.....	288 458	707	3 970	16 808	17 970	30 851	19 312	22 662	38 731	46 863	44 111	28 299	12 187	5 987	4302
Noroeste Rio-Grandense.....	604 678	12 204	30 439	79 726	65 529	92 782	44 520	43 606	64 954	59 688	47 639	30 542	13 772	19 277	4301
Sudeste Rio-Grandense.....	291 000	3 074	12 195	37 915	31 243	44 419	19 946	21 487	30 503	28 575	23 542	16 218	8 904	12 979	4307
Sudoeste Rio-Grandense.....	232 295	2 171	10 772	36 612	27 266	34 866	15 577	16 215	21 191	18 904	17 119	12 619	6 809	12 173	4306
	Microrregiões														
Cachoeira do Sul.....	51 054	536	2 137	6 932	5 851	8 635	3 721	3 743	5 355	4 872	3 843	2 423	1 108	1 896	43022
Camaquã.....	38 789	417	1 730	5 350	4 299	6 874	2 723	3 211	4 308	3 439	2 671	1 466	917	1 385	43028
Campanha Central.....	61 913	576	3 120	9 712	7 081	9 588	4 105	4 250	6 015	4 914	4 653	3 255	1 856	2 789	43030
Campanha Meridional.....	55 090	451	2 228	7 754	6 516	8 242	3 589	3 885	5 508	4 976	4 093	3 236	1 954	2 658	43031
Campanha Ocidental.....	115 292	1 144	5 424	19 146	13 670	17 036	7 883	8 080	9 668	9 014	8 374	6 128	2 999	6 726	43029
Carazinho.....	49 180	912	2 597	7 157	5 712	7 395	3 614	3 491	5 093	4 526	3 721	2 498	1 010	1 456	43009
Caxias do Sul.....	205 090	291	1 738	7 822	9 717	17 898	12 846	15 656	28 315	36 742	36 356	23 786	10 300	3 622	43016
Cerro Largo.....	21 672	847	1 484	3 443	2 787	3 892	1 570	1 472	2 126	1 530	1 204	529	200	588	43006
Cruz Alta.....	48 567	467	2 077	6 300	5 081	7 077	3 564	3 686	5 042	4 991	4 366	2 792	1 445	1 678	43011
Erechim.....	65 436	935	2 578	7 100	6 649	10 194	4 965	5 076	7 995	7 655	5 397	3 428	1 630	1 834	43004
Frederico Westphalen.....	54 525	2 255	4 457	8 840	6 421	9 011	3 602	3 508	5 007	3 986	3 042	1 823	809	1 764	43003
Gramado-Canela.....	81 608	232	931	4 782	5 778	10 992	8 020	8 378	12 717	12 290	8 857	5 170	2 178	1 281	43024

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Guaporé.....	35 160	116	494	2 119	2 762	5 051	2 805	3 136	5 151	5 474	4 066	2 373	973	639	43014
Ijuí.....	56 501	1 019	2 418	6 747	5 989	8 064	4 228	3 980	6 340	5 901	5 234	3 152	1 337	2 093	43008
Jaguarão.....	19 752	271	860	3 208	2 008	3 716	1 275	1 223	2 115	1 539	1 121	796	436	1 184	43034
Lajeado-Estrela.....	88 582	251	1 452	6 148	7 099	12 778	7 684	8 621	13 200	13 424	9 333	5 253	1 964	1 376	43021
Litoral Lagunar.....	80 772	824	3 055	9 698	8 319	11 082	5 232	6 272	8 816	8 801	7 626	4 969	2 655	3 423	43035
Montenegro.....	55 582	120	783	4 074	4 474	8 281	4 776	5 698	8 610	8 021	5 269	2 987	1 290	1 198	43023
Não-Me-Toque.....	12 483	62	304	1 226	1 330	1 953	1 113	935	1 454	1 460	1 276	771	376	222	43012
Osório.....	90 346	660	2 812	10 670	9 752	14 254	6 513	7 569	10 426	9 059	7 990	4 765	2 112	3 763	43027
Passo Fundo.....	92 179	593	2 276	8 591	8 144	12 568	7 148	7 222	11 246	11 417	9 387	7 184	3 487	2 915	43010
Pelotas.....	152 940	1 437	6 114	18 498	16 493	22 914	11 007	11 487	15 887	15 588	12 808	9 143	5 155	6 408	43033
Porto Alegre.....	1 103 460	3 737	17 037	75 120	79 406	119 514	71 031	79 944	132 192	143 416	140 107	120 705	83 706	37 544	43026
Restinga Seca.....	20 013	239	907	2 821	2 203	3 596	1 597	1 597	2 045	1 812	1 525	784	382	504	43019
Sananduva.....	19 100	268	1 155	2 869	2 217	3 176	1 502	1 208	2 184	1 826	1 141	724	219	612	43005
Santa Cruz do Sul.....	94 611	833	3 942	10 303	9 202	14 422	7 351	7 856	11 791	10 563	8 399	5 333	2 230	2 385	43020
Santa Maria.....	110 838	930	3 450	12 758	9 771	14 318	6 544	7 803	11 626	12 033	13 065	10 019	5 003	3 518	43018
Santa Rosa.....	50 545	802	2 505	6 338	5 764	8 072	4 172	3 953	5 636	4 897	3 835	2 396	863	1 312	43001
Santiago.....	34 975	687	1 962	5 508	4 266	5 272	2 303	2 351	3 216	2 933	2 612	1 664	898	1 303	43017
Santo Ângelo.....	65 920	1 564	3 878	10 221	7 498	10 082	4 157	4 185	5 933	5 951	5 000	3 059	1 535	2 857	43007
São Jerônimo.....	40 620	306	1 405	5 115	4 203	6 468	3 238	3 384	4 723	4 418	3 120	1 767	615	1 858	43025
Serras de Sudeste.....	37 537	543	2 166	6 510	4 422	6 708	2 432	2 505	3 685	2 647	1 987	1 312	657	1 964	43032
Soledade.....	21 756	634	1 683	3 960	2 774	3 798	1 472	1 206	2 102	1 374	1 103	634	351	666	43013
Três Passos.....	46 814	1 847	3 027	6 934	5 163	7 500	3 412	3 684	4 795	4 173	2 934	1 553	510	1 282	43002
Vacaria.....	48 208	301	1 738	6 867	5 491	7 902	3 661	3 869	5 265	4 647	3 689	2 139	914	1 725	43015
Municípios															
Água Santa.....	1 183	4	38	203	118	189	126	128	111	105	87	23	30	21	4300059
Agudo.....	5 359	58	153	572	451	1 098	428	530	662	524	461	247	117	58	4300109
Ajuricaba.....	2 461	25	80	244	357	320	193	187	345	334	189	98	21	69	4300208
Alecrim.....	2 607	99	326	413	266	490	191	149	276	177	93	31	8	86	4300307
Alegrete.....	26 125	285	1 141	3 827	2 724	4 250	1 637	1 835	2 310	2 071	2 289	1 436	761	1 560	4300406
Alegria.....	1 616	157	159	298	239	243	65	98	105	106	71	28	10	36	4300455
Alpestre.....	2 941	242	394	570	350	525	179	117	157	134	110	36	24	102	4300505
Alto Alegre.....	657	25	14	80	83	118	56	47	78	102	15	35	-	5	4300554

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Amaral Ferrador.....	1 744	13	113	308	232	273	150	162	220	150	61	31	18	14	4300638
Ametista do Sul.....	2 135	78	123	468	288	358	132	143	204	107	85	73	40	36	4300646
André da Rocha.....	346	-	-	57	21	65	47	28	32	32	13	39	13	-	4300661
Anta Gorda.....	1 952	-	10	91	114	286	137	199	304	343	260	122	48	37	4300703
Antônio Prado.....	3 916	-	57	168	236	455	198	393	544	705	609	391	97	64	4300802
Arambaré.....	1 283	9	52	238	244	230	72	98	102	95	50	49	26	18	4300851
Araricá.....	1 259	8	21	124	113	221	117	139	168	174	58	38	9	70	4300877
Aratiba.....	2 127	38	102	293	248	446	190	190	168	178	121	38	37	79	4300901
Arroio do Meio.....	5 269	20	-	247	327	632	506	479	961	911	647	355	150	34	4301008
Arroio do Sal.....	1 710	-	22	158	172	217	135	147	244	258	156	120	43	37	4301057
Arroio do Tigre.....	3 456	78	159	502	492	557	289	303	373	287	221	93	38	66	4301206
Arroio dos Ratos.....	4 312	15	160	629	518	756	326	341	506	372	306	178	34	171	4301107
Arroio Grande.....	6 595	82	357	1 147	692	1 311	333	392	597	447	324	233	118	563	4301305
Arvorezinha.....	2 963	18	101	252	294	455	221	318	461	361	234	174	42	33	4301404
Augusto Pestana.....	2 657	32	89	315	339	535	218	176	337	213	213	108	23	58	4301503
Áurea.....	1 167	30	38	245	156	231	111	80	108	63	49	20	8	27	4301552
Bagé.....	37 692	265	1 448	4 846	4 242	5 370	2 372	2 747	4 000	3 686	2 993	2 577	1 334	1 811	4301602
Balneário Pinhal.....	2 412	16	69	275	324	240	165	193	244	320	217	170	64	116	4301636
Barão.....	1 580	-	22	110	136	249	196	171	244	235	114	55	34	13	4301651
Barão de Cotegipe.....	2 064	30	70	238	274	428	156	193	218	184	115	70	57	32	4301701
Barão do Triunfo.....	1 995	33	141	334	210	352	104	163	234	200	132	33	-	59	4301750
Barra do Guarita.....	864	38	65	230	111	193	59	43	24	42	28	16	6	11	4301859
Barra do Quaraí.....	1 099	6	20	199	197	116	108	109	87	75	69	24	33	55	4301875
Barra do Ribeiro.....	3 879	41	115	500	434	654	313	277	356	347	331	195	99	219	4301909
Barra do Rio Azul.....	677	32	14	92	110	115	50	54	74	29	19	36	10	44	4301925
Barra Funda.....	632	11	12	91	87	90	67	48	92	54	45	17	2	15	4301958
Barracão.....	1 664	33	158	363	202	279	104	89	119	82	85	28	22	101	4301800
Barros Cassal.....	3 247	102	283	723	410	604	205	166	326	170	127	54	20	57	4302006
Benjamin Constant do Sul.....	669	54	126	99	82	67	97	45	41	30	17	7	-	6	4302055
Bento Gonçalves.....	28 890	36	280	913	1 289	2 291	1 608	2 290	4 054	5 399	5 040	3 783	1 344	564	4302105
Boa Vista das Missões.....	655	17	32	80	113	123	38	50	61	49	31	14	22	23	4302154
Boa Vista do Buricá.....	1 973	35	68	199	212	363	164	163	266	268	104	65	31	35	4302204
Boa Vista do Sul.....	855	-	5	53	59	85	73	61	114	174	119	66	37	8	4302253
Bom Jesus.....	3 707	50	189	663	546	617	224	262	366	288	258	120	48	77	4302303

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Bom Retiro do Sul.....	3 468	-	37	206	293	666	369	433	467	468	313	122	62	29	4302402
Boqueirão do Leão.....	2 200	39	139	351	232	316	205	200	253	214	158	54	4	34	4302451
Bossoroca.....	2 395	61	251	582	309	355	84	148	141	120	89	55	25	175	4302501
Braga.....	1 310	79	177	289	148	273	56	58	64	76	41	16	-	33	4302600
Brochier.....	1 466	3	7	152	124	285	125	156	253	174	87	82	11	6	4302659
Butiá.....	6 400	50	236	869	625	1 100	569	616	710	653	506	183	77	205	4302709
Caçapava do Sul.....	11 231	119	450	1 878	1 262	2 129	745	901	1 111	920	624	463	200	430	4302808
Cacequi.....	4 732	102	263	928	724	678	260	307	411	316	339	152	25	227	4302907
Cachoeira do Sul.....	28 672	192	1 048	3 815	3 168	4 602	2 111	2 049	3 213	2 857	2 343	1 743	742	789	4303004
Cachoeirinha.....	33 597	70	575	2 240	2 561	4 272	2 250	2 879	4 958	5 312	4 322	2 353	605	1 200	4303103
Cacique Doble.....	1 372	11	115	155	172	227	85	100	138	168	82	22	3	94	4303202
Caibaté.....	2 272	106	159	291	359	396	113	167	254	109	150	68	21	77	4303301
Caiçara.....	1 615	24	116	267	184	340	137	137	146	120	61	42	21	19	4303400
Camaquã.....	18 965	198	717	2 402	1 987	3 258	1 382	1 600	2 111	1 802	1 556	782	483	686	4303509
Camargo.....	736	17	17	38	105	84	51	75	68	118	108	39	10	6	4303558
Cambará do Sul.....	2 045	6	69	334	294	409	163	126	157	154	175	60	33	65	4303608
Campestre da Serra.....	1 014	5	31	113	149	109	45	109	142	169	99	23	9	10	4303673
Campina das Missões.....	2 186	43	200	355	306	373	184	163	239	149	75	36	9	53	4303707
Campinas do Sul.....	2 488	47	135	250	312	390	209	195	262	334	170	100	45	37	4303806
Campo Bom.....	17 065	-	69	828	1 087	2 033	1 664	1 796	2 705	2 882	2 133	1 221	503	144	4303905
Campo Novo.....	2 019	58	151	469	304	319	81	126	114	116	120	82	18	60	4304002
Campos Borges.....	1 149	4	91	168	179	160	78	114	127	76	62	44	18	29	4304101
Candelária.....	9 718	218	662	1 706	1 136	1 764	779	675	935	646	493	252	222	229	4304200
Cândido Godói.....	2 178	58	186	386	231	392	171	156	227	124	124	55	27	41	4304309
Candiota.....	2 377	27	176	277	258	231	165	124	255	218	248	144	33	220	4304358
Canela.....	10 319	43	264	814	1 038	1 719	777	809	1 236	1 338	1 164	595	307	215	4304408
Canguçu.....	16 393	378	1 358	2 567	1 986	3 124	1 215	1 425	1 374	1 137	552	408	166	703	4304507
Canoas.....	94 296	412	1 634	7 121	7 793	10 698	6 434	7 246	12 013	14 004	11 784	8 304	2 977	3 876	4304606
Capão da Canoa.....	9 248	68	207	1 050	843	1 246	765	733	951	999	988	591	344	463	4304630
Capão do Leão.....	7 323	96	346	1 130	1 105	1 170	751	598	701	510	205	200	46	466	4304663
Capela de Santana.....	3 139	26	99	389	498	554	263	311	418	254	163	53	32	78	4304689
Capitão.....	792	6	1	37	67	127	100	48	146	99	128	29	3	-	4304697
Capivari do Sul.....	980	8	4	92	144	155	87	87	111	111	76	61	22	22	4304671
Caraá.....	2 069	30	171	338	359	419	111	168	154	143	36	34	6	99	4304713

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Carlos Gomes.....	555	27	27	77	104	124	34	50	38	32	18	-	-	24	4304853
Casca.....	2 537	-	30	131	164	380	195	257	430	345	283	200	76	47	4304903
Caseiros.....	863	4	38	168	88	172	36	41	81	38	48	27	-	123	4304952
Catuípe.....	3 229	39	144	554	434	484	222	236	281	226	296	124	44	144	4305009
Caxias do Sul.....	113 968	164	960	4 513	5 442	9 599	6 714	7 820	15 182	19 489	20 853	14 292	6 691	2 251	4305108
Centenário.....	891	18	109	175	125	154	47	74	72	42	24	5	11	36	4305116
Cerrito.....	2 422	55	120	391	355	559	177	149	224	193	109	29	19	43	4305124
Cerro Branco.....	1 401	36	113	177	182	212	108	123	135	161	91	27	16	21	4305132
Cerro Grande.....	760	28	108	134	102	129	64	65	71	22	14	7	3	13	4305157
Cerro Grande do Sul.....	2 495	43	236	455	294	454	152	211	237	163	115	48	27	59	4305173
Cerro Largo.....	3 982	46	195	539	450	698	329	311	387	372	329	163	63	98	4305207
Chapada.....	3 146	41	151	406	357	549	269	278	356	301	246	101	14	76	4305306
Charqueadas.....	8 404	64	262	642	887	1 060	792	711	1 010	1 159	977	361	98	382	4305355
Charrua.....	1 045	51	88	159	115	160	92	130	93	78	28	28	6	17	4305371
Chiapetta.....	1 362	27	129	244	171	222	104	93	95	98	56	32	15	76	4305405
Chuí.....	1 585	14	47	122	122	245	112	141	258	184	159	83	49	48	4305439
Chувиска.....	1 311	17	42	149	144	215	120	110	157	149	105	41	30	32	4305447
Cidreira.....	2 872	47	123	362	252	402	143	255	349	271	259	215	119	74	4305454
Ciriaco.....	1 576	41	93	207	142	295	123	137	177	154	94	48	29	36	4305504
Colinas.....	825	-	6	21	64	119	92	117	143	130	90	38	4	-	4305587
Colorado.....	1 269	1	41	154	171	254	100	135	115	117	96	52	5	28	4305603
Condor.....	1 986	33	70	278	281	329	148	185	196	202	90	64	35	76	4305702
Constantina.....	3 512	74	149	413	485	581	283	317	426	390	199	107	45	42	4305801
Coqueiros do Sul.....	879	16	39	221	114	86	59	57	96	116	41	9	15	11	4305850
Coronel Barros.....	795	6	26	104	87	128	68	74	118	114	25	24	11	10	4305871
Coronel Bicaco.....	2 579	66	236	427	346	393	182	142	217	148	174	113	16	118	4305900
Cotiporã.....	1 274	4	10	60	55	187	128	89	226	153	220	91	17	34	4305959
Coxilha.....	913	-	30	182	137	173	55	84	51	84	54	12	6	45	4305975
Crissiumal.....	4 794	101	264	870	564	864	482	287	625	297	235	106	36	63	4306007
Cristal.....	2 033	14	57	354	346	324	177	122	180	166	115	37	17	125	4306056
Cristal do Sul.....	858	108	76	210	93	150	35	39	40	17	10	-	-	79	4306072
Cruz Alta.....	22 172	133	803	2 693	2 157	2 981	1 704	1 622	2 171	2 473	2 275	1 587	844	730	4306106
Cruzeiro do Sul.....	3 771	-	42	286	329	518	428	379	635	636	301	135	46	35	4306205
David Canabarro.....	1 382	11	41	99	108	343	137	90	224	120	94	59	22	36	4306304

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Dilermando de Aguiar.....	1 049	19	80	246	98	231	53	65	94	51	30	13	17	52	4306379
Dois Irmãos.....	6 902	-	29	136	252	546	734	815	1 382	1 435	892	421	160	101	4306403
Dois Irmãos das Missões.....	671	1	54	155	76	104	39	35	38	45	18	19	10	77	4306429
Dois Lajeados.....	979	-	13	45	81	165	79	74	118	157	120	70	38	19	4306452
Dom Feliciano.....	3 921	56	270	602	378	832	213	344	584	337	146	52	33	74	4306502
Dom Pedrito.....	13 069	136	568	2 066	1 756	2 220	1 006	828	1 164	973	823	533	483	514	4306601
Dom Pedro de Alcântara.....	887	6	53	141	118	206	77	60	110	49	34	14	6	13	4306551
Dona Francisca.....	1 151	8	49	186	119	139	148	79	144	115	90	35	26	14	4306700
Doutor Maurício Cardoso.....	2 003	55	113	291	214	301	171	146	285	214	148	31	-	34	4306734
Doutor Ricardo.....	622	5	17	76	58	120	61	38	92	82	40	21	9	4	4306759
Eldorado do Sul.....	8 285	50	317	922	889	1 373	664	621	972	885	748	274	217	352	4306767
Encantado.....	5 975	28	99	256	442	879	611	491	769	1 154	552	341	221	133	4306809
Encruzilhada do Sul.....	7 781	95	467	1 341	1 008	1 380	507	484	781	458	352	300	173	435	4306908
Engenho Velho.....	576	23	57	52	71	115	33	34	57	42	15	28	-	49	4306924
Entre Rios do Sul.....	1 033	23	100	164	119	159	58	85	98	63	49	29	12	73	4306957
Entre-Ijuís.....	3 053	98	241	569	427	501	218	219	262	209	143	51	25	90	4306932
Erebango.....	903	5	27	159	126	173	61	69	78	77	37	29	6	55	4306973
Erechim.....	28 601	139	571	2 103	2 380	3 763	2 070	2 108	4 006	4 318	3 172	2 156	1 122	694	4307005
Ernestina.....	1 246	11	52	159	145	220	90	106	145	130	89	70	24	7	4307054
Erval Grande.....	1 636	100	177	240	200	346	86	108	118	77	53	29	21	81	4307203
Erval Seco.....	2 715	240	303	516	341	413	155	171	205	128	94	52	12	85	4307302
Esmeralda.....	1 802	8	88	326	260	345	78	118	206	114	62	48	28	121	4307401
Esperança do Sul.....	1 191	106	128	183	202	159	55	173	97	41	16	6	-	23	4307450
Espumoso.....	5 151	60	285	695	632	691	358	351	577	551	323	279	120	229	4307500
Estação.....	1 925	5	46	265	249	314	142	222	216	197	133	92	25	18	4307559
Estância Velha.....	10 864	9	102	468	769	1 230	1 126	992	1 858	1 822	1 354	710	221	204	4307609
Esteio.....	25 059	157	213	1 485	1 697	3 124	1 650	1 834	3 537	3 486	3 775	2 318	698	1 087	4307708
Estrela.....	8 595	6	135	576	650	1 094	668	896	1 220	1 368	1 106	642	136	97	4307807
Estrela Velha.....	1 103	41	133	246	156	161	82	74	63	58	27	24	27	11	4307815
Eugênio de Castro.....	1 053	19	68	189	180	170	64	44	64	101	44	31	14	65	4307831
Fagundes Varela.....	762	-	4	43	22	117	50	48	155	174	97	21	5	26	4307864
Farroupilha.....	17 078	36	130	680	912	1 639	1 460	1 388	2 654	2 905	2 765	1 604	628	278	4307906
Faxinal do Soturno.....	2 045	14	66	278	266	273	151	165	194	196	264	110	18	50	4308003
Faxinalzinho.....	881	23	54	166	111	180	45	48	96	37	38	37	13	33	4308052

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Flores da Cunha.....	7 197	-	79	152	311	493	555	584	934	1 388	1 532	745	340	84	4308201
Floriano Peixoto.....	692	12	112	159	61	130	48	38	53	36	11	22	-	10	4308250
Fontoura Xavier.....	3 220	109	240	589	438	553	197	233	257	158	126	52	24	243	4308300
Formigueiro.....	2 346	60	204	435	230	436	186	159	197	139	100	41	34	125	4308409
Fortaleza dos Valos.....	1 564	19	38	177	156	322	104	113	133	153	136	85	89	40	4308458
Frederico Westphalen.....	8 080	150	327	815	768	1 135	692	635	811	848	847	578	218	256	4308508
Garibaldi.....	8 851	19	61	349	375	809	584	726	1 172	1 999	1 358	904	405	89	4308607
Garruchos.....	1 115	32	100	259	187	224	28	68	45	38	21	23	14	76	4308656
Gaurama.....	1 987	40	54	232	263	321	180	106	198	206	180	109	45	52	4308706
General Câmara.....	2 910	10	108	371	339	482	249	208	246	296	224	155	54	169	4308805
Gentil.....	536	15	7	66	64	94	30	59	62	50	52	26	-	9	4308854
Getúlio Vargas.....	5 167	39	154	613	432	834	394	430	672	600	436	268	70	225	4308904
Giruá.....	5 868	111	454	1 014	648	853	415	393	457	534	496	153	81	260	4309001
Glorinha.....	1 867	4	61	233	209	368	174	172	175	190	128	80	34	39	4309050
Gramado.....	9 089	21	57	328	486	932	931	947	1 347	1 433	1 312	814	407	75	4309100
Gramado dos Loureiros.....	692	23	56	113	103	128	34	56	58	28	29	21	4	40	4309126
Gramado Xavier.....	1 014	13	76	162	116	176	87	60	98	95	56	22	23	30	4309159
Gravataí.....	71 699	260	1 343	5 969	6 262	9 719	5 665	5 922	10 415	10 243	7 830	3 692	1 264	3 116	4309209
Guabiju.....	541	1	18	32	66	87	35	32	96	81	70	12	-	10	4309258
Guaíba.....	29 207	178	656	2 597	2 831	4 077	2 226	2 588	3 835	3 839	2 700	1 793	554	1 333	4309308
Guaporé.....	6 342	20	81	217	523	917	446	500	966	1 075	808	487	194	109	4309407
Guarani das Missões.....	2 760	105	159	484	388	553	226	134	228	151	180	63	27	63	4309506
Harmonia.....	1 125	-	-	31	86	180	80	161	203	180	116	79	9	-	4309555
Herval.....	2 992	97	182	495	283	554	154	206	300	182	113	80	28	316	4307104
Herveiras.....	800	16	115	112	140	119	37	57	74	63	57	6	6	-	4309571
Horizontina.....	5 837	65	148	589	399	765	469	585	690	907	540	359	150	171	4309605
Hulha Negra.....	1 653	37	88	337	216	171	79	135	111	116	71	29	59	205	4309654
Humaitá.....	1 728	17	61	215	192	414	148	89	187	168	134	58	11	35	4309704
Ibarama.....	1 337	18	81	173	190	274	68	135	197	110	36	28	-	27	4309753
Ibiaçá.....	1 658	16	63	172	128	258	94	87	227	214	157	142	60	42	4309803
Ibiraiaras.....	2 065	23	107	297	233	313	157	82	255	170	177	98	77	76	4309902
Ibirapuitã.....	1 579	28	171	303	235	279	155	114	97	100	35	9	14	40	4309951
Ibirubá.....	6 115	17	146	588	464	863	469	679	806	602	784	389	196	111	4310009
Igrejinha.....	8 406	20	103	541	716	1 160	1 102	877	1 373	1 012	823	324	237	118	4310108

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Imbé.....	3 957	7	79	305	375	447	317	306	500	572	436	284	176	154	4310330
Imigrante.....	1 273	-	4	52	56	184	170	162	196	192	148	80	22	7	4310363
Independência.....	2 286	72	205	367	334	418	173	141	175	119	109	84	27	61	4310405
Inhacorá.....	725	18	65	177	54	141	65	4	64	42	24	33	3	36	4310413
Ipê.....	1 742	10	26	180	85	323	158	225	262	237	162	42	4	29	4310439
Ipiranga do Sul.....	630	-	26	87	38	88	54	67	82	79	52	35	17	5	4310462
Iraí.....	2 815	79	211	591	343	337	148	179	212	152	166	136	98	165	4310504
Itaara.....	1 382	9	61	195	221	192	62	145	134	104	81	80	48	50	4310538
Itacurubi.....	1 114	15	71	219	218	232	51	34	87	52	37	20	8	70	4310553
Itapuca.....	751	3	9	138	78	166	74	56	53	110	52	3	3	5	4310579
Itaqui.....	11 718	123	495	2 191	1 543	1 630	785	669	914	853	660	630	204	1 022	4310603
Itatiba do Sul.....	1 452	61	102	264	173	255	127	85	139	118	71	28	9	19	4310702
Ivorá.....	694	6	60	107	75	153	54	53	75	38	51	9	-	12	4310751
Ivoti.....	4 677	-	19	163	220	548	421	473	868	685	669	428	129	53	4310801
Jaboticaba.....	1 361	81	149	294	163	207	92	98	79	63	55	37	4	38	4310850
Jacutinga.....	1 282	39	72	162	152	218	121	93	154	125	90	14	15	28	4310900
Jaguarão.....	10 165	91	321	1 566	1 033	1 851	788	626	1 218	911	684	482	289	305	4311007
Jaguari.....	3 939	64	203	615	389	741	225	232	445	343	309	209	75	90	4311106
Jaquirana.....	1 431	24	99	276	250	243	108	79	138	85	52	35	8	34	4311122
Jari.....	1 172	93	155	232	156	181	57	54	115	51	15	22	5	35	4311130
Jóia.....	2 494	74	290	489	257	404	150	134	211	143	93	81	40	128	4311155
Júlio de Castilhos.....	6 308	136	353	1 005	892	837	362	439	587	561	449	328	98	260	4311205
Lagoa dos Três Cantos.....	510	4	10	44	68	88	49	36	34	63	39	52	5	18	4311270
Lagoa Vermelha.....	9 525	106	353	1 370	1 039	1 715	652	813	925	891	644	366	200	450	4311304
Lagoão.....	1 764	177	257	344	204	325	143	62	118	58	28	9	-	39	4311254
Lajeado.....	20 619	37	265	1 074	1 364	2 432	1 423	1 843	2 709	3 288	2 937	2 016	854	378	4311403
Lajeado do Bugre.....	727	-	51	188	160	167	47	43	22	14	27	8	-	-	4311429
Lavras do Sul.....	2 677	14	125	504	301	481	132	176	234	201	206	97	78	129	4311502
Liberato Salzano.....	1 918	100	189	327	316	333	81	128	139	88	82	45	12	78	4311601
Lindolfo Collor.....	1 331	2	11	73	130	180	212	182	229	199	65	19	5	23	4311627
Linha Nova.....	538	-	15	34	52	84	72	66	96	89	21	9	-	-	4311643
Maçambará.....	1 469	30	95	286	255	277	103	75	43	114	68	22	20	80	4311718
Machadinho.....	1 730	47	149	248	295	251	140	72	214	146	74	25	5	65	4311700
Mampituba.....	933	22	98	205	83	210	52	29	118	80	22	11	3	-	4311734

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Maratá.....	809	4	18	29	38	143	95	99	107	128	111	34	-	4	4311791
Marau.....	8 876	31	119	552	614	1 294	632	806	1 348	1 529	1 036	549	265	100	4311809
Marcelino Ramos.....	1 948	25	111	229	230	344	138	182	228	188	70	81	33	88	4311908
Mariana Pimentel.....	1 255	8	86	212	133	277	62	119	98	104	65	55	16	21	4311981
Mariano Moro.....	755	5	22	83	95	157	70	52	107	65	55	14	13	18	4312005
Marques de Souza.....	1 403	-	58	135	100	158	135	139	230	187	182	48	25	5	4312054
Mata.....	1 803	34	137	317	204	424	85	112	223	119	61	37	14	36	4312104
Mato Castelhana.....	732	-	9	114	95	104	50	59	89	87	65	22	9	30	4312138
Mato Leitão.....	1 031	-	11	104	97	118	115	165	149	150	70	9	5	38	4312153
Maximiliano de Almeida.....	1 673	33	176	285	231	338	124	90	160	112	63	28	17	15	4312203
Minas do Leão.....	2 270	12	75	409	286	445	188	226	207	163	123	36	11	90	4312252
Miraguaí.....	1 496	132	117	279	167	266	121	125	99	97	44	26	-	23	4312302
Montauri.....	514	-	6	21	41	106	50	35	65	54	37	70	7	23	4312351
Monte Alegre dos Campos.....	888	9	94	191	121	197	68	51	88	26	14	-	3	27	4312377
Monte Belo do Sul.....	870	12	-	34	14	36	24	50	117	149	218	169	41	8	4312385
Montenegro.....	17 542	43	368	1 444	1 414	2 341	1 165	1 517	2 329	2 412	1 968	1 223	618	702	4312401
Mormaço.....	712	8	32	107	90	95	50	61	82	87	55	15	4	29	4312427
Morrinhos do Sul.....	1 112	39	87	235	147	202	93	87	66	83	51	9	8	5	4312443
Morro Redondo.....	2 013	24	65	262	222	367	168	214	234	224	118	43	24	48	4312450
Morro Reuter.....	1 577	-	-	42	64	261	136	199	333	309	152	50	26	4	4312476
Mostardas.....	3 689	41	223	682	480	716	224	257	313	245	175	88	78	165	4312500
Muçum.....	1 575	-	25	93	94	198	133	164	299	297	118	80	30	44	4312609
Muitos Capões.....	944	-	49	181	102	267	84	53	75	42	46	10	27	7	4312617
Muliterno.....	490	-	9	122	57	92	39	25	52	51	23	10	-	9	4312625
Não-Me-Toque.....	4 608	18	104	456	495	705	439	284	584	547	405	301	186	84	4312658
Nicolau Vergueiro.....	584	6	26	31	99	95	46	72	85	33	48	20	8	15	4312674
Nonoai.....	3 735	234	333	607	453	619	205	140	369	234	200	153	72	117	4312708
Nova Alvorada.....	773	23	24	69	72	91	92	55	84	143	48	47	10	15	4312757
Nova Araçá.....	992	-	4	64	101	113	48	64	150	136	133	79	63	38	4312807
Nova Bassano.....	2 335	-	9	63	113	269	156	231	383	437	417	162	67	28	4312906
Nova Boa Vista.....	707	-	10	60	109	139	87	78	96	63	54	10	-	-	4312955
Nova Bréscia.....	1 422	5	57	106	121	252	141	112	241	154	107	76	38	12	4313003
Nova Candelária.....	870	4	56	83	130	143	91	108	53	99	65	12	7	21	4313011
Nova Esperança do Sul.....	1 256	4	65	173	201	291	111	119	118	69	58	19	26	2	4313037

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Nova Palma.....	1 731	24	41	166	201	295	103	168	233	209	113	79	50	48	4313102
Nova Petrópolis.....	5 431	11	39	231	231	576	483	480	883	1 034	728	537	185	13	4313201
Nova Prata.....	5 749	22	33	376	407	838	460	495	710	958	736	439	191	84	4313300
Nova Ramada.....	849	30	79	99	141	126	65	39	104	46	47	28	17	27	4313334
Nova Roma do Sul.....	937	-	-	47	65	116	67	81	161	200	86	59	23	31	4313359
Nova Santa Rita.....	4 815	27	96	379	537	636	411	461	637	630	498	255	93	156	4313375
Novo Barreiro.....	1 134	58	115	156	191	207	82	81	102	47	18	19	-	59	4313490
Novo Cabrais.....	1 161	39	102	200	162	279	72	60	83	71	19	17	9	48	4313391
Novo Hamburgo.....	74 875	226	897	5 073	5 958	9 275	6 128	6 426	10 211	9 788	8 578	7 116	3 462	1 738	4313409
Novo Machado.....	1 545	75	110	223	147	278	164	127	143	98	56	30	9	84	4313425
Novo Tiradentes.....	711	53	120	100	68	159	30	61	44	33	15	-	-	29	4313441
Osório.....	11 395	37	272	1 238	980	1 643	762	973	1 324	1 396	1 412	712	347	298	4313508
Paim Filho.....	1 439	38	52	151	154	247	119	117	139	136	110	100	28	48	4313607
Palmares do Sul.....	3 495	37	115	471	370	494	195	266	372	332	331	162	27	323	4313656
Palmeira das Missões.....	11 571	328	857	1 949	1 439	1 712	728	633	1 038	926	657	618	225	462	4313706
Palmitinho.....	2 040	15	125	341	319	352	141	114	250	159	108	54	27	34	4313805
Panambi.....	10 326	92	203	1 012	940	1 417	896	770	1 370	1 266	1 152	673	239	294	4313904
Pantano Grande.....	3 466	39	197	545	445	601	298	244	262	287	157	97	61	233	4313953
Paráí.....	1 777	-	29	33	82	254	161	153	357	279	250	134	38	7	4314001
Paraíso do Sul.....	2 317	35	118	317	336	418	210	167	249	180	107	43	18	120	4314027
Pareci Novo.....	1 014	-	8	63	63	133	119	141	184	157	69	58	12	8	4314035
Parobé.....	13 658	15	314	843	1 320	2 103	1 504	1 573	2 181	1 879	1 114	443	77	292	4314050
Passa Sete.....	1 349	75	152	293	241	202	85	116	115	44	10	9	-	6	4314068
Passo do Sobrado.....	1 828	21	88	260	229	357	165	191	246	131	73	38	13	16	4314076
Passo Fundo.....	52 378	224	1 030	4 331	4 234	6 068	3 893	3 794	6 189	6 720	5 883	5 312	2 682	2 018	4314100
Paverama.....	2 596	4	60	263	256	577	287	336	373	231	101	60	10	38	4314159
Pedro Osório.....	2 758	32	185	420	310	404	158	263	240	221	158	130	56	181	4314209
Pejuçara.....	1 205	19	47	98	152	185	125	125	114	121	102	72	27	20	4314308
Pelotas.....	105 442	656	3 334	11 301	10 372	14 456	7 273	7 596	11 594	11 675	10 575	7 764	4 509	4 337	4314407
Picada Café.....	1 448	-	-	60	32	123	161	173	301	337	160	79	14	7	4314423
Pinhal.....	720	45	107	97	92	93	69	34	48	85	24	-	8	19	4314456
Pinhal Grande.....	1 293	37	101	198	153	180	105	124	126	99	87	48	18	17	4314472
Pinheirinho do Vale.....	1 222	73	130	207	144	210	61	67	126	106	66	10	-	22	4314498
Pinheiro Machado.....	5 024	91	321	806	545	937	337	304	516	409	292	189	58	221	4314506

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Planalto.....	3 329	110	367	539	301	587	157	267	360	211	148	72	55	154	4314704
Poço das Antas.....	580	-	8	29	68	44	99	79	109	87	18	30	-	9	4314753
Pontão.....	1 103	49	60	190	162	157	86	63	96	104	54	24	11	46	4314779
Ponte Preta.....	638	19	42	94	59	141	67	48	90	51	14	-	-	13	4314787
Portão.....	7 697	13	84	626	643	1 222	745	674	1 268	1 053	664	323	208	174	4314803
Porto Alegre.....	465 289	1 266	5 558	23 443	23 286	35 048	20 365	24 479	44 246	56 260	70 501	78 663	68 019	14 155	4314902
Porto Lucena.....	2 097	85	177	400	256	352	123	132	232	136	61	47	16	80	4315008
Porto Mauá.....	866	15	46	145	118	204	105	30	73	63	36	9	-	20	4315057
Porto Vera Cruz.....	776	50	82	147	129	157	59	52	24	54	-	6	-	14	4315073
Porto Xavier.....	3 503	232	247	585	405	573	236	217	354	251	167	77	49	111	4315107
Pouso Novo.....	654	10	21	62	29	116	34	33	88	93	58	14	12	83	4315131
Presidente Lucena.....	607	-	-	28	38	121	54	78	109	77	60	27	9	5	4315149
Progresso.....	1 874	-	65	216	193	320	200	190	176	302	156	43	3	9	4315156
Protásio Alves.....	608	-	23	71	65	67	40	56	79	82	55	42	20	8	4315172
Putinga.....	1 437	-	22	109	125	220	144	156	243	189	90	52	61	25	4315206
Quaraí.....	7 598	52	373	1 342	971	1 260	622	535	530	562	604	314	157	277	4315305
Quevedos.....	801	89	75	190	130	91	39	18	24	52	38	14	19	21	4315321
Quinze de Novembro.....	1 147	5	33	102	106	187	64	111	215	188	78	50	7	-	4315354
Redentora.....	2 334	353	334	469	242	289	80	67	94	97	73	35	8	191	4315404
Relvado.....	767	6	22	54	50	107	42	80	143	121	89	38	6	9	4315453
Restinga Seca.....	5 134	45	307	881	718	980	357	334	367	450	289	174	84	149	4315503
Rio dos Índios.....	1 350	87	236	308	112	199	59	63	100	66	65	26	-	28	4315552
Rio Grande.....	60 401	504	1 947	6 358	5 588	7 750	3 978	4 751	6 873	7 202	6 466	4 213	2 258	2 514	4315602
Rio Pardo.....	12 207	174	472	1 618	1 330	2 166	758	908	1 166	1 185	1 054	459	248	669	4315701
Riozinho.....	1 243	20	44	148	122	235	140	161	155	121	66	12	3	16	4315750
Roca Sales.....	3 105	9	46	180	254	530	277	300	489	484	320	141	45	29	4315800
Rodeio Bonito.....	1 686	43	73	255	210	315	101	149	184	162	123	39	27	5	4315909
Rolante.....	5 716	33	46	526	484	956	632	769	848	735	392	191	48	56	4316006
Ronda Alta.....	2 969	44	238	404	368	436	235	250	298	230	176	121	71	98	4316105
Rondinha.....	1 805	19	61	144	179	284	161	127	251	278	173	82	26	21	4316204
Roque Gonzales.....	2 409	124	215	477	225	453	147	123	177	175	92	56	18	124	4316303
Rosário do Sul.....	13 015	156	797	2 107	1 712	2 388	998	926	1 216	931	837	524	186	237	4316402
Sagrada Família.....	795	37	134	166	91	110	68	53	71	14	18	21	-	11	4316428
Saldanha Marinho.....	1 041	1	30	139	129	207	95	80	128	89	108	19	4	13	4316436

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Salvador do Sul.....	2 051	-	25	108	130	287	205	251	364	331	217	71	39	24	4316501
Sananduva.....	4 605	28	148	599	447	617	485	328	718	586	294	240	32	83	4316600
Santa Bárbara do Sul.....	3 157	21	125	457	385	589	243	226	310	311	215	101	38	133	4316709
Santa Clara do Sul.....	1 453	5	40	98	125	204	172	199	211	254	112	30	-	3	4316758
Santa Cruz do Sul.....	34 807	66	715	2 330	2 481	3 934	2 511	2 825	4 982	4 726	4 577	3 281	1 441	939	4316808
Santa Maria.....	77 113	367	1 567	6 785	5 544	8 391	4 630	5 424	8 385	9 618	10 955	8 867	4 365	2 216	4316907
Santa Maria do Herval.....	1 798	-	4	93	118	242	248	241	402	264	104	76	4	2	4316956
Santa Rosa.....	20 100	186	647	1 971	2 020	2 968	1 530	1 666	2 189	2 248	2 145	1 410	535	583	4317202
Santa Tereza.....	581	-	12	15	41	94	44	67	83	107	75	25	7	11	4317251
Santa Vitória do Palmar.....	11 039	139	348	1 772	1 539	1 723	742	789	1 085	959	670	562	298	415	4317301
Santana da Boa Vista.....	2 810	111	255	595	385	451	96	90	147	135	125	62	44	315	4317004
Santana do Livramento.....	28 875	228	1 265	3 880	3 061	4 124	2 015	2 191	3 068	2 598	2 372	1 743	1 083	1 246	4317103
Santiago.....	16 725	161	643	2 115	1 736	2 620	1 273	1 242	1 747	1 623	1 614	928	540	484	4317400
Santo Ângelo.....	24 603	330	907	2 839	2 266	3 514	1 712	1 609	2 594	2 661	2 523	1 821	961	865	4317509
Santo Antônio da Patrulha.....	11 979	75	368	1 338	1 528	2 363	935	999	1 563	1 083	780	413	132	401	4317608
Santo Antônio das Missões.....	3 963	137	356	823	496	586	177	221	300	195	174	145	56	296	4317707
Santo Antônio do Palma.....	597	8	28	54	77	95	20	57	96	95	21	27	16	3	4317558
Santo Antônio do Planalto.....	599	16	18	80	70	137	57	27	38	86	35	24	7	5	4317756
Santo Augusto.....	4 476	124	374	739	576	653	262	309	332	311	300	130	77	287	4317806
Santo Cristo.....	4 525	59	236	519	572	582	564	350	604	494	248	115	56	126	4317905
Santo Expedito do Sul.....	802	6	54	182	103	147	54	46	69	58	24	7	11	41	4317954
São Borja.....	19 580	225	924	3 429	2 880	2 899	1 259	1 271	1 370	1 436	1 394	904	496	1 092	4318002
São Domingos do Sul.....	832	-	-	41	29	155	63	72	139	167	91	52	-	23	4318051
São Francisco de Assis.....	6 640	101	639	1 346	783	1 146	463	541	379	279	206	277	88	393	4318101
São Francisco de Paula.....	6 194	14	197	964	678	1 010	359	528	772	491	509	203	142	329	4318200
São Gabriel.....	20 023	191	1 058	3 725	2 308	3 076	1 092	1 133	1 731	1 384	1 444	988	587	1 307	4318309
São Jerônimo.....	6 256	76	166	863	568	936	383	402	775	734	355	421	165	412	4318408
São João da Urtiga.....	1 503	33	95	279	153	349	125	89	147	85	86	22	9	31	4318424
São João do Polêsine.....	775	-	10	124	40	113	43	58	111	81	74	57	28	34	4318432
São Jorge.....	829	-	23	87	51	128	125	72	144	106	69	11	11	-	4318440
São José das Missões.....	906	42	123	201	153	117	54	56	88	19	34	-	9	11	4318457
São José do Herval.....	727	10	79	142	101	124	42	26	88	41	28	19	8	20	4318465
São José do Hortêncio.....	1 016	-	6	19	81	194	122	163	222	132	56	12	6	4	4318481
São José do Inhacorá.....	727	10	14	123	131	76	106	114	55	50	21	5	7	16	4318499

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
São José dos Ausentes.....	951	-	66	240	117	156	59	133	90	37	22	24	3	4	4318622
São Leopoldo.....	61 022	187	1 120	4 797	5 073	7 526	4 333	4 839	7 522	7 939	7 272	5 529	2 823	2 062	4318705
São Lourenço do Sul.....	13 421	169	608	1 910	1 636	2 297	984	1 011	1 241	1 353	957	511	313	431	4318804
São Luiz Gonzaga.....	12 435	178	546	1 813	1 475	1 909	777	835	1 193	1 491	929	514	258	516	4318903
São Marcos.....	5 850	-	53	314	320	696	399	506	815	1 151	873	474	173	75	4319000
São Martinho.....	2 013	41	87	212	205	281	185	207	291	167	197	47	13	80	4319109
São Martinho da Serra.....	1 079	20	69	256	122	234	33	82	95	9	48	38	25	50	4319125
São Miguel das Missões.....	2 298	139	194	449	392	343	95	100	150	114	114	70	53	85	4319158
São Nicolau.....	2 014	118	215	408	259	434	83	111	109	71	56	39	18	94	4319208
São Paulo das Missões.....	2 163	106	193	381	331	416	163	142	187	107	66	21	6	43	4319307
São Pedro da Serra.....	839	-	12	59	67	144	49	132	103	178	58	23	11	5	4319356
São Pedro do Butiá.....	855	6	28	100	122	132	44	109	129	91	55	31	7	-	4319372
São Pedro do Sul.....	5 606	97	286	954	648	1 048	320	471	623	322	396	186	138	118	4319406
São Sebastião do Caí.....	6 241	23	50	545	457	1 047	620	640	729	783	679	361	187	119	4319505
São Sepé.....	7 890	117	347	1 296	988	1 273	490	539	676	715	527	300	171	451	4319604
São Valentim.....	1 215	91	116	130	137	199	128	57	122	110	56	41	4	25	4319703
São Valentim do Sul.....	681	-	13	21	65	86	36	64	92	129	96	37	12	29	4319711
São Valério do Sul.....	751	130	57	114	89	99	56	34	59	45	31	6	5	25	4319737
São Vendelino.....	503	-	-	31	46	85	47	35	90	88	55	13	12	-	4319752
São Vicente do Sul.....	2 575	37	196	466	349	373	134	159	224	187	177	83	67	121	4319802
Sapiranga.....	21 119	48	226	1 335	1 811	2 815	2 260	2 451	3 336	3 000	2 142	1 044	408	242	4319901
Sapucaia do Sul.....	38 301	140	812	3 064	3 482	5 217	3 068	3 552	5 684	5 456	4 078	1 967	336	1 445	4320008
Sarandi.....	5 489	61	198	736	569	833	357	425	554	587	559	323	151	137	4320107
Seberi.....	3 478	171	277	637	453	607	243	171	311	239	184	102	43	39	4320206
Sede Nova.....	985	39	93	144	125	171	84	56	59	95	59	34	-	23	4320230
Segredo.....	2 048	89	208	385	263	367	136	131	204	88	60	41	16	60	4320263
Selbach.....	1 483	-	17	82	172	216	104	132	168	174	211	129	56	22	4320305
Senador Salgado Filho.....	884	36	67	183	96	161	53	103	75	26	36	23	-	25	4320321
Sentinelado do Sul.....	1 583	7	106	258	167	279	135	153	183	96	85	32	14	67	4320354
Serafina Corrêa.....	3 395	9	15	124	216	430	294	335	522	554	425	264	111	96	4320404
Sério.....	817	25	73	132	102	120	102	55	104	59	31	10	-	4	4320453
Sertão.....	2 307	23	53	267	230	361	198	248	289	257	193	107	40	41	4320503
Sertão Santana.....	1 672	17	34	261	130	337	157	189	219	110	120	42	29	26	4320552
Sete de Setembro.....	732	74	59	157	103	140	35	28	45	40	22	10	-	19	4320578

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
Sinimbu.....	3 040	27	170	399	385	680	223	262	269	263	211	52	25	73	4320677
Sobradinho.....	5 016	57	284	763	462	919	345	339	414	493	404	240	92	205	4320701
Soledade.....	9 285	131	483	1 408	1 154	1 610	606	492	1 032	705	684	476	277	230	4320800
Tabaí.....	1 175	-	29	119	133	249	132	128	169	92	62	26	13	22	4320859
Tapejara.....	4 717	23	126	552	499	801	561	328	559	425	452	222	77	91	4320909
Tapera.....	3 358	34	96	400	325	557	286	254	398	347	330	179	89	64	4321006
Tapes.....	5 354	45	192	746	652	950	336	418	579	449	284	268	205	230	4321105
Taquara.....	16 979	62	239	1 265	1 320	2 608	1 422	1 448	2 180	2 411	1 722	1 242	539	522	4321204
Taquari.....	8 640	30	124	862	1 038	1 421	535	690	1 396	1 079	721	406	113	226	4321303
Taquaruçu do Sul.....	854	40	89	122	76	172	60	50	75	55	32	36	5	41	4321329
Tavares.....	1 817	42	84	314	245	345	153	174	140	98	104	36	27	56	4321352
Tenente Portela.....	4 270	294	374	744	416	637	251	312	362	276	262	153	44	144	4321402
Terra de Areia.....	3 523	29	99	448	440	721	248	262	393	321	183	113	45	221	4321436
Teutônia.....	7 355	-	32	421	447	983	661	921	1 330	1 234	694	392	133	106	4321451
Tiradentes do Sul.....	2 337	140	193	390	355	386	160	158	218	135	62	44	9	86	4321477
Toropi.....	1 026	21	70	221	119	210	55	87	112	58	36	3	9	25	4321493
Torres.....	9 896	55	255	1 012	863	1 489	698	918	1 311	957	1 055	734	236	311	4321501
Tramandaí.....	9 694	47	233	1 031	911	1 302	666	838	1 026	923	1 073	646	314	686	4321600
Travesseiro.....	775	8	21	32	57	147	105	52	168	118	43	10	-	14	4321626
Três Arroios.....	946	10	21	86	116	143	73	122	139	111	57	34	8	25	4321634
Três Cachoeiras.....	2 954	18	86	293	357	440	269	294	444	273	262	118	26	72	4321667
Três Coroas.....	6 088	20	76	334	526	788	567	728	1 071	900	548	355	104	71	4321709
Três de Maio.....	7 692	56	287	922	928	1 314	618	686	924	792	569	373	118	105	4321808
Três Forquilhas.....	1 023	6	54	172	146	221	56	93	113	68	33	29	4	29	4321832
Três Palmeiras.....	1 346	75	107	191	172	216	111	121	77	97	55	59	36	28	4321857
Três Passos.....	8 063	168	379	776	830	1 218	537	783	1 028	884	695	398	160	205	4321907
Trindade do Sul.....	1 730	83	157	303	209	281	105	102	138	94	57	36	13	151	4321956
Triunfo.....	6 999	38	183	817	614	1 123	566	647	893	769	462	367	167	354	4322004
Tucunduva.....	2 043	-	88	239	248	326	120	122	309	244	166	103	19	58	4322103
Tunas.....	1 220	68	140	344	141	209	75	52	103	55	20	-	5	8	4322152
Tupanci do Sul.....	513	2	33	106	91	86	40	24	65	36	20	3	6	-	4322186
Tupanciretã.....	6 769	139	472	1 388	917	1 017	375	387	480	432	363	287	202	311	4322202
Tupandi.....	841	-	4	45	49	130	90	94	162	156	46	56	10	-	4322251
Tuparendi.....	3 103	35	99	481	383	514	248	227	403	299	205	127	42	39	4322301

Continuação

Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	Total	Até 1/8	Mais de 1/8 a 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1	Mais de 1 a 1 1/4	Mais de 1 1/4 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento (2)	Código da Unidade Geográfica
União da Serra.....	545	-	6	44	66	100	34	53	76	63	44	34	14	10	4322350
Unistalda.....	792	18	92	160	64	115	41	52	49	64	7	18	8	105	4322376
Uruguaiana.....	37 611	255	1 492	5 762	3 808	4 838	2 735	2 879	3 831	3 449	2 957	2 443	1 214	1 948	4322400
Vacaria.....	17 965	68	477	2 030	1 849	2 510	1 664	1 373	2 043	2 113	1 647	1 209	409	572	4322509
Vale do Sol.....	3 280	32	206	467	347	627	181	330	303	384	182	78	11	133	4322533
Vale Real.....	1 310	-	12	44	83	234	101	119	319	231	105	56	6	-	4322541
Vale Verde.....	1 073	8	74	181	154	214	61	70	142	73	35	33	11	16	4322525
Vanini.....	549	7	1	49	37	140	53	54	68	76	37	20	5	-	4322558
Venâncio Aires.....	19 747	59	616	1 777	1 940	3 373	1 934	1 897	2 732	2 386	1 510	929	257	334	4322608
Vera Cruz.....	6 866	45	355	885	757	1 152	480	487	883	770	486	269	65	232	4322707
Veranópolis.....	6 108	9	52	287	314	580	523	733	943	1 081	817	500	224	45	4322806
Vespasiano Correa.....	669	-	6	70	71	134	43	68	84	75	79	26	13	-	4322855
Viadutos.....	1 874	18	98	244	191	280	84	165	243	172	185	97	20	76	4322905
Viamão.....	69 268	232	1 593	7 257	6 821	10 294	5 324	6 083	9 039	8 419	6 600	3 086	1 019	3 500	4323002
Vicente Dutra.....	1 857	86	268	422	215	341	124	54	141	81	46	6	11	61	4323101
Victor Graeff.....	1 256	6	35	90	100	133	136	94	155	211	195	58	37	7	4323200
Vila Flores.....	917	-	-	37	86	138	133	119	160	113	99	25	6	-	4323309
Vila Lângaro.....	679	-	30	80	106	141	79	64	57	74	30	9	6	5	4323358
Vila Maria.....	1 281	-	5	95	117	206	104	143	182	178	165	58	17	10	4323408
Vila Nova do Sul.....	1 386	38	106	306	164	234	86	62	84	122	48	31	26	79	4323457
Vista Alegre.....	856	23	58	168	89	149	96	32	87	74	52	11	11	7	4323507
Vista Alegre do Prata.....	469	-	22	32	34	33	60	52	63	75	47	36	4	13	4323606
Vista Gaúcha.....	786	10	38	146	75	122	80	72	102	67	42	22	6	4	4323705
Vitória das Missões.....	1 245	68	116	274	132	246	81	40	83	38	42	-	-	125	4323754
Xangri-lá.....	2 415	5	27	222	264	355	197	253	334	245	191	149	60	112	4323804

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era: pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

(2) Inclusive as famílias que receberam somente em benefícios.

ANEXO F: Índice de GINI dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

Código	Município	Índice de Gini, 2000
430060	Alvorada (RS)	0,45
430087	Araricá (RS)	0,46
430110	Arroio dos Ratos (RS)	0,52
430310	Cachoeirinha (RS)	0,49
430390	Campo Bom (RS)	0,47
430460	Canoas (RS)	0,53
430468	Capela de Santana (RS)	0,46
430535	Charqueadas (RS)	0,47
430640	Dois Irmãos (RS)	0,39
430676	Eldorado do Sul (RS)	0,56
430760	Estância Velha (RS)	0,45
430770	Esteio (RS)	0,50
430905	Glorinha (RS)	0,52
430920	Gravataí (RS)	0,49
430930	Guaíba (RS)	0,52
431080	Ivoti (RS)	0,46
431240	Montenegro (RS)	0,57
431306	Nova Hartz (RS)	0,39
431337	Nova Santa Rita (RS)	0,51
431340	Novo Hamburgo (RS)	0,55
431405	Parobé (RS)	0,40
431480	Portão (RS)	0,53
431490	Porto Alegre (RS)	0,61
431760	Santo Antônio da Patrulha (RS)	0,47
431990	Sapiranga (RS)	0,47
432000	Sapucaia do Sul (RS)	0,46
431840	São Jerônimo (RS)	0,62
431870	São Leopoldo (RS)	0,55
432120	Taquara (RS)	0,52
432200	Triunfo (RS)	0,57
432300	Viamão (RS)	0,50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO G: Área dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

Código	Município	Área (km²)
430060	Alvorada	72,9
430087	Araricá	37,4
430110	Arroio dos Ratos	417,4
430310	Cachoeirinha	43,7
430390	Campo Bom	59,9
430460	Canoas	131,1
430468	Capela de Santana	181,7
430535	Charqueadas	214,8
430640	Dois Irmãos	73,0
430676	Eldorado do Sul	520,1
430760	Estância Velha	51,6
430770	Esteio	27,6
430905	Glorinha	336,5
430920	Gravataí	478,8
430930	Guaíba	377,2
431080	Ivoti	65,1
431240	Montenegro	440,8
431306	Nova Hartz	57,8
431337	Nova Santa Rita	218,1
431340	Novo Hamburgo	216,0
431405	Parobé	111,4
431480	Portão	158,7
431490	Porto Alegre	496,1
431760	Santo Antônio da Patrulha	1069,3
431990	Sapiranga	133,5
432000	Sapucaia do Sul	58,0
431840	São Jerônimo	970,2
431870	São Leopoldo	107,0
432120	Taquara	445,7
432200	Triunfo	824,0
432300	Viamão	1494,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil